



LC/BRS/R.139
Maio de 2003
Original: português

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE
Escritório no Brasil



POLÍTICAS DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS NA AMÉRICA LATINA: PROPOSTA METODOLÓGICA

Lia Hasenclever*

* Documento elaborado no âmbito do Convênio CEPAL/SEBRAE. As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade da autora, não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

*/ Professora do Instituto de Economia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a colaboração de Beatriz de Castro Fialho, Carlos Pacheco, Débora Duque Estrada, Leonardo Muls e Rodrigo Lopes, alunos da UFRJ.

SUMÁRIO

Introdução.....	1
1. Estado atual das políticas de apoio às PMES na América Latina.....	2
1.1 Metodologia de busca.....	2
1.2 Principais resultados.....	4
2. PMES na América Latina: informações estatísticas oficiais e estratificação.....	7
3. Programas de Apoio às PMES na América Latina: evidências empíricas.....	8
3.1 Metodologia de busca.....	8
3.2 Conclusões gerais dos estudos e avaliações.....	10
4. Metodologia de avaliação de programas de apoio para PMEs.....	12
4.1 Análise de práticas de monitoramento de PMEs.....	12
4.2 Proposta metodológica.....	17
Referência Bibliográfica.....	19
Anexos.....	21
Anexo 1. Classificação das políticas de apoio por países e temas.....	22
Anexo 2. Informação estatística em 12 países da América Latina.....	50
Anexo 3. Estratificação de PMES em 12 países da América Latina.....	52
Anexo 4. Estudos sobre programas de apoio às PMEs na América Latina.....	54

Introdução

Os resultados da primeira fase da pesquisa indicaram que a maioria dos países pesquisados possui algum tipo de política voltada para a promoção de pequenas e médias empresas (PMEs) ou micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) como também têm sido denominadas (ver Relatório Parcial, CEPAL, 2003).

Isto indica que a maioria dos países selecionados concebe as PMEs como uma realidade diferenciada. Estabelece em suas práticas de política econômica instrumentos e mecanismos de apoio específicos a essas empresas, mesmo após a segunda metade dos anos 1980, quando se assistiu a uma forte mudança no modelo econômico adotado até então de tratamento diferenciado para as empresas nacionais frente às estrangeiras e de forte atuação do Estado em determinadas áreas.

Pode se afirmar, portanto, que o princípio que tem norteado o debate das relações econômicas internacionais nestes tempos de globalização *de tratamento desigual para os desiguais* também está presente na concepção das políticas desenhadas nos países selecionados para fortalecer as PMEs.

Estas políticas partem da idéia que a promoção de tais empresas mostra-se tanto como uma alternativa de dinamizar os tecidos econômicos existentes ou tornar as configurações produtivas mais inovadoras e flexíveis quanto como uma alternativa para geração de postos de trabalho cada vez mais escassos com os processos de racionalização e enxugamento das grandes empresas, desde os anos 1990.

Dando seqüência ao levantamento preliminar realizado para subsidiar o objeto final dessa consultoria, qual seja, "... o desenho de metodologia a ser utilizada, em etapa posterior, para a criação de uma atividade sistemática das melhores práticas em relação ao segmento das micro e pequenas empresas em diversos países da América Latina", esta etapa desdobrou-se em três tarefas: i) levantamento de literatura a respeito de metodologias de avaliação de programas voltados às PMEs; ii) levantamento das fontes de informação estatísticas oficiais sobre PMEs bem como os critérios de estratificação destas empresas nos países selecionados; iii) levantamento de fontes secundárias a respeito dos resultados de programas de apoio às PMEs, i.e., estudos de caso nos países selecionados da América Latina. Adicionalmente, realizou-se uma reunião com especialistas para discutir as características do que deveria constituir tal observatório.

Um resumo do apanhado geral sobre cada uma destas tarefas encontra-se nas seções 1, 2 e 3, que tratam, respectivamente, do estado atual das políticas de apoio na América Latina por temas, das fontes de informações estatísticas disponíveis sobre empresas nos países selecionados e dos estudos secundários sobre evidências empíricas dos resultados dos programas de apoio em cada um dos países selecionados. Na terceira seção apresenta-se a proposta de metodologia para monitoramento das melhores práticas voltadas para o apoio às PMEs.

1. Estado Atual das Políticas de Apoio às PMEs na América Latina

Esta seção destaca a metodologia de busca utilizada na Internet para se obter informações a respeito das políticas de apoio às pequenas e médias empresas em 12 países da América Latina, apresenta os principais resultados da pesquisa por país e temas de políticas sugeridos nos termos de referência, e analisa os resultados dessa classificação na terceira seção de conclusões preliminares.

1.1. Metodologia de Busca

A etapa inicial da consultoria envolveu duas formas de busca: uma através da Internet e outra em fontes secundárias de informação tais como artigos científicos e relatórios de estudos associados ao tema. A pesquisa sobre o estado atual das políticas de apoio e promoção de pequenas e médias empresas na América Latina contemplou uma amostra de 12 países, sugerida nos termos de referência: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Venezuela.

Pesquisa na Internet

A pesquisa na Internet utilizou como parâmetros iniciais as palavras-chave:

- para países de língua hispânica
 - “pequeñas y medianas empresas” e “PyME”
 - posteriormente observou-se que é indicado também utilizar o singular (“pequeña y mediana empresa”) ou a ordem invertida (mediana y pequeña empresa)
- OU
- para o Brasil
 - “pequenas e médias empresas”
- E
- nome do país

Nesta etapa obtiveram-se os seguintes resultados:

Quadro 1 - Número de links resultantes da pesquisa

País	“PyME”	“pequeñas y medianas empresas”
Argentina	23.000	20.200
Bolívia	3.500	4.920
Chile	13.600	13.500
Colômbia	6.540	8.970
Costa Rica	3.880	5.530
Cuba	2.100	3.790
Equador	3.370	5.070
México	15.500	18.200
Paraguai	2.770	4.630
Peru	6.890	7.040
Venezuela	8.090	8.110

Porém, como a busca foi feita no conteúdo global das páginas da Internet, observou-se a necessidade de utilizar como critério inicial de refinamento a definição do domínio, isto é, definir se a busca seria em páginas governamentais (.gov. ou .gob) em cada país (.ar, .co, .cl, .pe, .py, .mx, .ve, .cu, .br, ec., .cr, .bo)

Quadro 2 - Número de links resultantes da pesquisa em páginas governamentais

País	"PyME"	"pequeñas y medianas empresas"
Argentina domínio: .gov.ar	1.100	2.030
Bolívia domínio: .gov.bo	4	51
Chile domínio: .gov.cl	17	11
Colômbia domínio: .gov.co	139	645
Costa Rica domínio: .go.cr	75	214
Cuba domínio: .gob.cu	0	0
Equador domínio: .gov.ec	9	56
México domínio: .gob.mx	1.790	2.360
Paraguai domínio: .gov.py	7	70
Peru domínio: .gob.pe	183	442
Venezuela domínio: .gov.ve	231	271

Na medida em que o apoio às PMEs não se restringe apenas à atuação do governo, devendo-se considerar também o entorno institucional no tocante à esfera privada, buscou-se identificar os aspectos acima do ponto de vista do envolvimento do setor privado, da sociedade civil organizada e dos organismos internacionais ou regionais.

Ao se encontrar ainda em alguns casos um número elevado de resultados, identificou-se a possibilidade de refinar a pesquisa a partir dos resultados iniciais da busca, através da utilização de palavras-chave relacionadas a programas de apoio, incentivos, capacitação entre outras. No caso de países com língua hispânica: "apoyo fiscal"; "programa de apoyo"; "régimen tributario" ou "régimen fiscal"; "nueva empresa" + "ventanilla"; "capital de riesgo"; "gobierno", "capacitación" etc. No caso do Brasil: apoio fiscal, regime tributário, abertura de novas empresas, programas de apoio, incentivos fiscais etc.

Em alguns casos observou-se que a metodologia de busca através somente do "Google" não conduzia diretamente às páginas com as informações necessárias, sendo preciso buscar nos campos de busca das páginas encontradas as palavras-chave acima.

Metodologia de Arquivamento

Os endereços selecionados e pesquisados a partir dos resultados da busca na Internet e que apresentam informações relevantes sobre cada país foram consolidados e arquivados separadamente para cada país. Ao longo da busca também se privilegiou a busca por relatórios e documentos associados ao tema, estes foram, do mesmo modo, arquivados separadamente para cada país. No momento estes arquivos estão sendo lidos e resumidos.

A seguir apresentamos os principais resultados da pesquisa por temas sugeridos nos termos de referência, a saber: condições diferenciadas para abertura de empresas; tratamento diferenciado nas compras públicas; tratamento tributário diferenciado; tratamento diferenciado no acesso ao crédito e acesso aos mercados externos; tratamento diferenciado no acesso à tecnologia, informação, programas de capacitação e treinamento, etc.

1.2. Principais Resultados

A pesquisa na Internet mostrou-se uma forma relativamente eficaz na obtenção de informações a respeito dos próprios países (descrição de programas, relatórios de resultado etc.), além de indicar outros endereços relevantes sobre o tema não só relacionados aos países como também endereços de organismos regionais com programas de apoio financeiro e para capacitação (Ver Anexo 1). Adicionalmente, buscou-se informação a respeito de programas voltados às PME's em organismos internacionais tais como o BID, OCDE, União Européia e a ONU.

Na maioria dos países destacam-se um ou dois órgãos governamentais principais para a definição e coordenação das políticas de apoio às PME's, vinculadas, em geral, a ministérios como: Ministério da Economia; Ministério de Indústria e Comércio, Desenvolvimento ou Ministério do Trabalho.

Um outro aspecto observado durante a pesquisa foi que existe não só uma considerável heterogeneidade no que diz respeito a estas políticas como também diferenças em relação ao nível de detalhamento das políticas de apoio, geralmente, estabelecidas em leis ou projetos de lei que estão sendo discutidas nestes países. Destaca-se ainda que naqueles países que parecem demonstrar um maior grau de amadurecimento das políticas de apoio às PME's, em geral países com maior nível de industrialização e com economias mais diversificadas, tais como México, Brasil e Argentina, parece haver também um maior esforço em relação a centralização da coordenação das diversas políticas de apoio. Isto, no entanto, não significa que vários órgãos de governo estabelecem políticas próprias voltadas às PME's.

Conforme estabelecido nos termos de referência para a execução desta consultoria, foram destacados cinco grupos principais de políticas de apoio às PME's, enumeradas no Quadro 3 abaixo. Esse quadro resume a situação para cada um desses grupos de políticas de apoio às PME's.

Quadro 3 - Geral dos Resultados da Pesquisa

	Condições de Abertura	Tratamento nas Compras Públicas	Tratamento Tributário	Acesso ao Crédito e Mercados Externos	Acesso à tecnologia, capacitação etc.
Argentina	sim	sim	sim	sim	sim
Bolívia	sim	dl	sim	dl	sim
Brasil	sim	sim	sim	sim	sim
Chile	ni	ni	sim	sim	sim
Colômbia	dl	dl	dl	sim	sim
Costa Rica	ni	sim	ni	sim	sim
Cuba	*	*	*	*	*
Equador	sim	ni	dl	sim	sim
México	sim	sim	sim	sim	sim
Paraguai	ni	ni	ni	sim	sim
Peru	sim	sim	dl	sim	sim
Venezuela	dl	dl	dl	sim	sim

Notas: ni - não foi encontrada informação;

dl - existe dispositivo legal, mas não foi encontrada informação sobre o mecanismo de apoio;

* O caso de Cuba foi o único em que não foi possível enquadrar as informações encontradas dentro do modelo acima.

De uma forma geral Argentina, Brasil e México possuem políticas de apoio para todos os temas pesquisados. Apenas para Cuba não foi possível encontrar informações referentes a essas políticas pesquisadas. Para os países em que a informação não foi encontrada teria que se tentar outra forma de busca para se saber se o mecanismo de apoio realmente é inexistente, ou apenas não está disponível na Internet. Para os países em

que a política está apenas expressa em mecanismo legal, mas ainda não foi possível se saber se este dispositivo legal já está regulamentado sob a forma de apoio específico às PMEs; terá que se pesquisar diretamente junto ao país em questão.

No caso das **condições diferenciadas para abertura de empresas**, em 50% dos países selecionados (Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, México e Peru) foi possível identificar este mecanismo para as PMEs. Especificamente, observou-se principalmente a existência de trâmites legais simplificados para a constituição de novas empresas, porém, em alguns casos observou-se também que existem condições diferenciadas para abertura de empresas que estão relacionadas a incentivos fiscais ou creditícios.

No caso do tratamento **diferenciado nas compras públicas**, em 41,7% (Argentina, Brasil, Costa Rica, México e Peru) dos países selecionados foi possível identificar a existência deste mecanismo para as PMEs. Entretanto, pode-se observar que praticamente todos os países possuem legislações a este respeito, sendo que as diferenças principais estão no tipo de tratamento diferenciado e na forma como esta preferência está visível às PMEs. Um exemplo é o caso do Peru que mantém um portal específico para que as PMEs tenham acesso aos editais de compra do governo e possam acompanhar estes editais. Outros exemplos de tipos distintos de tratamento preferencial são o caso da Argentina que reserva 10% de toda a licitação pública para as PMEs; os casos do Brasil e da Colômbia que apenas indicam possibilidade de tratamento preferencial para as PMEs em relação às demais empresas; e o caso da Costa Rica que prevê um tratamento diferenciado à PME somente em relação à empresa estrangeira.

No caso do **tratamento tributário diferenciado**, em 41,7% (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e México) dos países selecionados foi possível identificar alguma forma deste mecanismo. Percebe-se também que a maioria dos países ou possui dispositivos legais para o estabelecimento de tratamento diferenciado, sendo que a abrangência deste tratamento em relação às áreas de tributação é relativamente heterogênea, principalmente quando se trata de países que possuem um regime fiscal de tributação sobre vendas único e países que possuem um regime fiscal de tributação nas diferentes esferas de governo. Além disso, observa-se o estabelecimento tributário diferenciado com contrapartida por parte das PMEs e sem contrapartida. A exemplo do estabelecimento de contrapartidas pode-se citar o caso da Argentina que concede um crédito fiscal no valor de até 8% da massa salarial da empresa para capacitação dos empregados ou o caso do Chile, onde as PMEs podem utilizar em até 1% de sua receita anual para capacitação. A exemplo de tratamento tributário diferenciado sem contrapartida pode-se citar os casos da Bolívia, do Brasil e do Peru, onde é oferecida uma forma de tributação simplificada para as PMEs, ou os casos do Brasil, Equador e Peru, onde são estabelecidos benefícios tributários às PMEs.

No caso do **tratamento diferenciado no acesso ao crédito**, apenas para a Bolívia não encontramos mecanismos de apoio específicos e apenas um dispositivo legal. Isto parece indicar que o acesso ao crédito parece ser a modalidade mais relevante de apoio às PMEs. Os tipos de apoio variam desde crédito para capacitação; para fortalecimento das instituições financeiras locais, através da criação de fundos de garantia ou instituições de capital de risco; para regularização de dívidas financeiras e fiscais, como é o caso da Argentina; para informatização e modernização; até para financiamentos tradicionais de custeio e capital. Em geral os bancos de desenvolvimento são os responsáveis pelos repasses de recursos, destacando-se a criação de programas específicos para as PMEs.

Destaca-se ainda que, no decorrer da pesquisa, mostrou-se necessário também incluir o aspecto de **acesso a mercados externos**, uma vez que em muitos países observou-se uma preocupação de estimular a exportação destas empresas, através de financiamento específico. As modalidades de crédito para acesso a mercados externos são várias, desde fomento, acesso a informações, formação de consórcios, até crédito, por exemplo, para internacionalização de empresas, como é o caso do Chile.

No caso do **tratamento diferenciado no acesso a tecnologia, informação, programas de capacitação e treinamento etc.**, foi possível encontrar informação sobre programas em todos os países, sendo que alguns apresentaram maior diversificação dos instrumentos de apoio. Um maior detalhamento desse conjunto diferenciado de programas de apoio será realizado na próxima etapa.

Concluindo, de uma forma geral, o levantamento das informações realizado permite avaliar que a maioria dos países selecionados concebe as PMEs como uma realidade diferenciada. Estabelece em suas práticas de política econômica instrumentos e mecanismos de apoio específicos a essas empresas, mesmo após a segunda metade dos anos 1980, quando se assistiu a uma forte mudança no modelo econômico adotado até então (tratamento diferenciado para as empresas nacionais frente às estrangeiras, e forte atuação do Estado em determinadas áreas). Pode-se afirmar, portanto, que o princípio que tem norteado o debate das relações econômicas internacionais nestes tempos de globalização *de tratamento desigual para os desiguais* também está presente na concepção das políticas desenhadas nos países selecionados para fortalecer as PMEs.

Observou-se ainda que os mecanismos de coordenação entre as distintas políticas são praticamente inexistentes em todos os países pesquisados. O México e o Brasil são as únicas exceções a essa regra. O México, através da criação de uma coordenação nacional de políticas, e o Brasil, através do Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE), organismo semipúblico que exerce essa coordenação.

É importante notar, entretanto, que nesta etapa da consultoria ainda não foi possível ter-se uma idéia do montante de recursos designados para apoiar as PMEs, seja sob a forma de incentivos fiscais, seja sob a forma de recursos a fundo perdido, seja através de empréstimos subsidiados. Esta parte da pesquisa terá que ser refinada. Pode-se todavia adiantar através de três estudos consultados sobre o assunto que na maioria dos países selecionados da América Latina, mas também no Caribe e na África, as políticas públicas de forma geral tiveram um escasso impacto sobre o desempenho econômico das PMEs, apesar das dificuldades metodológicas de separar o conjunto de influências que cercam o ambiente econômico dessas empresas – os efeitos das reformas econômicas no novo modelo econômico, as condições macroeconômicas, a complexidade e a profundidade das mudanças na estrutura industrial e o próprio impacto das políticas de apoio e fomento ao desenvolvimento dessas empresas (Peres, 1997; Peres e Stumpo, 1999; Fauré e Labazée, 2002).

Finalmente, notou-se que o conjunto dos instrumentos não guarda nenhuma conectividade entre eles e que há uma verdadeira concorrência entre os diferentes programas de apoio às PMEs. Esta concorrência poderia ser positiva no sentido de trazer mais e melhores oportunidades de apoio a essas empresas, mas, no entanto, é nefasta porque na verdade só faz desacreditar as várias instituições responsáveis pela implementação das políticas e afastar as PMEs de seus potenciais patrocinadores.

2. PMEs na América Latina: informações estatísticas oficiais e estratificação

De uma maneira geral existe uma grande dificuldade de acesso à informação estatística sistemática que permita comparação entre o desempenho das empresas de diferentes portes, seja em virtude de mudanças nas metodologias dos próprios institutos de informação estatística nacionais seja em virtude das dificuldades operacionais encontradas para se manter uma alimentação periódica das informações para o universo das empresas considerado.

No que diz respeito a informação disponível sobre PMEs, nos doze países da América Latina selecionados para o desenho de metodologia de um observatório de políticas de apoio às PMEs, esta dificuldade é potencializada uma vez que, nem sempre, os Institutos Estatísticos dispõem de correspondência entre a estratificação dos dados por pessoal ocupado (ou vendas) e a definição adotada sobre o tamanho das empresas, micro, pequena, média ou grande empresa.

Uma segunda dificuldade no acesso à informação estatística sobre PMEs em diferentes países diz respeito às diferenças de critérios de classificação destas empresas não só entre países desenvolvidos e em desenvolvimento mas, também, entre estes últimos. As diferenças podem ser encontradas nas formas de estratificação das empresas segundo critérios de número de empregados, volume de vendas ou em indicadores mistos (empregados e vendas), além dos casos em que se faz um recorte diferenciado também em relação ao setor de atividade econômica (Ver Anexo 3). No caso dos 12 países selecionados da América Latina. Observa-se que as diferenças de tamanho entre os diferentes países latino-americanos influenciam a estratificação adotada. Por exemplo, a Argentina, o Brasil e o México enquadram as PMEs entre aquelas que possuem entre 10 e 250 empregados. O intervalo inferior é mais ou menos semelhante para os demais países selecionados, diferenciando-se a Bolívia e a Venezuela que passam a incluir entre as pequenas empresas aquelas com 5 empregados. Já no intervalo superior encontra-se grande variação: Bolívia até 49; Chile, Costa Rica e Venezuela até 100; e Colômbia, Equador, Paraguai e Peru até 200.

As diferenças de classificação introduzem um fator de complexidade quando se pretende estabelecer um parâmetro de comparação a respeito das características do universo de empresas ao qual se destinam as políticas de apoio. Além das diferenças observadas entre países, existem ainda diferenças dentro dos próprios países no que diz respeito aos critérios de enquadramento das empresas em distintas esferas governamentais (municipal e estadual) que influenciam os mecanismos, instrumentos e políticas de apoio a nível subnacional.

Um outro aspecto a ser considerado é que em geral as estatísticas estão disponíveis de forma agregada, e haveria de se fazer um esforço inicial de solicitar tabulações especiais que reagrupassem as informações de forma a permitir comparações entre os vários resultados de desempenhos observados por tamanhos de empresas.

Além dos institutos oficiais de estatísticas, em alguns países, é possível também ter acesso a estudos sobre o universo das PMEs. Porém estes dados não estão contemplados em estudos estatísticos periódicos apenas remetem a diagnósticos realizados para a orientação de política para os órgãos responsáveis pelas políticas de apoio às PMEs.

Estas observações derivaram de uma busca realizada tanto nas páginas de Internet dos respectivos institutos oficiais de informação estatística quanto dos órgãos de promoção e apoio às PMEs nos doze países selecionados da América Latina (Ver Anexo 2).

A melhor forma de contornar este problema talvez fosse estratificar os países em termos de tamanho, utilizando-se o Produto Interno Bruto em dólares para classificá-los, e tomar como critério básico de definição do tamanho de empresas a serem objeto de interesse do monitoramento, empresas com até 250 empregados. Posteriormente na análise dos resultados os dados poderiam ser segmentados em vários subsegmentos para que as diferenças de tamanho, registradas entre os países, pudessem ser analisadas (0 a 9 empregados para micro empresas; 10 a 49 empregados para pequenas empresas e 50 a 250 empregados para médias empresas, por exemplo).

3. Programas de Apoio às PMEs na América Latina: evidências empíricas

3.1 Metodologia de Busca

O levantamento de literatura recente a respeito de resultados de programas de apoio às PMEs na América Latina foi feito através da pesquisa de estudos realizados para organismos internacionais ou regionais, como a CEPAL, a OIT e a FUNDES, realizados por grupos de pesquisa de universidades latino americanas ou no âmbito dos próprios governos dos países pesquisados, disponíveis na Internet.

A heterogeneidade e diversidade dos programas de apoio, ainda que agrupados pelos cinco temas de políticas de apoio que nortearam a primeira etapa da pesquisa, introduz um fator que limita a comparação dos estudos que avaliam os resultados dos programas em diferentes países, principalmente diante das diferenças observadas em cada contexto nacional. Na impossibilidade de se encontrar estudos para todos os temas de políticas de apoio pesquisados, reduziu-se o escopo da pesquisa em cada país selecionado para pelo menos um dos cinco tipos de políticas identificados anteriormente: condições diferenciadas de abertura, tratamento diferenciado nas compras públicas, tratamento tributário diferenciado, tratamento diferenciado no acesso ao crédito e mercados externos, e tratamento diferenciado no acesso à informação, tecnologia etc.. Os estudos selecionados apresentados no Quadro 4, a seguir, possuem, em geral, a forma de diagnóstico a respeito de uma determinada situação.

No Quadro 4 estão indicados os aspectos analisados nos estudos selecionados e os respectivos países abordados. No Anexo 4 encontra-se um resumo desses estudos selecionados por país. Ao todo foram selecionados treze estudos. Somente para o Brasil, Chile e México foram selecionados dois estudos. Para Cuba não foi encontrado nenhum estudo. No conjunto destes estudos a principal questão abordada é o crédito (financiamento), seguida do diagnóstico de PMEs e aspecto sobre capacitação de empresas.

Ao longo da próxima seção apresenta-se um sumário dos resultados observados em cada um dos diagnósticos

Quadro 4. Resumo dos Estudos Selecionados

Países	Aspecto Abordado			Referência
	Crédito	Capacitação	Diagnóstico	
Argentina	X	X		GONZÁLEZ, Germán H. y DICHARA, Raúl. <u>Principios para la Formulación y Evaluación de Programas de Apoyo a Micro y Pequeñas Empresas Locales</u> . Relatório Final, Beca de Investigación FONCAP 2000-2001. Fondo de Capital Social (FONCAP S.A.) y Organización de Estados Iberoamericanos, 2002.
Bolivia	NE	NE	NE	-
Brasil	X	X		LEMONS, Cristina. Innovation and Industrial Policies for Small and and Medium Enterprises in Brazil. Paper submitted to DRUID's Winter Conference Aalborg, Denmark, 2000 January, 6 – 8. Dados Consolidados dos Recursos Destinados a Crédito e capacitação pelo Programa Brasil Empreendedor Crédito http://pbe.desenvolvimento.gov.br/pbe/secundaria.asp?endereco=Institucional/resultados/consolidado.htm Capacitação http://pbe.desenvolvimento.gov.br/pbe/secundaria.asp?endereco=Institucional/resultados/consolidado.htm
Chile	X	X	X	ALARCÓN, Cecilia e STUMPO, Giovanni. 'Políticas para pequeñas y medianas empresas en Chile', Revista de la Cepal 74, 2001, pp. 175-191. HELD, Günther. 'Políticas de crédito para empresas de menor tamaño con bancos de segundo piso: experiencias recientes en Chile, Colombia y Costa Rica'. <u>Serie Financiamiento del Desarrollo 84</u> . Santiago de Chile : CEPAL, septiembre de 1999.
Colômbia	X			HELD, Günther. 'Políticas de crédito para empresas de menor tamaño con bancos de segundo piso: experiencias recientes en Chile, Colombia y Costa Rica'. <u>Serie Financiamiento del Desarrollo 84</u> . Santiago de Chile : CEPAL, septiembre de 1999.
Costa Rica			X	HELD, Günther. 'Políticas de crédito para empresas de menor tamaño con bancos de segundo piso: experiencias recientes en Chile, Colombia y Costa Rica'. <u>Serie Financiamiento del Desarrollo 84</u> . Santiago de Chile : CEPAL, septiembre de 1999.
Cuba	NE	NE	NE	-
Equador			X	MINISTERIO DE COMERCIO EXTERIOR, INDUSTRIALIZACIÓN, PESCA Y COMPETITIVIDAD (MICIP). INSTITUTO DE INVESTIGACIONES SOCIO-ECONOMICAS Y TECNOLOGICAS (INSOTEC). <u>Diagnostico de la Pequeña y Mediana Industria</u> . Quito : MICIP, marzo de 2002.
México	X	X	X	COMISSION INTERSECRETARIAL DE POLITICA INDUSTRIAL (CIPI). <u>Resultados Preliminares de la Evaluación de los Programas de Capacitación, Consultoria y Asistencia Técnica</u> . CIPI, 2000. http://www.cipi.gob.mx/evaluac2.pdf COMISSION INTERSECRETARIAL DE POLITICA INDUSTRIAL (CIPI). <u>Las Pequeñas y Medianas Empresas en México</u> . CIPI, 2000, http://www.cipi.gob.mx/Diag_Desem_Mpymes.pdf
Paraguay	X			STRAUB, Stéphane. Relevamiento del sector Pymes en Paraguay: leyes, Instituciones, instrumentos, propuestas. Informe de consultoría, Proyecto Concertación para la Competitividad de las Pymes - MIC / GTZ, Setiembre 1998, Mimeo.
Peru			X	LLISTERRI, Juan J., VIVANCO, Fermín y ARIANO, Maria. <u>Acesso de las Pequeñas y Medianas Empresas al Financiamiento</u> . Informe de Trabajo. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, marzo de 2002.
Venezuela	X			LÓPEZ, Odalis. Política de Desarrollo Productivo para las Pequeñas y Medianas Empresas Industriales: el caso venezolano durante 1999-2001. Caracas : Ministerio de Ciencia y Tecnología de la Republica Bolivariana de Venezuela, enero de 2002, Mimeo.

Notas: NE: não foram encontrados estudos.

3.2. Conclusões Gerais dos Estudos de Avaliações

As principais conclusões dos estudos consultados sobre os programas de apoio às PMEs (cujos resumos, na íntegra, encontram-se no Anexo 4) mostram dois aspectos centrais. O primeiro diz respeito a principal demanda das empresas em relação aos apoios que ainda continua sendo o aspecto do financiamento, tanto do capital de giro quanto do capital fixo (apenas para o Brasil identificou-se que a demanda por capital de giro é maior e menos bem atendida). O segundo diz respeito a extrema ambigüidade que os vários estudos relatam sobre a avaliação que as PMEs fazem em relação à necessidade de capacitação profissional e gerencial das empresas.

As razões apontadas para indicar o financiamento como a principal demanda de apoio das PMEs são bastante semelhantes nos vários países selecionados e, em geral, estão relacionadas com o nível elevado do custo de crédito (Equador, Argentina, México e Venezuela), em função do tamanho dos mercados e da falta de comunicação com os mercados internacionais (Colômbia, Peru); com o acesso desigual aos financiamentos disponíveis (Chile, Venezuela, Brasil, México); com a morosidade no desembolso; com a dificuldade das PMEs oferecerem as garantias solicitadas; e com a insuficiência dos recursos aportados (Peru).

O estudo diagnóstico realizado para o Peru, analisa também os aspectos relacionados com a operacionalização do crédito devido a falta de transparência contábil, falta de garantias e percepção elevada dos riscos por parte das PMEs, questões que cada vez mais parecem fazer sentido nas políticas de crédito. Por exemplo, no Brasil é comum que essas políticas sejam implementadas com a ajuda permanente de consultores que aconselham sobre instrumentos de planejamento e controle, ainda no período em que a empresa está se candidatando ao crédito.

A partir desses estudos, identificou-se também que as novidades institucionais apresentadas para solucionar alguns dos problemas de simplificação do financiamento foram a criação de fundos de garantias e (como é o caso da Colômbia e da Costa Rica), a descentralização do atendimento dos financiamentos para junto de aglomerados de empresas (Colômbia). Um outro aspecto observado foi a integração dos vários fundos de financiamento (Costa Rica).

Quanto à capacitação, pode-se concluir que a maioria das empresas não considera este tipo de apoio prioritário. Somente no Brasil ele foi apontado como o segundo apoio mais demandado. Entretanto, diferentemente do financiamento, as razões apontadas para tal são bastante distintas entre os países analisados. A causa mais comum parece ser a inadequação entre as necessidades das empresas e a oferta de capacitação oferecida pelas universidades, instituições de ensino profissional e outras organizações de consultoria que oferecem capacitação. Esse problema leva os empresários a diagnosticarem a capacitação como importante para apoiar os esforços de aumento de competitividade das empresas, embora eles acabem não utilizando esses programas, por sua inadequação. Outro aspecto bastante importante é o fato de que, na maioria das empresas, a mão-de-obra utilizada é de origem familiar. A gerência das empresas também é realizada pela própria família. Estes aspectos dificultariam uma avaliação objetiva das empresas sobre a necessidade de capacitação profissional e gerencial, ajudando a explicar sua ambigüidade quando consultadas sobre o tema.

As demais conclusões que se pode tirar da análise das evidências empíricas são: a desinformação geral sobre os Programas de Apoio entre as empresas, decorrente de uma divulgação precária; falta de apoio específico para alguns problemas reputados como muito importantes, como é o caso da sustentação das vendas, oscilantes e incertas; concentração da

distribuição regional e setorial do apoio; os recursos são extremamente pulverizados e voltados para o atendimento individual das empresas; é necessário fortalecer e modernizar a infraestrutura pública, para atendimento das empresas clientes do apoio; falta de evidência sobre os resultados da aplicação dos Programas.

As razões apontadas para a desinformação sobre os Programas de Apoio é a freqüente indefinição acerca dos seus principais objetivos e a conseqüente superposição dos mesmos. Existe maior dificuldade das empresas micro em acessar informações sobre os Programas do que as empresas pequenas e médias.

A negligência de apoio voltado para as vendas é uma séria deficiência, que acaba prejudicando a avaliação das necessidades de financiamento, principalmente de capital de giro das PMEs. Em geral, as PMEs tendem a reagir às crises, reduzindo os seus preços de venda, o que dificulta o seu autofinanciamento. As alternativas de diversificação e aumento de capacitação para redução dos custos são sempre utilizadas como soluções *second best*, levando as PMEs a aumentarem suas necessidades de capital de giro e a onerarem os custos financeiros. Outro apoio relacionado com as oscilações das vendas que poderia ser objeto de implantação para minorar este problema seria a realização de estudos de mercado e de prospecção do mercado externo, que ainda é muito pouco concorrido pelas PMEs. Embora o acesso aos mercados externos se apresente como uma excelente alternativa de redução das oscilações das vendas provocadas pelo mercado interno, ele exige padrões de qualidade e escalas que talvez as PMEs não estejam preparadas para oferecer. Logo, este tipo de suporte também deverá ser pensado de forma integrada com o apoio de capacitação.

A distribuição desigual do apoio, tanto regional quanto setorial, é uma preocupação generalizada. No Brasil, a maior dificuldade é distribuir o apoio para fora da região sudeste, que sempre é a mais privilegiada; no México, o apoio se concentra junto à indústria e, no Paraguai, no entorno da capital.

A pulverização dos recursos e a ênfase no atendimento individual às empresas é também uma preocupação mais ou menos consensual entre os estudos, devido aos elevados custos de transação que esses problemas trazem para a implementação do apoio. O Programa PROFO, do Chile, e a experiência recente do Brasil, com apoio dirigido para arranjos produtivos locais, parecem ser casos interessantes para análise como boas práticas de políticas voltadas para as PMEs. Outra solução apontada pelo estudo do Equador é a capacidade de diversificação da infra-estrutura tecnológica de redução dos custos de transação para a obtenção de informações, serviços tecnológicos e capacitação das PMEs. Este mesmo estudo considera, inclusive, que as associações profissionais assumam um papel ativo nessa diversificação, ampliando seu tradicional papel de difusor de informações sobre o acesso a esses serviços. Finalmente, o estudo da Venezuela aponta um problema relacionado com a falta de cooperação entre as empresas, e a dificuldade de alterar este diagnóstico propondo, preferencialmente, o atendimento coletivo das PMEs.

Em vários dos diagnósticos constatou-se a necessidade de ampliação e modernização das estruturas de implementação do apoio. O estudo do Chile, por exemplo, descreve as mudanças introduzidas a partir de 1994. O estudo realizado pelo México aponta a necessidade de se estabelecer preços-teto de consultoria, rastrear o apoio de cada empresa antes de apoiá-la, e elevar a cooperação institucional entre as agências responsáveis. O estudo da Venezuela mostra como as mudanças constantes na estrutura dos ministérios afetam diretamente o apoio voltado para as PMEs.

Finalmente, os resultados da aplicação dos Programas analisados nos estudos selecionados são incapazes de apresentar uma idéia precisa da sua importância para o desempenho das PMEs. Por exemplo, o estudo realizado para a Argentina afirma que o Programa analisado permite um crescimento e uma melhoria da organização para a maioria das empresas beneficiadas. Sobre o impacto desses Programas na taxa de sobrevivência das empresas, nenhum estudo considerou explicitamente este aspecto. Apenas o trabalho de Lemos (2000) para o Brasil, faz a hipótese de que ela deveria aumentar na presença de apoio. O estudo realizado no Chile constata que as ações de apoio voltadas para projetos tecnológicos (FONTEC) têm resultados positivos sobre o desempenho das PMEs; entretanto, para o caso da capacitação, os resultados sobre o desempenho revelaram-se menos importantes (SENCE). O estudo realizado para o Paraguai também levanta somente a hipótese, neste caso negativa, de que parece existir uma relação pouco favorável entre os recursos aplicados e os resultados alcançados. Todavia, devido à desinformação das agências, isto não pôde ser avaliado.

4. Metodologia de Avaliação de Programas de Apoio para PMEs

4.1. Análise de Práticas de Monitoramento de PMEs

O estabelecimento de programas de apoio às PMEs, assim como a definição de diretrizes específicas para a sua avaliação, tem se mostrado extremamente importante (González e Dichiara, 2002). Porém, é preciso reconhecer, antes de tudo, que o desenvolvimento de pequenas e médias empresas, bem como os programas orientados a elas dependem fundamentalmente do ambiente regulador e das políticas econômicas mais gerais.

“O contexto macroeconômico e as políticas voltadas para o apoio ao desenvolvimento de PMEs irão determinar a demanda por produtos e serviços destes programas, e podem facilitar ou impedir o acesso a mercados que são essenciais a criação e crescimento das PMEs” (Tolentino, 2000, p.2).

Em primeiro lugar, é preciso estabelecer claramente os objetivos pelos quais está se buscando promover o desenvolvimento de PMEs que, em geral, estão associados à capacidade destas empresas de criar empregos, contribuir para a geração de riqueza, entre outros. De tal forma que a análise das políticas e do ambiente no qual atuam as PMEs deve observar as diferenças entre objetivos, as políticas em si, e os instrumentos (legais, administrativos e intervenções diretas) para sua operacionalização. A análise destes fatores permitiria avaliar a rigidez da aplicação dos instrumentos e seu potencial de impacto, a flexibilidade dos processos administrativos e legais na implementação, revisão e adaptação dos programas a mudanças em geral (Tolentino, 2000).

É preciso, sobretudo, considerar que as PMEs não deveriam ser vistas como um setor homogêneo, porque elas “não existem isoladamente, além de possuírem ligações horizontais e verticais dentro da indústria/segmento e com empresas e instituições de outros setores econômicos” (ibidem, p.6). Assim, o estabelecimento das políticas de apoio às PMEs, bem como a análise de sua eficácia, devem considerar a especificidade setorial da distribuição destas empresas, pois as políticas afetam de maneira diferenciada os vários setores de atividade econômica. Segundo Tolentino (2000), os programas de apoio às PMEs deveriam ser analisados em termos de sua contribuição:

- ao fortalecimento da cultura e competências empreendedoras;
- ao desenvolvimento de competências gerenciais e capacitação técnica;

- à melhoria do acesso a mercados e seu desenvolvimento; à criação de demanda para os produtos e serviços das PMEs; à melhoria da rentabilidade dos produtos e serviços das PMEs;
- à disponibilidade de insumos, como matérias primas, energia, equipamento etc. e à criação de instituições facilitadoras, regras e regulamentações;
- à criação de instituições de apoio que facilitam a criação de negócios e sua viabilização;
- ao desenvolvimento de interações entre fornecedores e consumidores, relações entre grandes e pequenas empresas, interações intra e intersetoriais; parcerias e colaborações entre PMEs, etc.

Em resumo, avaliar a eficácia e efetividade dos programas de apoio às PMEs deveria, segundo Tolentino (2000), desdobrar-se em dois caminhos: um voltado à análise dos impactos das políticas macroeconômicas e das políticas setoriais específicas; e outro voltado à análise dos próprios programas de apoio. No primeiro caso, Tolentino (2000) sugere as seguintes áreas de impacto e critérios de análise:

Quadro 5. Áreas de Impacto das Políticas Econômicas Gerais sobre o Desenvolvimento de PMEs

Áreas de Impacto	Crítérios
Mercados para produtos de PMEs	(a) Volume da demanda efetiva (b) Acesso ao mercado doméstico (local, regional ou nacional) e ao mercado externo (c) facilidade de entrada em relações de subcontratação (d) Custo de competitividade com produtos locais e com produtos importados (e) Competitividade em qualidade (f) Acesso a informação sobre o mercado
Acesso e disponibilidade de preços de insumos	(a) Acesso a recursos financeiros, máquinas e equipamentos (b) Acesso à mão-de-obra qualificada (c) Acesso à matérias primas e produtos semi-manufaturados, e outros insumos particulares (d) Acesso à terra, facilidades industriais (e) Acesso ao treinamento para empreendedorismo e gestão de negócios (f) Acesso a serviços de consultoria (g) Acesso à informação.
Facilidade de iniciar e fazer negócios	(a) Facilidade de funcionamento dentro do sistema regulador existente (b) Facilidade em planejamento estratégico e previsão (c) Sentimento de reconhecimento social e recompensa (d) Disponibilidade de serviços de apoio em marketing, fornecimento de insumos, modernização da produção, desenvolvimento gerencial, melhoria da produtividade etc.

Fonte: Elaboração Própria, a partir de Tolentino (2000).

Um passo inicial para o desenho de políticas de apoio às PMEs envolveria uma análise da sua adequação e dos instrumentos selecionados de forma a responder às seguintes perguntas: i) as políticas e os programas atendem às principais necessidades das PMEs? ii) as políticas e os incentivos são realmente operacionalizados ou apenas estão no ‘papel’, e estariam os benefícios atingindo os beneficiários aos quais se destinam? iii) os programas de promoção e apoio estariam atingindo as PMEs-alvo da política? iv) estes programas e políticas são sustentáveis (Tolentino, 2000). Assim, um programa de apoio ao desenvolvimento de PMEs deveria estabelecer claramente:

“o desenvolvimento e objetivos imediatos que se pretende atingir; a clara indicação dos impactos esperados dos programas; explicitação das estratégias e abordagens a serem utilizadas; especificação dos resultados a serem produzidos, e apresentação do que será feito, quanto, como, quem fará o quê e quando, e com quais insumos” (ibidem, p.18)

Tais critérios ajudariam a analisar aspectos fundamentais para a viabilidade e sustentabilidade dos programas de apoio às PMEs, o que, para Tolentino (2000) envolve:

- análise da viabilidade política das relações de controle e poder entre os principais atores e interessados e entre as instituições a cargo da implementação dos programas;
- análise da viabilidade administrativa e técnica existente entre as instituições envolvidas na implementação dos programas;
- análise da viabilidade financeira em termos dos recursos existentes para a implementação do programa e sua continuidade;
- análise da viabilidade econômica dos programas em termos da relação custo-efetividade do programa e de sua eficiência interna;
- análise da viabilidade sociocultural no que se refere à aceitação, por parte da sociedade; em relação ao ambiente institucional e normas culturais;
- análise da viabilidade de alcance dos objetivos, de maneira a identificar relações claras entre os objetivos, estratégias, atividades, recursos necessários e resultados esperados;
- análise da infra-estrutura existente e necessária para a implementação e condução dos programas;
- análise da possibilidade e viabilidade de que outros agentes que não o governo possam assumir a condução de determinado programa.

De maneira análoga, o estudo de González e Dichiará (2002) aponta alguns princípios básicos que deveriam nortear as políticas de apoio às PMEs e sua avaliação a partir de quatro grupos principais: i) definição de objetivos dos programas; ii) população alvo dos programas; iii) definição dos instrumentos a serem utilizados; iv) definição dos papéis dos agentes de fomento.

Do ponto de vista da comparação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, os autores apontam para o fato que o desempenho dos programas existentes nos primeiros tem se mostrado superior aos programas existentes nos países menos desenvolvidos. A diferença, segundo os autores, reflete-se em uma maior taxa de nascimento de empresas, maior importância relativa das PMEs na geração de valor agregado e emprego, maior participação em atividades inovadoras, exportação etc. A razão de tal diferença residiria na definição da concepção dos programas de apoio e no desempenho dos mesmos que, por estarem inseridos em um processo de retroalimentação de fluxos de informação e recursos entre os programas, as empresas e as características do ambiente econômico no qual ocorre este processo têm maiores possibilidades de serem eficazes.

Embora seja fundamental analisar a relação entre os objetivos, instrumentos e desempenho dos programas de apoio às PMEs, González e Dichiará (2002) observam que existe pouco material a respeito, sendo que o existente, em geral, aborda o impacto de determinado componente da política de apoio sobre o desempenho das empresas ou diagnósticos e levantamentos das políticas existentes.

O detalhamento e o estado da arte dos observatórios da União Européia (UE) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) podem trazer contribuições importantes no desenho da metodologia para análise do desempenho e evolução das PMEs.

Quadro 6. Princípios para a Definição e Avaliação de Programas de Apoio às PMEs

Aspectos Principais	Critérios
Definição dos Objetivos	a) a orientação do programa deve ser pela demanda a fim de se identificar claramente a problemática e necessidade das PMEs locais b) os objetivos devem ser claros e precisos para que seja possível avaliar os programas c) é necessário estabelecer não só metas de longo prazo, como também, metas de curto e médio prazo que permitam maior flexibilidade frente a mudanças nas necessidades das empresas
População alvo	d) a população alvo deve estar em consonância com os objetivos almejados e) é preciso estabelecer critérios seletivos tanto ao nível da firma e ao nível da região diante da heterogeneidade do setor f) deve se buscar subgrupos de maior potencial para maximizar os efeitos multiplicadores sem descuidar de outros grupos menos protegidos
Instrumentos de Apoio	g) os instrumentos devem ser definidos a partir dos problemas da população alvo e a partir da disponibilidade e objetivos almejados h) deve-se promover a associação entre empresas através de instrumentos específicos i) é necessário ter uma visão global da estrutura produtiva e não focalizar apenas as empresas para que se possa atuar sobre as causas e não apenas sobre as conseqüências j) são necessários diversos tipos de apoio para solucionar problemas de informação, formação, acesso a mercados, financiamento e tecnológicos k) a definição de instrumentos deve ser simples e precisa para reduzir o nível de arbitragem dos responsáveis pela sua implementação l) é necessário reduzir os entraves burocráticos m) é preciso fomentar a difusão de informação visto que a desinformação a respeito dos programas é freqüentemente observada n) incentivar o processo de aprendizagem através de capacitação e informação tecnológica o) é preciso acompanhar as empresas assistidas pelos programas até que ela atinja um nível de auto-suficiência p) é importante criar um sistema de incentivos e punição associado aos instrumentos
Papel dos Agentes de Fomento	q) é necessário buscar a coordenação e complementaridade entre as distintas instituições de apoio r) é importante também somar esforços governamentais com esforços de outras organizações como associações empresariais e câmaras setoriais e outras entidades para se criar uma rede de apoio às PMEs s) é necessária uma avaliação permanente dos programas de apoio para que sejam alcançados os objetivos pretendidos.

Fonte: Elaboração própria a partir de González e Dichiara (2002).

O Quadro 7 resume os principais aspectos estudados por estes observatórios. A vantagem de se considerar, na avaliação das PMEs, os mesmos temas que estes observatórios é assegurar a comparação dos resultados obtidos entre distintos blocos econômicos.

Entretanto, pode-se adiantar que seria importante também avaliar o conjunto dos programas de apoio dirigidos às PMEs. Acredita-se fortemente que a observação simultânea, de um lado, do desempenho econômico das PMEs e, de outro, do apoio dirigido a elas, poderia indicar as melhores práticas de políticas. Adicionalmente, a análise comparativa entre os diferentes países selecionados poderia servir como base para avaliação das distintas formas institucionais – instrumentos e mecanismos de apoio, bem como a coordenação entre eles e entre os órgãos de implementação e as próprias empresas beneficiárias – adotadas, em geral, em cada país (Fauré e Hasenclever, 2000 e Hasenclever *et al.*, 2001).

Particularmente interessante a enfatizar é a análise das relações cooperativas que poderiam ser estimuladas entre as PMEs como forma de superar as desvantagens de seu tamanho, principalmente no que diz respeito à exportação, atividade com fortes ganhos de escala. Da mesma forma, as práticas de estímulos às PMEs, quando realizadas de forma coletiva, podem reduzir significativamente o custo de transação das próprias práticas voltadas para apoiar e fomentar essas empresas (La Rovere *et al.*, 2000).

Enfim, o desenho da metodologia para observação das melhores práticas em relação às PMEs deverá contemplar tanto uma observação das empresas e de seu desempenho econômico individual e coletivo, quanto uma observação dos projetos de apoio e seus resultados frente ao desafio de tornar as PMEs melhor preparadas para superar as desvantagens de tamanho e os novos desafios da concorrência.

Quadro 7. Temas Pesquisados pelos Observatórios de PMEs da UE e BID

Organismo	Aspectos
União Européia (UE) Microempresa (0 a 9) Pequena Empresa (10 a 49) Média Empresa (50 a 249)	<p>Pesquisa anual sobre o universo das empresas. Não está voltado para a avaliação do impacto das políticas de apoio às PMEs.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Características Gerais das PMEs <ul style="list-style-type: none"> setores principal atividade (participação do faturamento) ano de criação pessoas empregadas no ano corrente e no anterior • Fatores Limitantes <ul style="list-style-type: none"> mão de obra financiamento inovação tecnológica inovação organizacional regulação infra-estrutura • Exportação & Acordos Comerciais com o Exterior • Foco da Estratégia da Empresa <ul style="list-style-type: none"> sobrevivência consolidar crescer aumentar rentabilidade aumentar qualidade innovar • Estratégia de Crescimento • Fatores de Competitividade • Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação / Internet • Política Tributária e Crescimento
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) Microempresa (até 10) Pequena empresa (10 a 50) Média Empresa (50 a 200/250)	<p>Pesquisa sobre o universo das PMEs.</p> <ul style="list-style-type: none"> • número de estabelecimentos (por tamanho, setores e evolução) • emprego (participação das PMEs sobre o total, evolução e evolução da participação relativa; qualificação da mão-de-obra, e estabilidade) • faturamento (participação das PMEs sobre o total, evolução e evolução da participação relativa; produtividade e rentabilidade) • valor adicionado e custos salariais • tipos de financiamento existentes • tecnologia e inovação (atividades de P&D, acumulação tecnológica, acesso a fontes de desenvolvimento tecnológico; gastos e pessoal envolvido nestas atividades) • exportação (valor, acesso a mercados externos, cultura de exportação) • dinamismo empresarial (criação e destruição de empresas, emprego e novas empresas) • formação e práticas • cooperação interempresarial <p>Entorno Empresarial</p> <ul style="list-style-type: none"> • Políticas de apoio às PMEs (identificar a existência de uma administração específica e relação entre os diferentes órgãos de apoio dentro do país, principais instrumentos e conexão entre eles, alcance dos instrumentos) • informação e serviços de apoio • subcontratação • carga tributária <p>Sugere-se também a realização de pesquisas ou estudos <i>ad hoc</i> a respeito das características das novas empresas e dos empresários. Até o presente momento existem informações sobre alguns dos itens abaixo para países da América Latina, mas não no mesmo formato de uma pesquisa anual periódica como a da UE.</p>

Fonte: Elaboração Própria

4.2. Proposta Metodológica

A proposta para desenho de metodologia a ser utilizada para a criação de uma atividade sistemática das melhores práticas em relação ao segmento das micro e pequenas empresas em diversos países da América Latina que parece a mais adequada, seria um observatório sobre as PMEs e um outro sobre os Programas de Apoio voltados para estas empresas.

A motivação básica para adotar esta dupla observação é a possibilidade de se comparar distintos resultados de Programas e inferir se eles diferem devido a uma tendência particular da evolução e desempenho das empresas ou, então, perceber, na ausência de determinados programas em alguns países, um desempenho muito heterogêneo entre as empresas de cada país.

No **observatório voltado para as PMEs**, as preocupações deveriam ser tanto para monitorar a sua evolução no perfil de empresas de cada país (qual a importância das PMEs na geração de renda e emprego; se elas estão crescendo mais rapidamente do que as grandes empresas ou, ainda, se o tamanho médio das PMEs vem aumentando ou a taxa de mortalidade ou sobrevivência está se alterando, entre outras questões), quanto para verificar o seu desempenho individual e coletivo.

Sugere-se que as variáveis a serem utilizadas para monitorar as PMEs sejam de duas naturezas: **variáveis secundárias**, obtidas junto aos institutos específicos de estatísticas (consultar o anexo 2 sobre informações estatísticas nos países selecionados), e **variáveis primárias**, obtidas através de *surveys* de assuntos temáticos sobre o desempenho das empresas, utilizando amostras de empresas.

Quanto ao conjunto de variáveis secundárias, poderia ser utilizada a lista proposta para o monitoramento de PMEs para o observatório da UE (veja o Quadro 7 da seção anterior) para garantir a comparabilidade com outras tendências de evolução em países mais desenvolvidos. Em geral, essas variáveis estão disponíveis, sem estratificações por tamanho de empresa ou setor, mas é possível solicitar tabulações especiais diretamente junto aos institutos. As estratificações de tamanho deveriam, inicialmente, considerar o número de empregados (Quadro 7) considerados nos observatórios da UE e do BID. Posteriormente poderia se pensar na definição de uma cesta de moedas latino-americanas, para tornar os faturamentos das empresas, disponíveis em várias unidades monetárias, comparáveis, a exemplo da UE que utiliza o Parity Purchasing Power (PPP).

Para a organização dos temas a serem investigados nos *surveys*, sugere-se a realização de uma reunião de especialistas em PMEs, especificamente para definir o conjunto dos temas a se observar. A preparação desta reunião deverá levar uma proposta prévia para discussão, a qual seria montada a partir dos *surveys* organizados pela EU; também, através de questões particulares mais afetas aos problemas latino-americanos, como, por exemplo, sobre a abertura de empresas como estratégia de sobrevivência, na ausência de mecanismos de proteção social. Outro tema muito importante a ser investigado é a motivação das PMEs para estabelecerem parceria e as dificuldades apontadas para realizar acordos cooperativos. Este aspecto, como comentado anteriormente, é muito importante para reduzir os custos de transação na implementação dos apoios.

No **observatório voltado para o monitoramento dos Programas de Apoio**, propõe-se o monitoramento da oferta destes e do seu desempenho. Um inventário crítico dos Programas disponíveis, seus principais instrumentos e recursos seria um instrumento muito importante para

identificar as superposições e, ao mesmo tempo, o produto destes levantamentos seria utilizado para a sua difusão junto às PMEs. A vantagem desta difusão é a consolidação das informações disponíveis sobre o apoio em um único documento, que poderia ser por tema: tratamento tributário e acesso ao crédito.

É importante mencionar que o inventário dos Programas de Apoio deveria ser o primeiro passo na reunião de informações para posterior análise de desempenho. Tanto Tolentino (2000), quanto González e Dichiara (2002) compartilham dessa visão, como explicitado na seção anterior.

Quanto à avaliação dos Programas individuais, dado o elevado número existente (consultar o Anexo 1 a respeito), sugere-se a eleição daqueles voltados para o acesso ao crédito como primeiro tema a ser avaliado. Como citado anteriormente, este tipo de apoio é o mais demandado pelas empresas. Além disso, poder-se-ia esclarecer dúvidas a respeito da sua real necessidade, vis-à-vis as necessidades de apoio ao acesso a mercados para diversificação e capacitação gerencial e profissional das empresas.

Referência Bibliográfica

ALARCÓN, Cecilia e STUMPO, Giovanni. 'Políticas para pequeñas y medianas empresas en Chile', Revista de la Cepal, 74, 2001, pp. 175-191.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID).
http://www.iadb.org/sds/SME/site_167_e.htm

_____. <http://www.iadb.org/sds/MIC/msmobservatory.htm>

COMISIÓN INTERSECRETARIAL DE POLITICA INDUSTRIAL (CIPI). Resultados Preliminares de la Evaluación de los Programas de Capacitación, Consultoría y Asistencia Técnica. CIPI, 2000. <http://www.cipi.gob.mx/evaluac2.pdf>

_____. Las Pequeñas y Medianas Empresas en México. CIPI, 2000, http://www.cipi.gob.mx/Diag_Desem_Mpymes.pdf

EUROPEAN COMMISSION. Observatory of European SMEs 2002 / No. 1. Highlights from the 2001 Survey. European Commission, Brussels, 2002.

FAURE, Y-A. e HASENCLEVER, Lia. 'As Transformações das Configurações Produtivas Locais no Estado do Rio de Janeiro: instituições, interações e inovações'. Projeto de Pesquisa IE-UFRJ/IRD/CNPq, Rio de Janeiro, setembro de 2000.

FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DE COMÉRCIO EXTERIOR (FUNCEX). Empresas Exportadoras Brasileiras. Classificação Anual por: Tamanho e Setor de Atividade. FUNCEX, 2002.

GONZÁLEZ, Germán H. y DICHARA, Raúl, Principios para la Formulación y Evaluación de Programas de Apoyo a Micro y Pequeñas Empresas Locales. Relatório Final, Beca de Investigación FONCAP 2000-2001. Fondo de Capital Social (FONCAP S.A.) y Organización de Estados Iberoamericanos, 2002.

HASENCLEVER, L., FAURE, Y-A., LA ROVERE, R. L. e MELO, L. M. 'Proposta de Metodología para Análise dos Projetos de Apoio ao Desenvolvimento Regional, a importância da dimensão institucional'. In: Proceedings World Conference on Business Incubation, 23 a 26 de outubro de 2001.

LA ROVERE, Renata L., HASENCLEVER, Lia e ERBER, Fábio. 'Industrial and Technology Policy and Regional Development: promoting clusters', in: Third Triple Helix International Conference, ITOI/COPPE/UFRJ, 26-29 de abril de 2000, Rio de Janeiro.

LEMO, Cristina, 'Innovation and Industrial Policies for Small and Medium Enterprises in Brazil'. Paper submitted to DRUID's Winter Conference, Aalborg, Denmark, 2000 January, 6– 8.

LLISTERRI, Juan J., VIVANCO, Fermín y ARIANO, Maria, Acesso de las Pequeñas y Medianas Empresas al Financiamiento. Informe de Trabajo. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, marzo de 2002.

LÓPEZ, Odalis, Política de Desarrollo Productivo para las Pequeñas y Medianas Empresas Industriales: el caso venezolano durante 1999-2001. Caracas: Ministerio de Ciencia y Tecnología de la Republica Bolivariana de Venezuela, enero de 2002, Mimeo.

MINISTERIO DE COMERCIO EXTERIOR, INDUSTRIALIZACIÓN, PESCA Y COMPETITIVIDAD (MICIP). INSTITUTO DE INVESTIGACIONES SOCIO-ECONOMICAS Y TECNOLOGICAS (INSOTEC). Diagnóstico de la Pequeña y Mediana Industria. Quito: MICIP, marzo de 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC).
PROGRAMA BRASIL EMPREENDEDOR.
<http://pbe.desenvolvimento.gov.br/pbe/secundaria.asp?endereco=Institucional/resultados/consolidado.htm>

_____, A Micro e Pequena Empresa no Brasil.
<http://www.mdic.gov.br/progacoes/MPMe/Dados.htm>

STRAUB, Stéphane. Relevamiento del sector Pymes en Paraguay: leyes, instituciones, instrumentos, propuestas. Informe de consultoría, Proyecto Concertación para la Competitividad de las Pymes - MIC / GTZ, Setiembre 1998, Mimeo.

TOLENTINO, A. Guidelines for the Analysis of Policies and Programmes for Small and Medium Enterprise Development. Geneva : Enterprise and Management Development Working Paper EMD13/E, International Labor Organization, 2000.

Anexos

**Anexo 1. Classificação das Políticas de Apoio por Países e Temas
Argentina**

	Público	Privado / Sociedade Civil / Organismos Internacionais
Condições Diferenciadas para Abertura de Empresas	Não existem condições diferenciadas no âmbito nacional, porém a Fundação FUNDES em conjunto com o governo da província de Buenos Aires e de cinco cidades nesta província, onde em cada uma delas foi instalado o Programa de Abertura Unificada de Empresas, que consiste na simplificação dos procedimentos (redução do número certidões necessárias e evitando-se exigências repetidas) e melhorando a informação sobre os tramites e requerimentos burocráticos. http://www.argentina.fundes.org/argentina_entorno_indice-arg.html	
Tratamento Diferenciado nas Compras Públicas	Lei de Fomento a MIPyME Exige que em 10% das licitações da Administração Pública Nacional sejam exclusivas para MIPMEs. A lei também permite ao governo dividir uma compra entre diversas empresas a fim de permite que MIPMEs com menor capacidade de produção possam entrar em determinadas licitações públicas. Programa Compre PyME Instalado pela Lei de fomento a MIPyME e regulamentado na forma de Programa da SEPyME. Consiste em que a Administração Pública Nacional dê preferência de melhor oferta a uma PME caso ela ofereça um valor até 5% superior ao oferecido na licitação pública por uma grande empresa.	
Tratamento Tributário Diferenciado	Crédito Fiscal para Capacitação Programa da SEPyME que consiste na concessão de crédito fiscal para empresas que invistam em capacitação. Funciona da seguinte maneira: A empresa precisa apresentar um projeto de capacitação que uma vez aprovado dará a empresa um certificado de crédito fiscal que permite abater o seu valor dos impostos devidos. Esse certificado é negociável e seu valor pode ser de até 8% da massa salarial paga pela empresa.	
Tratamento Diferenciado no Acesso ao Crédito e acesso a mercados externos	Programa de Comércio Exterior (PREX) Programa de promoção empresarial que visa incentivar as exportações por parte da PMEs. Fornece acesso a financiamento e a informações de maneira a capacitar as empresas para alcançar novos mercados. Consiste no desenvolvimento de grupos associativos pertencentes a um mesmo setor ou cadeia produtiva, apoio as PMEs no processo de exportação, capacitação dos empresários e difusão de informações. http://www.sepyme.gov.ar Programa de Promoção de Grupos Exportadores Programa com o objetivo de formar e desenvolver grupos formais ou informais de PMEs na forma de consórcios de exportação, afim de iniciar uma atividade exportadora. http://www.sepyme.gov.ar Programa de Apoio a Primeira Exportação O programa busca incentivar as PMEs a iniciar exportações, criando assim uma cultura exportadora. Para isso são oferecidas às empresas ferramentas de capacitação e suporte técnico de maneira que a empresa possa se inserir no mercado externo. http:// www.sepyme.gov.ar Sistema de Informações para o Exportador O sistema fornece às PMEs exportadoras informações que serão necessários para as tomadas de decisões da empresa, visando a fortalecer a estratégia de inserção das empresas no mercado externo. http://www.sepyme.gov.ar Programa de Estímulo ao Crescimento de PyME (PEC) Programa da SEPyME que consiste no financiamento com taxas de juros subsidiadas para compra de bens de capital ou para a regularização de dívidas fiscais e previdenciárias.	

	<p>Fundos de garantia para MIPyME (FOGAPYME) Fundo criado pela lei de MIPMEs, fornece garantias às sociedades de crédito e financeiras credoras de MIPMEs, a fim de facilitar o acesso ao crédito por parte das MIPMEs.</p> <p>Banco de La Nacion Argentina (BNA) Oferece crédito para compras de matéria-prima e insumos e capital para investimentos com condições especiais de burocracia e de taxas para PMEs. O BNA possui, também, um programa de crédito para a aquisição de bens de capital de origem argentina que consiste no financiamento de até 80% do valor do bem com taxas de juros reduzidas. Há ainda uma linha de crédito especial para PMEs do setor de turismo e de financiamento às exportações. Recentemente foi lançado um fundo fiduciário para financiar PMEs. http://www.bna.com.ar</p> <p>Banco de Inversión y Comercio Exterior S.A (BICE) Possui programas de financiamento para PMEs que desejam investir em: informatização, produção e vendas e compra de bens de capital. Há também um programa de financiamento para estudos de impacto ambiental. O banco possui linhas de crédito especiais para PMEs que desejem fazer importação de bens de capital e/ou exportarem.</p>	
<p>Tratamento Diferenciado no acesso a tecnologia, informação, programas de capacitação e treinamento etc.</p>	<p>Programa Federal de Capacitación Programa da Secretaria de Pequena e Média Empresa e Desenvolvimento Regional (SEPyME). O programa tem por objetivo organizar atividades de capacitação e assistência técnica para MIPMEs levando em consideração as características da localidade e do setor de atividade. O programa utiliza a infra-estrutura de organismos, tais como, ministérios, secretarias e agências de desenvolvimento, para identificar essas demandas de capacitação existente por parte dessas empresas. http://www.sepyme.gov.ar</p> <p>CERPyME O programa, feito em cooperação com a União Européia, busca melhorar a capacitação, a fim de ampliar a competitividade das PyME de maneira que permita essas empresas se internacionalizarem. O programa prevê fortalecimento às estruturas de apoio as PyME, fomento a alianças tecnológicas, fortalecimento de sistemas de informação e de monitoramento das empresas, busca de novas formas de financiamento, além do apoio a busca de novos sócios internacionais para as empresas. Mais informações no site: http://www.sepyme.gov.ar</p> <p>Programa de Normas de Qualidade Ambiental O programa da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Desenvolvimento Social em conjunto com o governo canadense e a União Industrial Argentina, tem por objetivo incentivar as PMEs a adotarem Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), de acordo com as normas ISO 14000 a fim de promover um desenvolvimento sustentável em relação ao meio ambiente. http://www.medioambiente.gov.ar</p> <p>Programa de Gestão de Negócios - Defesa e Regulação para PyME Programa da SEPyME com o objetivo de orientar e capacitar as PMEs de maneira a otimizar a gestão dessas empresas na relação com as administrações públicas e com outros organismos e instituições. O apoio consiste na assessoria de técnicos com o objetivo de atualizar as empresas com a diversidade de requisitos e normas a cumprir e com fatores importantes do mercado produtivo, a fim de otimizar a competitividade das PMEs. Essas informações estão relacionadas com: licitações públicas, exportações, dificuldades com entidades financeiras, certificação de qualidade, tramites burocráticos, entre outros. http://www.sepyme.gov.ar</p>	<p>Fundação (FUNDES) Atua na Argentina oferecendo serviços de capacitação e de consultoria para PMEs. Os serviços de capacitação a empresa abrangem principalmente as seguintes áreas: comércio eletrônico, organização, gestão, logística, certificação de qualidade (ISO) e diagnóstico de capacidade empresarial. Na parte de consultoria a Fundação atua principalmente nas áreas de: mercado e venda, inovação tecnológica, custos, finanças e comércio eletrônico. http://www.argentina.fundes.org</p> <p>Programa de Melhoria das Condições do Entorno das PyMEs Programa elaborado pela Fundação FUNDES em parceria com diversos órgãos e instituições públicas. O programa consiste no investimento no entorno das PMEs de maneira a melhorar as condições de funcionamento das PyME e com isso permitir que elas cresçam e se desenvolvam de maneira sustentável. O programa subdivide-se em 6 projetos. http://www.argentina.fundes.org/argentina_entorno_indice-arg.html</p> <p>Instituto de Altos Estudos Empresariais (IAE) Curso de Capacitação para Pequenas e Médias Empresas com enfoque na América Latina http://latin.utexas.edu/pyme/eng/publications/idb</p>

Plano de Gestão de Negócios (PGN)

Programa da SEPyme com o objetivo de fomentar uma rede de negócios vinculando a demanda das grandes empresas com a oferta das PMEs nacionais, promovendo, assim, a substituição de importações, o consumo interno e colaborando com a criação de empregos. Para isso as PMEs são assistidas com ferramentas de capacitação e assistência técnica e financeira.
<http://www.sepyme.gov.ar>

Programa de Desenvolvimento de Fornecedores e Clientes PyME para Grandes Empresas

O programa consiste no desenvolvimento de redes de fornecedores e clientes, onde as grandes empresas selecionariam um grupo de PMEs para atuarem como seus fornecedores e clientes. Para isso essas PMEs receberam treinamento e capacitação por parte de consultores contratados. As PMEs também poderão ter acesso a outros programas da SEPyme com o objetivo de buscar capital e financiamento para se adequar as essas novas necessidades.

Aportes não Reembolsáveis para Novas Tecnologias

Consiste no aporte de recursos em projetos de desenvolvimento e melhoria de produtos e/ou processos, com base na introdução de novas tecnologias. Esse programa é elaborado pelo Fundo Tecnológico Argentino (FONTAR) do Ministério de Educação e Cultura.

Conselheiros Tecnológicos

Serviço técnico especializado, para diagnosticar problemas tecnológicos e auxiliar as empresas a solucioná-los. O programa é executado pelo Fundo Tecnológico Argentino (FONTAR) do Ministério de Educação e Cultura.

FONTAR

O FONTAR oferece subsídios para capacitação e retreinamento de recursos humanos em novas tecnologias de produção e gestão. São oferecidos, também, subsídios para as empresas elaborarem projetos de pesquisa e desenvolvimento ou de transferência de tecnologia.

Direção Nacional de Assistência Financeira (DINAF)

O Programa da SEPyme consiste na prestação de auxílio as PMEs na elaboração e execução de projetos/programas que facilitem o acesso a fontes de financiamento como: Crédito Italiano, Sociedades de Garantia Recíproca (SGR), FOGAPyme, entre outros.

INFOSEPyme

Serviço da SEPyme que fornece informações para as PMEs com o objetivos de mantê-las atualizadas em termos de informações importantes e necessárias para a atuação da empresa no seu dia-a-dia.

Programa de Reestruturação Empresarial (PRE)

O programa da SEPyme consiste na assessoria e supervisão técnica para elaboração e execução de um projeto de Desenvolvimento Empresarial que fica a cargo de consultores contratados livremente pela empresa. O programa financia com recursos não reembolsáveis, até 33% dos gastos da empresa com os consultores e com a implementação do projeto de Desenvolvimento Empresarial e até 50% nos casos de projetos de Desenvolvimento Associativo.

Bolívia

	Público	Privado / Sociedade Civil / Organismos Internacionais
Condições diferenciadas para abertura de empresas	Ministério do Desenvolvimento Juntamente com a FUNDES Internacional possui um convênio cujo objetivo é implementar a simplificação de trâmites de obtenção de licença de funcionamento para as MIPMEs. (http://www.desarrollo.gov.bo/mindeco/prensa/may%2002/boletin_343.html)	
Tratamento diferenciado para compras públicas	Estratégia Boliviana para Redução da Pobreza (EBERP) O artigo 4 da Ley de Dialogo, estabelece a preferência a PMEs nas compras governamentais e a implantação de um Registro Nacional de pequenos produtores. http://www.ebrp.gov.bo/estrategiaAnt/id22.htm	
Tratamento Tributário diferenciado	Secretaria de Economia- TLC Tem um projeto de simplificação do sistema de tributação e a criação de um sistema digital de registro de contribuintes, com o objetivo de aumentar a produtividade e facilitar a abertura de novas empresas. http://www.desarrollo.gov.bo/mindeco/prensa/mar%2002/boletin_325.html	
Tratamento diferenciado de acesso ao crédito e ao mercado externo	Ley de Reactivación Economica O artigo 20 estabelece que o NAFIBO SAM canalizará créditos a PMEs, e o Fondo de Desarrollo del Sistema de Intermediación Financiera y de Apoyo al Sector Productivo y Microcrédito (FONDESIF), concederá recursos para assistência técnica de apoio institucional a PMEs http://www.comunica.gov.bo (Ley de Reactivación Economica)	Consuede – Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação Internacional PROFIN busca fortalecer al sistema financiero rural, facilitar el acceso de regiones desfavorecidas a los servicios financieros y contribuir al desarrollo de un sector privado sostenible en el país que permita generar empleos y mejorar el nivel de vida de la población. http://www.cosude.org.bo/ SECO – Programa Piloto de Cooperación Comercial. Entre outros projetos destaca-se o de Promoción del Comercio Electrónico para Exportadores: Small Enterprise Assistance Fund (SEAF) Washington http://www.cosude.org.bo/
Tratamento diferenciado para acesso à tecnologia, informação, programas de capacitação e treinamento, etc.	Viceministerio de Microempresa SAT Servicio de Asistencia Técnica Apóia o desenvolvimento e fortalecimento da capacidade empresarial de PMEs e o setor de artesanato através de programas de capacitação através de diferentes projetos. Atualmente trabalha com financiamento do BID. MEJORAR y EMPRENDER INNOVAR MERCADOS INFORMAR FORTALECER LA OFERTA ASOCIACIÓN DE NEGOCIOS PROYECTOS ESPECIALES ** Não possui página própria, mas foi encontrada informação no seguinte endereço http://miweb.unete.com.bo/SeminarioSDE/VME/sat.htm	Confederación Nacional de Instituciones Empresariales Privadas – CONFIEP Possui um projeto de assessoria para política setorial, para estimular a competitividade das pequenas e médias empresas. http://econsulting.confiep.org.pe/ Embaixada da Holanda A Embaixada da Holanda na Bolívia possui acordos de cooperação técnica em diversas áreas http://www.embholanda-bo.org/instrumentos.html Consuede – Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação Internacional Esta agência atua na assessoria empresarial à PMEs. http://www.cosude.org.bo/ Corporación de Instituciones Privadas de Apoyo Empresarial Organização sem fins lucrativos atuando em Servicios de Desarrollo Empresarial (SDE), orientadas a PMEs. http://miweb.unete.com.bo/SeminarioSDE/cipame/historia.htm

Brasil

	Público	Privado / Sociedade Civil / Organismos Internacionais
Condições Diferenciadas para Abertura de Empresas	<p>O estabelecimento de condições diferenciadas para abertura de empresas ocorre no âmbito dos governos estaduais, através das juntas comerciais. Alguns estados têm procurado criar procedimentos mais simplificados.</p> <p>Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) Programa Nacional de Apoio a Incubadoras de Empresas – PNI Programa para ampliar e otimizar a maior parte dos recursos que deverão ser canalizados para apoiar a geração e consolidação de um maior número de micro e pequenas empresas inovadoras em regime de incubação: Capacitação de empresários-empresendedores; Estimular a associação entre pesquisadores e empresários; Criação de uma cultura empreendedora; Geração de empregos; Apoio à introdução de novos produtos, processos e serviços no mercado; Promoção de agregação de conhecimento e a incorporação de tecnologias em micro e pequenas empresas; Redução da taxa de mortalidade de novas micro e pequenas empresas; Consolidação de micro e pequenas empresas que apresentem potencial de crescimento; Interação entre micro e pequenas empresas e instituições que desenvolvam atividades tecnológicas. http://www.mct.gov.br/prog/empresa/pni/objetivos.htm</p>	
Tratamento Diferenciado nas Compras Públicas	<p>Existe tratamento preferencial às PMEs estabelecido na Lei 8.666 de 1993 para os procedimentos de licitação de órgãos da administração pública.</p>	
Tratamento Tributário Diferenciado	<p>As ações relacionadas e/ou previstas pela legislação pertinente às PMEs no Brasil são: Lei n.º 9.317, de 5 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o <u>regime tributário das Microempresas e das empresas de pequeno porte</u>, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES. Lei n.º 9.841, de 5 de outubro de 1999. Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o <u>tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido</u>. Decreto n.º 3.474, de 19 de maio de 2000. Regulamenta a Lei n.º 9.841, de 5 de outubro de 1999. Portaria n.º 31, de 26 de fevereiro de 2002. Atualiza o Decreto n.º 3.474, de 19 de maio de 2000. Lei n.º 10.034, de 24 de outubro de 2000. Altera a Lei n.º 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o <u>Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte</u> - SIMPLES. http://www.mdic.gov.br/progacoes/mpme/legmpme.htm .</p> <p>** Existem também condições diferenciadas a nível estadual ou municipal.</p>	
Tratamento Diferenciado no Acesso ao Crédito e a Mercados Externos	<p>Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) Programa Brasil Empreendedor do Governo Federal As linhas de crédito destinam-se a planos de negócios viáveis, que envolvam a necessidade de financiamento para investimento; capital de giro; e investimento+giro. Fundo de Amparo ao Trabalhador / Min. Trabalho e Emprego</p>	<p>SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas FAMPE É um fundo de aval concedido pelo Sebrae Nacional para micro e pequenas empresas com o objetivo de complementar as garantias exigidas pelo banco</p>

Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER)

Micros e pequenos empresários (inclusive agroindústrias, cooperativas e associações de produção) obtêm financiamento para seus Planos de Negócios, com o objetivo de gerar emprego e renda. Os recursos são provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

<http://www.mte.gov.br/Temas/proger/default.asp>

Os recursos são repassados pelos seguintes bancos

Caixa Econômica Federal

http://www.caixa.gov.br/empresa/produtos/linhas_de_credito/proger/index.asp

Banco do Brasil

Proger – Setor Informal

<http://www.bb.com.br/appbb/portal/voce/ep/fin/SetorInformal.jsp>

Proger – Profissional Liberal

<http://www.bb.com.br/appbb/portal/voce/ep/fin/ProfissionalLiberal.jsp>

Proger Professor

<http://www.bb.com.br/appbb/portal/voce/ep/fin/ProgerProfessor.jsp>

Proger Urbano Empresarial – Eficiência Energética

<http://www.bb.com.br/appbb/portal/emp/ep/fin/ProgerE.jsp>

Programa de Crédito para Novos Empreendedores - PCONE

http://pbe.desenvolvimento.gov.br/pbe/secundaria.asp?endereco=Institucional/coes_complementares/etapall.htm

Banco do Brasil

<http://www1.bb.com.br/w/emp/ep/fin/mpe/pbe/novosEmp.asp>

Exporta Fácil – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

<http://www.correios.com.br/exporte/dafault.cfm>

BNDES

No âmbito do Programa Brasil Empreendedor, o BNDES disponibiliza recursos que são repassados pelos seguintes bancos: Banco do Brasil; Caixa Econômica Federal; Banco do Nordeste; Banco da Amazônia.

BNDES**Programa de Capitalização de Empresas de Base Tecnológica.**

Linha de crédito para a realização de operações de capital de risco.

<http://www.bndes.gov.br/produtos/estruturados/capitale.asp?pagina=mercadocapitais&strMenu=marrom>

Banco do Brasil**Linhas de Crédito para PMEs**

<http://www.1.bb.com.br/w/emp/ep/fin/mpe/pbe/linhscredito.asp>

Caixa Econômica Federal**Programa Caixa Empresa**

Atende às necessidades financeiras das Micro, Pequenas e Médias Empresas, em especial as relacionadas a crédito e capacitação

http://www.caixa.gov.br/empresa/produtos/financiamentos/credito_rotativo/index.asp

http://www2.sebrae-rs.com.br/gest_o/cr_dito/fampe/default.asp

Programa de Capital de Risco (PCR)

Tem por objetivo estimular o mercado de capital de risco, sendo quotista de Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes que destinem à capitalização das micro e pequenas empresas, principalmente as de base tecnológica e as exportadoras, no mínimo, o equivalente à participação do Sebrae nestes fundos.

Em parcerias com outras instituições, como BID, BNDESPAR, FINEP, fundos de pensão e investidores privados, contribuirá para que esses fundos se desenvolvam e transformem-se em oportunidades de crescimento para as empresas.

http://200.252.248.100/site/na/PCR.nsf/SubFrame?OpenFrameSet&Frame=Cont&Src=_v5tpmit355tn62bqq8d92srjjconn8rr4dtpiu936d5p76t1v9to6ari4dthnarb5dpq2cgblehncsj1dlim80_

APEX – Agência de Promoção de Exportações do SEBRAE

o Governo Federal criou o Programa Especial de Exportações – PEE e a Agência de Promoção de Exportações – APEX (Decreto 2.398 de 21 de novembro de 1997). Sua função principal é apoiar as empresas de pequeno porte para que aumentem as suas exportações, elevando o volume exportado, o número de empresas que vendem para o mercado externo e o número de produtos exportados. A APEX opera em colaboração direta com a CAMEX – Câmara de Comércio Exterior e em estreita coordenação com os Ministérios das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Os "produtos" da APEX são:

Projetos Setoriais Integrados (PSI)

Projetos Horizontais (PH)

Projetos Isolados (PI)

Projetos de Formação de Consórcios de Exportação (PFC)

Projetos de iniciativa da própria APEX (PA)

Atualmente estão em execução 96 PSI; 39PH; 7PI; 2 PFC; 16PA; 51

PEC

<http://200.252.248.100/site/na/apex.nsf/todos/D4CE018CA0212E95032567C4007C74C6>

<http://www.apexbrasil.com.br>

	<p>Programa Energia Brasil – Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) Tem o objetivo de promover o uso eficiente de energia por estas empresas, gerando ganhos de produtividade e lucratividade oferecendo entre outros produtos e serviços: linhas de crédito http://www.inovacaotecnologica.com.br/recursos/energiabrasil-credito.html</p> <p>FINEP Projeto INOVAR O Projeto Inovar visa a construir um ambiente institucional que favoreça o desenvolvimento da atividade de capital de risco (CR), de forma a estimular o fortalecimento das empresas nascentes e emergentes de base tecnológica brasileiras, contribuindo, em última instância, para o desenvolvimento tecnológico regional, bem como para a geração de empregos e renda. http://www.finep.gov.Br e www.venturecapital.com.Br</p> <p>Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), PROGEX NACIONAL É uma ação integrada com o objetivo de mobilizar recursos e instrumentos operacionais de suas instituições de fomento e das instituições de pesquisa, com vistas a aumentar as exportações brasileiras. Tem como objetivo elevar o nível de competitividade das pequenas e médias empresas que queiram se tornar exportadoras, ou daquelas que já exportam e desejam melhorar seu desempenho no mercado exterior.</p>	
<p>Tratamento Diferenciado no Acesso à Tecnologia, informação, programas de capacitação e treinamento, etc.</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) - Secretaria de Desenvolvimento da Produção (SDP) Programa Brasil Empreendedor Programa telecentros de informação e de negócios http://www.desenvolvimento.gov.br/progacoes/PortalTelecentro/Abertura/Default.htm</p> <p>Programa do artesanato brasileiro Organizar e fortalecer a produção artesanal brasileira, estimulando a sua comercialização e promoção, como importante atividade econômica do País, são os principais diretrizes do trabalho, no âmbito do Programa do Artesanato Brasileiro. http://pab.mdic.gov.br/</p> <p>Banco do Brasil SALAS DE NEGÓCIOS COM O BRASIL http://www.bb.com.br/appbb/portal/on/inter/SalasNegocios.jsp</p> <p>Apoio aos Pólos Produtivos http://pbe.desenvolvimento.gov.br/pbe/secundaria.asp?endereco=Institucional/acoes_complementares/Apoio_aos_Polos_Produtivos.htm</p> <p>Programas de Capacitação Visa desenvolver o empreendedorismo e fortalecer a gestão empresarial, preparando os empreendedores/empresários para que possam planejar,</p>	<p>SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Tecnologia Programa de Apoio Tecnológico às Micro e Pequenas Empresas (PATME) http://200.252.248.100/site/na/infocred.nsf/SubFrame?OpenFrameSet&Frame=Cont&Src=_e5tpmit355tn62br9dpj6uoricli2srjgconn8rr4dtpiu936d5p76t1v9to6ari4dthnarb5dpq2cgblehncsj1dlim80_g0_</p> <p>Outros programas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Programa Brasileiro de Design - PBD, - Sebraetec - Sebraetib - Tecnologias da Produtividade http://200.252.248.100/site/na/geremp.nsf/SubFrame?OpenFrameSet&Frame=Cont&Src=_05tpmit355tn62br7clp6arbg5pn76phfehn8rrj5si6cqbiedq3ujrgcln48rr3elmmarjk4p0nat3f8pp62rb5cg0_ <p>Bolsas de Estudo para Incorporação de recursos humanos em projetos de capacitação e modernização tecnológica.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Bolsas Sebrae/IEL - Bolsas Sebrae/Senai http://200.252.248.100/site/na/geremp.nsf/SubFrame?OpenFrameSet&Frame=Cont&Src=_05tpmit355tn62br7clp6arbg5pn76phfehn8rrj5si6cqbiedq3ujrgcln48rr3elmmarjk4p0nat3f8pp62rb5cg0_

estruturar e/ou reestruturar o seu negócio. São agentes capacitadores do PBE: SEBRAE; Banco do Nordeste; Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio das Secretarias de Trabalho dos Estados e Distrito Federal

Estatuto da Micro Empresa

<http://www.mdic.gov.br/publica/sdp/cartilhaEstatuto.htm>

Caixa Econômica Federal

Programa Caixa Empresa

Visa à capacitação de PMEs.

<http://www.caixa.gov.br/empresa/produtos/financiamentos/index.asp>

Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT)

Projeto Alfa de Apoio às Empresas –

ALFA/PATME (Programa de Apoio Tecnológico às Micro e Pequenas Empresas)

Executor: SEPT/MCT - SEBRAE

O Projeto ALFA tem por objetivo estimular a inovação tecnológica nas micro e pequenas indústrias (MPI), por meio da oferta de linha de financiamento, não-reembolsável, para apoiar a realização de **Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE)** de projetos de desenvolvimento de inovações tecnológicas. O programa é realizado com recursos federais, em parceria com instituições estaduais e locais.

<http://www.mct.gov.br/prog/empresa/alfa.htm>

Plano de Negócios – MCT

O Plano de Negócios tem como principal finalidade a capacitação do empresário no sentido de orientar todo o planejamento e organização da empresa de modo a torna-la mais competitiva e apta a lidar com variáveis externas à empresa.

Programa de Apoio às Tecnologias Apropriadas – PTA

Agência executora: CNPq

O PTA tem como objetivo geral desenvolver tecnologias apropriadas a serem adotadas por micro e pequenos empreendedores, de acordo com as características de sua realidade social, econômica, cultural e ambiental. O programa também objetiva garantir que os processos de capacitação, seleção, aperfeiçoamento, geração, transferência e difusão de tecnologias sejam criados e geridos nas próprias comunidades e que objetivem, em última instância, sua autodeterminação tecnológica.

http://www.mct.gov.br/prog/empresa/pdti_pdta/Default.htm

Programa Energia Brasil –Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs)

Tem por objetivo de promover o uso eficiente de energia por estas empresas, gerando ganhos de produtividade e lucratividade, oferecendo serviços de informação, capacitação, consultoria, gerenciamento e avaliação.

<http://www.inovacaotecnologica.com.br/recursos/energiabrasil.html>

** Existem também programas de capacitação, principalmente no apoio à inovação, voltados às PMEs no âmbito das Fundações de Amparo à Pesquisa estaduais, tais como a FAPERJ (http://www.faperj.br/interna.phtml?obj_id=461) e a FAPESP (<http://www.fapesp.br/pipe.htm>)

Capacitação

Projeto Competir

Estabelecer padrões competitivos para empresas de pequeno porte – industriais ou de serviços para industriais – da Região Nordeste, visando o aumento da qualidade e produtividade.

Parceiros do projeto: SENAI- Departamento Nacional, SEBRAE Nacional e GTZ.

<http://www.competir.org.br/>

Projeto Empreender

Contribuir para o aumento da competitividade das MPE, por meio de uma melhor organização de suas demandas e dos processos de autodesenvolvimento, pela troca de experiências, novos mercados e inovações tecnológicas. Envolve uma parceria com as CACB (Confederações das Associações Comerciais do Brasil).

Pequenas Empresas Grandes Negócios

Publicação editada pela Editora Globo com matérias e informações voltada para as PMEs. Possui também um portal através do qual são oferecidos cursos, informações sobre legalização, crédito etc. Atua em parceria com o portal Geranegócio.

http://redeglobo5.globo.com/home_pegn/?DMitem0=0&DMitem1=1&

Programas de Desenvolvimento Local (DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável)

Programa aplicado em conjunto com as prefeituras Municipais. A Unidade de Desenvolvimento Local – UDL é responsável pelos programas, projetos e ações do SEBRAE na promoção do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS. A missão da UDL é proporcionar condições para a oferta dos produtos e serviços do SEBRAE em localidades, municípios, micro e meso regiões, de modo a facilitar o processo de desenvolvimento local.

<http://200.252.248.103/sites/udl/mapa.htm>

Programa de Emprego e Renda (PRODER)

Programa de desenvolvimento de municípios de pequeno porte, por intermédio do estímulo ao empreendedorismo. O PRODER busca a geração de emprego e renda por meio da criação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas. A aplicação do PRODER em um determinado município exige e pressupõe a construção de parcerias com instituições públicas e privadas.

<http://200.252.248.103/sites/udl/proder.htm>

Empretec

É um projeto executado pelo Sistema Sebrae, em parceria com o PNUD - Programa das Nações Unidas para o

--	--

Desenvolvimento e com a ABC/MRE - Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores, que tem por objetivo identificar e aumentar o potencial empresarial
http://200.252.248.100/site/na/criaempresa.nsf/SubFrame?OpenFrameSet&Frame=Cont&Src=_c5tpmit355tn62br3e9km2pbde1p6asr15pn76pfehnm8rrj5si6cqbiqdq3ujrgcln48rr3elmmarjk4p0nat3f8pp62rb5cg0_

Programas de Qualidade e produtividade

http://200.252.248.100/site/na/geremp.nsf/SubFrame?OpenFrameSet&Frame=Cont&Src=_05tpmit355tn62br7clp6arbg5pn76pfehnm8rrj5si6cqbiqdq3ujrgcln48rr3elmmarjk4p0nat3f8pp62rb5cg0_

Oferece ainda os seguintes programas de capacitação:

Treinamento Empresarial

Programa Sebrae de Capacitação Tecnológica Agroindustrial
Iniciando um Pequeno Grande Negócio

Programa Sebrae de Capacitação Tecnológica Agroindustrial
Cultura empreendedora

http://200.252.248.100/site/na/geremp.nsf/SubFrame?OpenFrameSet&Frame=Cont&Src=_05tpmit355tn62br7clp6arbg5pn76pfehnm8rrj5si6cqbiqdq3ujrgcln48rr3elmmarjk4p0nat3f8pp62rb5cg0_

GERANEGOCIO

Portal através do qual o pequeno empreendedor pode montar plano de negócio, identificar aptidões, fazer o seu planejamento estratégico, buscar o microcrédito, melhorar a eficiência, qualificar-se e obter assistência técnica, mercadológica, gerencial e comportamental.
<http://www.geranegocio.com.br/html/topo/conheca/conheca.html>

Portal da Web Mundi

Orientações e informações para abertura de negócios por áreas de atividade:
<http://www.webmundi.com/menun/novoneg/newneg.asp>

CEAPE – Centros de Apoio aos Pequenos Empreendimentos

Rede de 13 entidades, independentes entre si, mas coligadas pela coordenação da Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (FENAPE), responsável pela manutenção, consolidação e expansão da Rede.

<http://www.ceape.org.br/home/homepage.asp>

Centro de Capacitação e Apoio ao Pequeno Empreendedor – Centro CAPE

Instituição dirigida ao setor produtivo informal, empresa familiar e de micro porte. Instituição privada sem fins lucrativos voltada para a capacitação, treinamento e apoio.

<http://www.centrocape.org.br/>

Movimento Brasil Competitivo - MBC

--	--

É uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) voltada ao estímulo e ao fomento da competitividade da sociedade brasileira.

Programa Rede Brasil +,

Espera mobilizar 500 mil empresários de micro e pequenas empresas até dezembro de 2003, e para isso as unidades do Sebrae funcionarão como pontos de multiplicação das ações desenvolvidas para ampliar a competitividade dos micro e pequenos empreendimentos.

http://www.abc.org.br/eventos/brasil_mais/releases/release03.asp

Chile

	Público	Privado / Sociedade Civil / Organismos Internacionais
Condições Diferenciadas para Abertura de Empresas	não foi encontrada informação	
Tratamento Diferenciado nas Compras Públicas	não foi encontrada informação	
Tratamento Tributário Diferenciado	As PMEs podem descontar de sua declaração de impostos até 1% da receita anual para investir em programas de capacitação.	
Tratamento Diferenciado no Acesso ao Crédito e ao mercado externo	<p>Fundo de Promoção de Exportações Funciona como fonte de financiamento para PMEs que desejem exportar seus produtos.</p> <p>Programa IFIS Programa feito com recursos do Fundo de Solidariedade e Investimento Social (FOSIS), fornece subsídios aos bancos comerciais que atuem com linhas de microcrédito para MIPMEs.</p> <p>Banco del Desarrollo Possui uma divisão para atuar junto as MIPMEs fornecendo microcréditos. http://www.cepri.cl/bandesarrollo/</p> <p align="center"><u>Programa de Internacionalização de PyME (InterPyME)</u> – O programa oferece às PMEs apoio para começar a exportar. A empresa recebe o apoio de consultores especializados e de sistemas de informação e pesquisa de mercados, e com o respaldo das instituições que se dedicam a promoção das exportações. O programa INTERPYME tem por objetivo promover e assistir a internacionalização das PMEs ampliando sua participação no comercio exterior, permitindo as empresas assistência para um posicionamento estratégico nos mercados internacionais em condições competitivas. http://www.interpyme.com.cl</p> <p>Corporação de Fomento da Produção (CORFO) Possui programas de crédito que financiam projetos de investimento em equipamentos, instalações, serviços de engenharia e montagem. Os financiamentos são feitos com recursos do CORFO através de convênios com diversas instituições bancárias.</p> <p>Programa de Quase-Capital Utiliza recursos do Fundo de Investimento para Desenvolvimento de Empresas (FIDES) e tem por objetivo financiar PMEs que gerem produtos de alto valor agregado e possuem alto conteúdo tecnológico. Esse financiamento funciona como capital de risco para essas empresas investirem em tecnologia.</p> <p>Cupones de Bonificación de Primas de Seguro de Créditos (CUBOS) Consiste no financiamento por parte do Estado de 72% de um seguro contra falta de pagamento da empresa que é contratado pelos bancos quando PyME buscam empréstimos mas não possuem garantias reais suficientes para tal. Esse programa tem por objetivo solucionar o problema de falta de garantias reais que as PyME tem quando necessitam recorrer a instituições de crédito.</p>	

	<p>Fundo de Garantia do Pequeno Empresário (FOGAPE) O programa consiste num fundo de garantias que funciona complementando as garantias oferecidas pelas PyME e que são inferiores às exigidas pelas instituições de crédito. Isso permite o acesso ao crédito de pequenos empresários, que não contêm com garantias suficientes para apresentar às instituições financeiras no financiamento de seus empréstimos. http://www.fogape.cl/</p>	
<p>Tratamento Diferenciado no acesso a tecnologia, informação, programas de capacitação e treinamento etc.</p>	<p>Fundo de Assistência Técnica para Pequena e Média Empresa (FAT-PyME) Programa realizado pela Corporação de Fomento da Produção (CORFO). Presta financiamento para serviços de consultoria e assistência técnica para PMEs com o objetivo de facilitar a modernização produtiva, melhorias na produtividade e na gestão das empresas. Mais informações no site: http://www.indec.cl/premex.htm</p> <p>Programa de Apoio a Gestão de Empresas Produtivas Programa realizado pela Corporação de Fomento da Produção (CORFO). O programa tem por objetivo apoiar a melhora na qualidade e na produtividade de PyME. Consiste no subsídio para contratação de consultorias de alta especialização orientadas a: diagnosticar níveis de produtividade, analisar estratégias, aumentar a eficiência de processos produtivos, gestão e planificação da produção, implementação de normais de qualidade e normas ISO, otimização de sistemas de informação e desenvolvimento de processos de automatização. http://www.indec.cl/premex.htm</p> <p>Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDP) Programa realizado pela Corporação de Fomento da Produção (CORFO). O programa tem por objetivo aumentar a competitividade das cadeias produtivas, através da consolidação de relações de subcontratação entre grandes e pequenas empresas. O programa consiste no financiamento de um diagnóstico da empresa e na execução de projetos de melhoramento produtivo para solucionar problemas detectados no diagnóstico. É financiado até 60% do valor total do projeto. http://www.indec.cl/premex.htm</p> <p>Empresa Nacional de Mineração (ENAMI) Possui programas de apoio para PMEs do setor de mineração nas áreas de fomento a produção e gestão empresarial.</p> <p>Comisión de Protección Social PyME Juntamente com outras instituições pretende lançar neste ano um programa de redução de acidente de trabalho nas PMEs (atualmente as PyME chilenas representam 58% do total dos casos). O programa buscará desenvolver projetos de gestão de prevenção do risco junto as PyME. http://www.economia.cl/economiaweb.nsf/0/7C83DA5EC4074A0404256CD00053FF4D?OpenDocument&1</p>	<p>Asociación de Distribuidores de Software (ADS) Possui um programa em conjunto com a Business Software Alliance (BSA) para incentivar as PyME a utilizarem software legalizados, combatendo a pirataria. O programa consiste no fornecimento de consultorias na área de software e na legalização dos softwares já utilizados. http://www.ads.com.cl</p> <p>Legal PyME Programa feito pela empresa Legal Chile em associação com a pymempresas.com para dar as PyME acesso a serviços de advocacia a baixos custos. O pagamento consiste numa associação das PyME que passam a pagar uma taxa mensal e pode utilizar os serviços dos advogados sempre que precisarem. O objetivo do programa é proteger as PyME de gastos extras com esses tipos de serviço e ao mesmo tempo mante-las sobre uma certa proteção. http://www.pymempresas.com/legal_pyme/legal.html</p> <p>Programa de Assistência Subsidiada Programa realizado pela empresa de consultoria Indec Chile Ltda. para atender as PyME chilenas que estão incluídas em programas de subsídios a consultoria da CORFO. http://www.indec.cl</p> <p>Fundação (FUNDES) Atua no Chile oferecendo serviços de capacitação e de consultoria para PMEs. Como serviços de capacitação a fundação oferece cursos de formação e de gestão empresarial, seminários de atualização, serviços de informação, entre outros. Na parte de consultoria a Fundação atua principalmente elaborando diagnósticos e projetos nas áreas: comercial, estratégica, financeira e meio-ambiente para as PMEs. http://chile.fundes.org</p>

	<p>Programa de Transferência Tecnológica Chile – Quebec 2000 Tem por objetivo entregar as PyME chilenas ferramentas necessárias para a formação de alianças estratégicas, de forma que haja transferência de tecnologia entre os países e as instituições. Isso serviria de base para o estabelecimento de um processo de internacionalização destas empresas. http://www.intec.cl ou http://www.vozinternational.com/cp/es/cp-000901-intec02.htm</p> <p>Programa de Apoio a Gestão de Empresas Exportadoras (PREMEX) Tem por objetivo promover a capacidade exportadoras de PMEs manufatureiras e de software. O programa consiste no financiamento para contratação de consultoria especializada para melhorar a gestão da empresa e assim incrementar o processo produtivo e qualidade dos produtos.</p> <p>Programa de Pré-Investimento Programa do Serviço de Cooperação Técnica (SERCOTEC). Consiste na contratação (pelo próprio SERCOTEC) de estudos, cadastros e diagnósticos servindo de orientação para o planejamento estratégico integrado entre as PMEs locais e o desenvolvimento regional. http://chile.fundes.org/instru/3_3_2ppi.html</p>	
--	---	--

Colômbia

	Público	Privado / Sociedade Civil / Organismos Internacionais
Condições diferenciadas para abertura de empresas	<p>Ministério do Desenvolvimento Lei 590 de julho de 2000. Promoção de PMEs Estabelece no art 11 a criação de um REGISTRO ÚNICO DE LAS MIPYMES. a cargo das Câmaras de Comercio. Estabelece no art 43 instrumentos de estímulos para-fiscais para a criação de empresas. Estabelece também no art. 44 um Programa de Jovens Empreendedores http://www.mindesa.gov.co/MiPymes/leyrelamentari.htm Decreto 393 de 4/03/2002 http://www.mindesa.gov.co/MiPymes/decreto393.htm</p>	
Tratamento diferenciado para compras públicas	<p>Ministério do Desenvolvimento Através do art 12 da Lei 590 dá condições preferenciais às PMEs nas compras governamentais. http://www.mindesa.gov.co/MiPymes/leyrelamentari.htm http://www.mindesa.gov.co/mipymes11.htm</p>	
Tratamento tributário diferenciado	<p>Ministério do Desenvolvimento O art. 42 estabelece que municípios e distritos, e órgãos do governo podem criar regimes tributários especiais para PMEs http://www.mindesa.gov.co/MiPymes/leyrelamentari.htm</p>	
Tratamento diferenciado de acesso ao crédito e ao mercado externo	<p>Ministério do Desenvolvimento</p> <p>FOMIPYMES – Fundo Colombiano de modernização e desenvolvimento tecnológico das micro, pequenas e médias empresas</p> <p>Expopyme http://www.mindesa.gov.co/mipymes11.htm http://www.proexport.com.co/VBeContent/expopyme/ExpoPyme.asp</p> <p>Promoção de Feiras locais e Nacionais para dinamizar mercados em benefício das PMEs. http://www.mindesa.gov.co/MiPymes/leyrelamentari.htm</p> <p>IFI – Instituto de Fomento Industrial Banco de desenvolvimento com foco especial em PMEs oferecendo Linhas de crédito. http://www.ifi.gov.co/ificv/servlet/co.gov.ifi.ifi.IFICentro?URI=/ifi/IFICentro/Cre ditosEmpresariales/CreditosEmpresariales.xml</p> <p>Fundo Nacional de Garantias SA É uma entidade de economia mista vinculada ao Ministerio del Desarrollo Económico. Atua através de intermediários financeiros na concessão de garantias financeiras para a contratação de empréstimos, principalmente para PMEs. http://www.fng.gov.co</p> <p>Assessoria Comercial http://www.ifi.gov.co/ificv/servlet/co.gov.ifi.ifi.IFICentro?URI=/ifi/IFICentro/AsesoríaComercial/AsesoríaComercial.xml</p>	<p>FUNDES A Fundes na Colômbia tem o objetivo de estudar a situação das pequenas e médias empresas incluindo-se aí o problema de acesso ao crédito e a insumos. Oferece também ferramentas de gestão empresarial constituindo uma ajuda para o crescimento interno e o êxito de sustentação da empresa. http://colombia.fundes.org</p> <p>Banco Santander Este banco oferece serviço especial aos clientes empresários do segmento de pequenas e médias empresas. Eu não sei se este serviço diz respeito a facilidades de acesso a crédito ou se é somente referente a pagamentos. http://www.bancosantander.com.co/spymes.htm#ben</p> <p>BANCOLOMBIA Banco comercial que possui uma linha específica para PMEs denominada Desarrollo Empresarial que concede crédito para diversas operações, exceto aquelas do setor agropecuário. http://www.todo1.com/NASApp/cs/ContentServer?pagename=Empresas/Channel/index&pub=EmpCo_Finan&cat=1010684909263&subcat=1010684909439&art=1022085554618&mode=art</p>

	<p>Bancóldex – Banco de Comércio Exterior de Colômbia SA Facilitar o acesso das MIPMEs ao crédito para exportação, oferecendo garantias através do Fondo Nacional de Garantías - FNG Estas garantias diminuem o risco de crédito ao intermediário financeiros em uma porcentagem do crédito solicitado com recursos do Bancóldex.</p>	
<p>Tratamento diferenciado para o acesso à tecnologia, informação, programas de capacitação e treinamento etc</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento FOMIPYMES – Fundo Colombiano de modernização e desenvolvimento tecnológico de MIPMEs. http://www.mindesa.gov.co/MiPymes/leyrelamentari.htm</p> <p>Programas Desarrollo Productivo Programa Nacional de Diseño PYMECO - Programa para el fortalecimiento, apoyo y mejoramiento de los micro, pequeños comerciantes Turismo y Desarrollo microempresarial Calidad y Competitividad Red Colombiana de Subcontratación Minicadenas Productivas Centros Regionales de Inversión PRODES - Programas de Desarrollo Empresarial Sectorial Premio Colombiano a la Innovación Tecnológica Empresarial http://www.mindesa.gov.co/mipymes11.htm</p> <p>IFI – Instituto de Fomento Industrial Criação e incubação de empresas, http://www.ifi.gov.co/ificv/servlet/co.gov.ifi.ifi.IFIcentro?URI=/ifi/IFIcentro/CreacionIncubacion/CreacionIncubacionEmpresas.xml</p> <p>Capacitação http://www.ifi.gov.co/ificv/servlet/co.gov.ifi.ifi.IFIcentro?URI=/ifi/IFIcentro/CapacitacionEmpresarial/CapacitacionEmpresa.xml</p> <p>Assessoria técnica http://www.ifi.gov.co/ificv/servlet/co.gov.ifi.ifi.IFIcentro?URI=/ifi/IFIcentro/AsistenciaTecnica/AsistenciaTecnica.xml</p> <p>Jurídica http://www.ifi.gov.co/ificv/servlet/co.gov.ifi.ifi.IFIcentro?URI=/ifi/IFIcentro/AsesoríaJurídica/AsesoríaJurídica.xml</p>	<p>CONFECAMARAS Programa “Apoio à produtividade empresarial mediante o uso de tecnologias de informação” por meio do qual terão acesso a modernos sistemas de comunicação computadorizados. http://www.confecamaras.org.co/indexN.html</p> <p>Universidade ICESI: Possui um projeto com apoio do BIDFOMIN para melhorar as condições das pequenas empresas no que diz respeito ao acesso a tecnologia e capacitação de pessoal. O projeto consiste no estabelecimento de uma rede de empresas pequenas monitoradas por uma grande e o acesso a tecnologia mais avançada seria alcançado mediante a troca de informações com a universidade e a troca de informações entre as empresas. O objetivo é realizar programas para melhorar a gerência das pequenas e médias empresas por meio do estabelecimento de uma rede de empresas monitoradas por uma grande empresa. Este projeto foi apresentado ao BID. http://www.icesi.edu.co/~redpymes/capacitacion.htm http://www.icesi.edu.co/~redpymes/antecedentes.htm</p>

Costa Rica

	Público	Privado / Organizações Não Governamental
Condições Diferenciadas para Abertura de Empresas	não foi encontrada informação	
Tratamento Diferenciado nas Compras Públicas	<p>As PMEs tem preferência frente as empresas estrangeiras nas licitações públicas em caso de igualdade técnica, de qualidade e / ou de preços.</p> <p>A lei de PyME estabelece que não haverá discriminação das PMEs frente às grandes empresas no que se referir a mecanismos de pagamento, prazo de entrega, nem em outro parâmetro de comparação.</p> <p>Existe um registro de PMEs fornecedoras do setor público feito pelo Ministério de Economia, Indústria e Comércio (MEIC).</p>	
Tratamento Tributário Diferenciado	não foi encontrada informação	
Tratamento Diferenciado no Acesso ao Crédito e ao mercado externo	<p>Fundo Especial de Desenvolvimento de MIPyMEs (FODEMIPyME) Criado pela lei de PyME, tem por objetivo fornecer garantias, conceder créditos para financiar projetos, programas de assistência técnica e capacitação para PMEs, além de transferir recursos a entidades públicas, como contrapartida para apoiar o desenvolvimento de programas e projetos nas áreas de capacitação, assistência técnica, inovação e transferência tecnológica.</p> <p>Fundo de Micro projetos Costarrriquenhos O programa oferece crédito e empréstimos-ponte para PMEs que tenham o objetivo de apoiar financeiramente atividades produtivas.</p>	Associação Costarrriquenha de Desenvolvimento (FUCODES) Oferece assistência financeira e financiamentos para PMEs que desejem investir em projetos de autogestão e de capacitação.
Tratamento Diferenciado no acesso a tecnologia, informação, programas de capacitação e treinamento etc.	<p>Instituto Tecnológico de Costa Rica Possui desde 1994 uma Incubadora de empresas. http://lanic.utexas.edu/pyme/esp/publicaciones/itcr</p> <p>Programa de Fortalecimento para a Inovação e Desenvolvimento Tecnológico das PyMEs (PROPYME) O programa tem como objetivo financiar as atividades dirigidas a promover e melhorar a capacidade de gestão e competitividade das PMEs, mediante o desenvolvimento tecnológico. O programa consiste num apoio financeiro não reembolsável de até 80% do custo total do projeto ou programa elaborado pela empresa.</p> <p>Programa de Fomento Industrial O programa do MEIC oferece serviços de informação, desenvolvimento de projetos para a PMEs com o objetivo de fomentar e desenvolver PMEs do setor industrial. http://www.meic.go.cr</p>	<p>Fundação FUNDES Oferece serviços de educação e capacitação, assistência técnica e social e consultorias em diferentes áreas para PMEs. http:// costarica.fundes.org</p> <p>Centro de Gestão Tecnológica (CEGESTI) O Centro oferece assistência técnica à PyME para aplicação de normas de qualidade, gestão ambiental, gestão estratégica e de produção e internacionalização com o objetivo de suprir as necessidades de rentabilidade, crescimento e competitividade das empresas. http://www.yellowwebb.co.cr/cegesti.html</p>

Cuba

Em razão do processo de reestruturação pelo qual está passando a economia cubana a disponibilidade de informação é insuficiente. O setor de turismo parece ser aquele mais provável de se ter alguma política ao capital privado. Não obstante, foram encontrados alguns endereços que faziam menção às PMEs.

Centro para Promoção das Exportações de Cuba

O CEPEC oferece serviços especializados a exportadores de bens e serviços, em especial às pequenas e médias empresas (PMEs), para que possam entrar no mercado internacional, que apóie o fomento, desenvolvimento e diversificação da oferta de exportação cubana.

<http://www.cepec.softcal.cu/>

Programa de Desenvolvimento Humano Local

<http://www.onu.org.cu/uunn/pdhl/metodo.html>

Iniciativa da ONU em diversos países em desenvolvimento para o desenvolvimento econômico local através de instrumentos de financiamento e apoio, entre eles o FRIDEL (Fundo Rotativo para Iniciativas de Desenvolvimento Econômico Local). Este fundo é um instrumento criado para sustentar o desenvolvimento da economia local em áreas geográficas e em particular para:

- facilitar projetos de desenvolvimento em pequenas e médias empresas e cooperativas agropecuárias;
- apoiar o aprimoramento da competitividade, produtividade, organização, qualidade e comercialização nos setores agropecuário, industrial e de serviços a nível local, assim como a promoção para a criação de novas empresas;
- promover preferencialmente a integração produtiva de mulheres, jovens e outros sem qualificação; facilitar o aproveitamento e a valorização dos recursos humanos e financeiros existentes a nível local.

Oficina Cubana de la Propiedad Industrial (OCPI) – Cuba

Através do Servicio Especializado al Sector Empresarial (SESE), a Oficina Cubana para la Propiedad Industrial (OCPI) oferece um conjunto de serviços de informação e assessoria às PMEs:

- buscas sobre o estado da arte da tecnologia;
- assessoramento em matéria de propriedade industrial;
- propostas e assessoramento para a seleção de marcas, nomes comerciais;
- investigações sobre marcas;
- diagnóstico da atividade de propriedade industrial na empresa;
- assessoria para a implantação do Sistema Nacional de la Propiedad Industrial no âmbito da empresa;
- cursos e palestras.

<http://www.ocpi.cu>

Na página abaixo são encontradas informações sobre a economia cubana e o programa de desenvolvimento do governo, porém nenhuma menção é feita às PYME

Governo da República de Cuba

<http://www.cubagob.cu/>

Câmara de Comércio de Cuba

O estímulo ao empreendimento privado está voltado à atração de investimentos estrangeiros. É possível encontrar informações na página da Câmara de Comércio, porém algumas informações dependem de registro na página.

<http://www.camaracuba.cu/>

Equador

	Público	Privado / Sociedade Civil / Organismos Internacionais
Condições Diferenciadas para Abertura de Empresas	O Ministerio de Comercio Exterior, Industrialización, Pesca y Competitividad (MICIP) Dirección Nacional de la Pequeña Industria , Tem por objetivo promover e apoiar o desenvolvimento competitivo das PMEs, incorporando elementos inovadores que permitam seu acesso aos mercados nacionais e internacionais. Existem condições diferenciadas para a abertura de empresas no nível federal. http://www.tecnibusiness.com/micip2/main.php?id=394	
Tratamento Diferenciado nas Compras Públicas	não foi encontrada informação	
Tratamento Tributário Diferenciado	O marco jurídico estabelecido no Equador para o beneficiamento das PMEs é a Ley de Fomento de la Pequeña Industria y Artesanía (Decreto No. 921 de 7 de agosto de 1979), que tem como finalidade a concessão de benefícios e vantagens de ordem tributária, alfandegária e creditícia para as pequenas unidades produtivas agremiadas.	
Tratamento Diferenciado no Acesso ao Crédito	Ministerio de Comercio Exterior, Industrialización, Pesca y Competitividad (MICIP) http://www.tecnibusiness.com/micip2/main.php.id=367 Estão disponíveis as seguintes linhas de crédito CFN PROGRAMA GLOBAL DE CREDITO MULTISECTORIAL CREDIMICRO LINEA DE COMERCIO EXTERIOR LINEA POST EMBARQUE IMPORTADOR PROGRAMA GLOBAL DE CREDITO PARA LA MICROEMPRESA LINEA ESPECIAL DE REACTIVACION PARA LA PEQUEÑA INDUSTRIA Y ARTESANIA http://www.cfn.fin.ec/lineas.htm#bnf INNOVACION TECNOLOGICA DEL SECTOR PRODUCTIVO ECUATORIANO – FUNDACYT http://www.tecnibusiness.com/micip2/main.php.id=369 FOPINAR - FONDO DE FOMENTO DE LA PEQUEÑA INDUSTRIA Y ARTESANIA http://www.tecnibusiness.com/micip2/main.php.id=371 PROGRAMA DE CREDITO DE INSOTEC http://www.tecnibusiness.com/micip2/main.php.id=376 BANCO NACIONAL DE FOMENTO BNF http://www.tecnibusiness.com/micip2/main.php.id=377 BANCO SOLIDARIO http://www.solidario.com.ec/microempresarios.html	Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (United Nations Development Programme, no Âmbito Proyectos PNUD) Programa UNDP em Equador Projeto voltado para a melhoria do entorno empresarial das pequenas e médias empresas locais, com metas específicas de eliminação e facilitação de impedimentos burocráticos para a implementação das pequenas empresas e implementação de fundos de capital de risco. http://www.undp.org.ec/proyectos/ecu_02_v01.html podem ser consultados todos os detalhes do Programa. Corporación de Promoción de Exportaciones e Inversiones (CORPEI) http://www.corpei.org Federación Ecuatoriana de Exportadores (FEDEXPOR) http://www.ecuador.fedexpor.com/
Tratamento Diferenciado no acesso a tecnologia, informação, programas de capacitação e	Dirección Nacional de la Pequeña Industria (MICIP) MNAC (Sistema Ecuatoriano de la Calidad – Metrología, Normalización, Acreditación y Certificación) Programa de Melhoramento Contínuo da Qualidade e Produtividade das PMEs	Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (United Nations Development Programme, no Âmbito de Proyectos PNUD) Programa UNDP em Equador Desenvolve programas voltados à assistência técnica e assessoria aos

treinamento etc.

<http://www.tecnibusiness.com/micip2/mainnac.php?id=480>.

Disponibiliza também informação sobre diferentes programas de capacitação voltados às PMEs

<http://www.tecnibusiness.com/micip2/main.php?id=379>

pequenos empreendedores e empresas.

http://www.undp.org.ec/proyectos/ecu_02_v01.html

Federación Ecuatoriana de la Pequeña y Mediana Industria, Cámara de la Pequeña Industria de Pichincha (CAPEIPI)

É uma organização de direito privado sem fins lucrativos, que tem como objetivo fomentar a capacitação profissional na pequena indústria, fornecer serviços e assessorias de informação, assistência técnica, jurídica, etc. a todos os afiliados. Também prestar toda classe de apoio às pequenas indústrias afiliadas, individual ou coletivamente, nas gestões monitoradas entre organismos públicos, semipúblicos e privados, nacionais e internacionais.

<http://www.capeipi.com>

Pontificia Universidad Católica do Equador (PUCE)

Por intermédio de sua sede regional de Manabí, iniciou um programa de apoio e assistência técnica. Com este propósito foi criado a CAPEM (Centro de Apoyo a las Pequeñas Empresas de Manabí). Os principais objetivos são o apoio científico/acadêmico e a assistência técnica, buscando também atrair o suporte de organismos internacionais.

http://www.puce.edu.ec/pucemanabi/centro_apoyo_peq_empr.htm

Cámara de la Pequeña Industria del Guayas (CAPIG)

É uma instituição privada sem fins lucrativos que tem por objetivo facilitar a criação de PMEs. Ela tem por objetivo propiciar o crescimento da pequena indústria mediante um fortalecimento de suas relações de cooperação com organismos governamentais para implementação e execução de programas de desenvolvimento. Nessas relações de cooperação, destacam-se os programas relativos à concessão de linhas de créditos pelo governo do Equador para as PMEs locais. A CAPIG promove três linhas de crédito em cooperação com o governo: Corporación Financiera Nacional (CFN) ; Banco Nacional de Fomento ; e Programa de Fondos Compartidos de la CORPEI.

<http://www.capig.org.ec/Financiamiento.htm>

Centro de Excelência da Universidad Tecnológica Equinoccial

Provê um suporte virtual integral às pequenas e médias empresas. É possível encontrar um completo guia de como criar uma empresa, análise e investigação do produto ou serviço, tudo sobre exportação, planos de marketing, assuntos financeiros, negócios, planos jurídicos, etc. Também informações sobre cooperação financeira, oportunidades de negócios, bases de dados, eventos, fóruns, etc.

<http://www.pymes-ecuador.com>

México

	Público	Privado / Sociedade Civil / Organismos Internacionais
Condições Diferenciadas para Abertura de Empresas	<p>COFEMER Desde 2002 foi implementado um sistema de abertura rápida de empresas (SARE) através da Comissão Federal de Melhora Regulatória (Cofemer – http://www.apps.cofemer.gob.mx/sare/) que busca diminuir a burocracia no processo de registro de empresas a nível federal, estadual e municipal. http://www.apps.cofemer.gob.mx/estados/documentos/SARE.ppt http://www.cgemerpuebla.gob.mx/sare2.htm</p>	
Tratamento Diferenciado nas Compras Públicas	<p>LEY PARA EL DESARROLLO DE LA COMPETITIVIDAD DE LA MICRO, PEQUEÑA Y MEDIANA EMPRESA Art.10 Inciso IX. Promover que as dependências e entidades da Administração Pública Federal e suas delegações nas Entidades Federativas e Distrito Federal realizem o planejamento de suas aquisições de bens e contratação de serviços para destiná-las às MIPMEs de maneira gradual, até alcançar um mínimo de 35%.</p>	
Tratamento Tributário Diferenciado	<p>Existem diversos programas individuais e conjuntos de apoio fiscal relacionados a tratamento tributário diferenciado para PME's no âmbito de três secretarias: SHCP http://www.shcp.gob.mx Secretaria de Economía http://www.economia.gob.mx; Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais. SEMARNAT http://www.semarnat.gob.mx.</p>	
Tratamento Diferenciado no Acesso ao Crédito e Acesso a Mercados Externos	<p>Banco de Desenvolvimento Nafin (Nacional Financeira) Linha de crédito específica para PME's novas ou já existentes através do Banco Santander Mexicano. (http://www.nafin.com/portal/08financiamiento/na8085.jsp)</p> <p>Programa de Desarrollo de Proveedores del Sector Público, para capacitação, assessoria, informação e crédito, para que pretendem vender ao governo. http://www.nafin.com/portal/07ventas_gob/na7000.jsp</p> <p>Conacyt e o Sedesol Oferecem aportes de capital para modernização tecnológica e início de atividades produtivas, respectivamente. O Sedesol, através do FONAES possui ainda uma linha de capital de risco: - para estimular a interação universidade empresa (Conacyt); - para o desenvolvimento florestal (Semarnat); - para o desenvolvimento de organizações sociais (Sedesol).</p> <p>Bancomext e Nafin Também existem programas de crédito para compra de equipamentos, meio-ambiente, exportação; financiar produção, projetos de investimento; projetos de crescimento e modernização; existem serviços financeiros para facilitar atividades exportadoras, e para o gerenciamento financeiro das empresas; existem ainda programas mistos de crédito e serviços para a incorporação de PME's nas cadeias de exportação e nas cadeias das montadoras, para fortalecer as relações entre PME's e grandes empresas, e entre PME's e governos. O Nafin possui também uma linha de capital de risco e o Bancomext uma linha de serviços de assessoria à exportação.</p>	<p>FUNDES Atua no México oferecendo produtos e serviços voltado ao crédito e ao capital de risco http://mexico.fundes.org</p> <p>PyME É uma empresa que fornece serviços de apoio às PME's para obter financiamento. http://www.pyme.com.mx</p> <p>CONCAMIN (Confederação das Câmaras Industriais)</p> <p>FUNTEC Braço executor para apoiar a melhoria de competitividade das PME's no México, com recursos financeiros e assessoria técnica. http://www.funtec.org.mx</p> <p>Banco Santander Mexicano Possui uma linha de crédito para as PME's http://www.santander.com.mx/pymes/productos/pr_redpyme.html</p>

<p>Tratamento Diferenciado no acesso a tecnologia, informação, programas de capacitação e treinamento etc.</p>	<p>Banco de Desenvolvimento Nafin (Nacional Financeira) Oferece cursos de capacitação gerencial disponível <i>on line</i> para aquelas PMEs. http://www.nafin.com/portal/09capacitacion/na9000.jsp</p> <p>Secretaria de Economia Contacto Pyme Disponibiliza informações sobre programas de financiamento que envolvem o apoio ao desenvolvimento tecnológico; aquisição de máquinas; ampliação e modernização de instalações; assistência técnica; capacitação; Fundo Setorial de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Econômico. http://www.contactopyme.gob.mx</p> <p>- FAMPYME (Fundo de Apoio à Micro, Pequena e Média Empresa), Programa de apoio à capacitação, formação de consultores, realização de estudos de competitividade etc.</p> <p>- FIDECAP (Fundo de Fomento à Integração de Cadeias Produtivas), Programa de apoio que facilite a inserção das PMEs na cadeia produtiva e o fortalecimento de diversos setores produtivos, através da constituição de fundos de garantia, estudos de viabilidade, apoio a projetos produtivos etc.</p> <p>Outros programas Marcha Hacia el Sur; Centros de Distribución en Estados Unidos; Portal CONTACTO PyME; Programa CONSULTE; Consultoría Especializada en Tecnología; Formación de Asesores Tecnológicos Empresariales (ATEs); Capacitación al Sector Salud; Programa Nacional de Desarrollo de Cultura Empresarial para la Competitividad; Formación de Centros de Vinculación Empresarial; Congreso de Calidad; Sectores Productivos; Oportunidades de Negocio; Ferias y Misiones Comerciales Internacionales; Facilitadores de Exportación; Organismos Estatales de Promoción Exportadora; Programas de Promoción Sectorial (PROSEC); Premio Nacional de Tecnología; Programa de Desarrollo Productivo de la Mujer; Programa de la Mujer Campesina.</p> <p>Sistema de Informações Empresariais Mexicano (SIEM) http://www.siem.gob.mx/portalsiem/</p> <p>Existe uma série de programas — no âmbito de diferentes secretarias (SAGARPA ; Secretaría de Economía, Semarnat) e bancos de desenvolvimento (Bancomext e Nafin) — visando a difusão de informação a respeito de instrumentos disponíveis no que tange a práticas gerenciais, comércio exterior, investimento, e alianças entre empresas.</p> <p>BANCOMEXT; SEP; SEP; SEMARNAT Oferecem programas de capacitação pagos</p> <p>Secretaria de Economia; Sagarpa Oferecem programas de capacitação gratuitos</p> <p>STPS; BANCOMEXT; NAFIN. Mecanismos de apoio financeiro à programas de capacitação</p>	<p>A FUNDES Atua no México oferecendo produtos e serviços voltado à capacitação empresarial http://mexico.fundes.org</p> <p>PyME É uma empresa que oferece cursos de capacitação empresarial às PMEs; oferece também um portal para consultoria virtual em que a resposta é dada em 48h, sem custos; disponibiliza acesso gratuito à Revista PyMES. http://www.pyme.com.mx</p> <p>Câmara Nacional da Indústria de Transformação http://www.canacintra.org.mx/</p> <p>Comitê Nacional de Produtividade e Inovação Comitê para apoiar o desenvolvimento e consolidação das PMEs oferecendo consultoria, capacitação e assessoria especializada para melhorar o desempenho e vantagens competitivas. Disponibiliza entre outras informações sobre os serviços prestados as PMEs e documentos de um seminário realizado em 2002 sobre PMEs. http://www.compite.org.mx/pyme2002.htm</p> <p>IDEA – Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Univ. de Anáhuac Trabalha sobre o tema PMEs e está realizando o seguinte projeto: "Programa Regional de Entrenamiento Gerencial Anáhuac-IDEA-BID (PREGAIB)". Este projeto tem como objetivo difundir informação integral e específica às diferentes necessidades das pequenas e médias empresas (PMEs).</p> <p>FUNTEC Braço executor da CONCAMIN (Confederação das Câmaras Industriais) para apoiar a melhoria de competitividade das PMEs no México, com recursos financeiros e assessoria técnica.</p>
--	---	--

	<p>Conacyt, Secretaria de Economía, SEP, Bancomext; Semarnat e Sagarpa: Existem serviços de assessoria técnica e consultoria que são pagos.</p> <p>Conacyt, Bamcomext Existem subsídios para programas de assessoria técnica e consultoria</p> <p>Nafin Programa de assessoria técnica</p> <p>Cadenas Productivas Apoio à liquidez de empresas que se insiram em cadeias produtivas)</p> <p>Bancomext Joven Creatividad Empresarial (aporte temporário de capital para iniciativas de jovens empreendedores com a participação de instituições educacionais para formar empresas economicamente viáveis); <i>Financiamiento PyME</i> (capital e compra de equipamentos de PME que estejam direta ou indiretamente relacionadas à exportação); Seguro de Crédito de Exportación (Proteção à inadimplência de compradores estrangeiros); Bolsa de Trabajo (Bolsa de trabalho especializado em negócios internacionais)</p> <p>Secretaria de Turismo Programa para la Modernización de la Pequeña y Mediana Empresa Turística Programa de apoio à capacitação gerencial de empresas relacionadas à atividade turística</p> <p>Programa de Reactivación del Financiamiento al Sector Turístico Programa para facilitar o acesso ao crédito para empresas relacionadas à atividade turística, através de estímulos à retomada de concessão de crédito pelo setor bancário a estas atividades e também aos governos</p> <p>Instituto Mexicano de la Propiedad Industrial (IMPI) – México Oferece uma série de serviços e incentivos para facilitar e promover o uso do sistema de propriedade intelectual pelas PMEs: desconto de 50% nas tarifas correspondentes ao trâmite de patentes etc. e serviços de informação tecnológica; seminários, e cursos; guias de usuário de distribuição gratuita sobre patentes etc.; convênios com universidades e empresas para a distribuição de informações sobre o tema; oficinas e centros regionais para difundir informação tecnológica e assessoria para a solicitação de patentes. http://www.impi.gob.mx</p>	
--	---	--

Paraguai

	Público	Privado / Sociedade Civil / Organismos Internacionais
Condições Diferenciadas para Abertura de Empresas	Não foi encontrada informação	
Tratamento diferenciado nas Compras Públicas	Não foi encontrada informação	
Tratamento Tributário Diferenciado	Não foi encontrada informação	
Tratamento Diferenciado no Acesso ao Crédito	<p>Banco Central do Paraguai Programa Global de Crédito para a microempresa (PGCM) Visa desenvolver a capacidade produtiva e empresarial dos microempresários, facilitando também o acesso ao crédito. http://www.bcp.gov.py/utep/RES-PGCM.htm</p>	<p>Programa Bolívar Assessorar pequenas e médias empresas para a conquista de mercados externos.</p> <p>FEPAME – Federación Paraguaya de Micro empresas Organização não Governamental sem fins lucrativos com o objetivo de promover o setor de microempresas, oferecendo assessoria e serviços não financeiros. http://200.85.47.230/gtz/info/fepame.asp</p>
Tratamento Diferenciado no acesso a tecnologia, informação, programas de capacitação e treinamento etc.	<p>Ministério da Indústria e do Comércio do Paraguai (MIC) http://www.mic.gov.py</p> <p>Caja de herramientas de Gestión para PyMES http://200.85.47.230/gtz/index.asp.</p> <p>Guía de Instituciones de Apoyo al Desarrollo y Fortalecimiento de las Mipymes http://200.85.47.230/gtz/info/guia.asp.</p> <p>Banco Central do Paraguai Programa Global de Crédito para a microempresa (PGCM) Este programa prevé a elaboração de manuais sobre: abertura da empresa, legalização de empresa, impostos, registro de marcas e patentes, exportação, assistência técnica e capacitação, etc. http://www.bcp.gov.py/utep/RES-PGCM.htm</p> <p>CEPAE – Centro de Apoyo a las Empresas Tem por objetivo criar condições favoráveis para a formação, fortalecimento e crescimento de micro e pequenas empresas. Oferece serviços de informação, assistência técnica, capacitação etc. http://www.cepae.gov.py</p> <p>Servicio Nacional de Promocion Profesional (SNPP) Programa ligado à Secretaria Geral do Gabinete Civil/Secretaria Técnica de Planificación do Governo do Paraguai (é um dos Diretórios Públicos) Objetivo: fixar a política de formação, capacitação e especialização profissional, no marco dos planos de ação e desenvolvimento regional e nacional. Ações formativas que se desenvolvem através de cursos de iniciação, capacitação e especialização http://www.paraguaygobierno.gov.py/directorio_publico-su.html</p>	<p>FUNDACION EMPRENDER</p> <p>Programa Gerente Pyme 2003 - Programa de Formación en Alta Gerencia para Dirección de Pequeñas y Medianas Empresas Tem por objetivo formar gerentes empreendedores. http://www.emprendedor.org.py/capyme/programas/gerentepyme2003/index.html.</p> <p>Programa Evolución PYME Programa de assessoramento e capacitação dirigido a empresários e gerentes de pequenas e médias empresas no Paraguai.</p> <p>APYME – Asociacion de las Pequeñas y Medianas Empresas Associação privada sem fins lucrativos que tem por objetivo apoiar a formalização, o melhoramento e a ação solidária entre seus membros associados. http://www.webdesign.com.py/gtz/info/apyme.asp</p> <p>Club de Emprendedores del Paraguay Tem por objetivo apoiar, entre seus membros, a criação de PMEs e o fortalecimento das já existentes no Paraguai. Este clube foi constituído no seio do “Centro de Atención a la Pequeña y Mediana Empresa” (CAPYME), que por sua vez é ligado à “Fundación Emprender”. O seu principal objetivo é fomentar o associativismo como ferramenta válida de fortalecimento das PMEs. http://www.emprendedor.org.py/capyme.htm.</p> <p>Banco Interamericano de Desenvolvimento PR 0100 – Programa de Desarrollo Empresarial para las PyMES Tem por objetivo contribuir para a competitividade das PMEs mediante o desenvolvimento do mercado de serviços de desenvolvimento empresarial e o melhoramento das condições do entorno empresarial.</p>

Peru

	Público	Privado / Sociedade Civil / Organismos Internacionais
Condições diferenciadas para abertura de empresas	<p>Projeto de Ley para MyPES de agosto de 2002 Propõe no art. 4 que as PMEs utilizem Trâmite Único em diferentes esferas de governo e que os registros sejam concedidos em 30 dias.</p> <p>Ministério do Trabalho e Promoção de Emprego PROGRAMA DE AUTOEMPLEO Y MICRO EMPRESA - PRODAME Programa para fomentar a constituição de PMEs. Para tal o Ministério oferece serviços para a formalização destas empresas com objetivo de que estas empresas tenham acesso aos recursos econômicos e financeiros do sistema formal. Este programa reduz significativamente o tempo e custos para a constituição de empresas através de procedimentos ágeis e gratuitos. http://www.mtpe.gob.pe/prodame/index.asp</p>	
Tratamento diferenciado para compras públicas	<p>A Ley de Contrataciones y adquisiciones del Estado dá preferência em processos de licitação por órgãos governamentais, em caso de empate, às PMEs.</p>	
Tratamento tributário diferenciado	<p>Projeto de Ley para MyPES de agosto de 2002 Propõe no art.55 um Regime Simplificado de Imposto Geral sobre as Vendas; no art.56 um Regime Único Simplificado e no art.57 um Regime Especial de Imposto de Renda.</p>	
Tratamento diferenciado de acesso ao crédito e ao mercado externo	<p>Ministério do Trabalho Peru Empreendedor Promover o desenvolvimento das MIPMEs e iniciativas empresariais através da oferta dos seguintes serviços: Línea de crédito; e Fortalecimento das instituições de microfinanças. Além disto oferece também Serviços de Desenvolvimento Empresarial que permite a utilização de “Bonos de capacitación y A.T. Para MYPE”; “Bonos de capacitación y asesoría para jóvenes emprendedores” http://www.mtpe.gob.pe/peruempendedor/index.asp</p> <p>COFIDE - Corporación Financiera de Desarrollo S.A. Empresa de economia mista com autonomia administrativa, econômica e financeira cujo capital pertence em 98,56% ao Estado peruano (representado pelo Fondo Nacional de Financiamiento de la Actividad Empresarial del Estado, del Ministerio de Economía y Finanzas) e em 1,41% à Corporación Andina de Fomento - CAF. Programa Pymes Oferece diferentes linhas de crédito específicas às PMEs. http://www.cofide.com.pe/sf3.html</p> <p>COMISION PARA LA PROMOCION DE EXPORTACIONES - PROMPEX http://www.prompex.gob.pe</p> <p>FONCODES – Fondo Nacional de Compensación y Desarrollo Social Possui um fundo para apoio financeiro e capacitação técnica de PMEs</p>	<p>Consorcio de Organizaciones Privadas de Promoción al Desarrollo de la Micro y Pequeña Empresa (COPEME) Associação civil criada em 1990 para promover e executar programas, projetos e atividades orientadas a desenvolver o setor de PMEs a nível local, regional e nacional. Serviços Financeiros Promover um mercado financeiro para as PMEs através de suas associadas e em colaboração com organizações nacionais e estrangeiras no apoio a microfinanças. Atualmente através de um convênio com o USAID oferece os seguintes serviços: Central de Risco e Clasificación de Qualidade de Carteira; Apoio à ONGs de Crédito. http://www.copeme.org.pe</p> <p>Fundación Fondo de Garantía para Préstamos a la Pequeña Industria - FOGAPI – Oferece serviços de garantia financeiros a PMEs, através da oferta de crédito. Os recursos desta entidade foram integralizados com aportes iniciais das entidades <i>Fundadoras, de doações da Cooperación Técnica Internacional do Governo Holandês e do Fundo de Contravalor Perú-Suíza, entre outros; os recursos do Fondo de Respaldo são do Ministerio de Economía y Finanzas – Corporación Financiera de Desarrollo (COFIDE).</i> http://www.fogapi.com.pe/ingles/default.htm</p>

	<p>http://www.foncodes.gob.pe</p> <p>Ministério de Economia e Finanças Disponibiliza documento a respeito do acesso ao crédito facilitado pelo governo para o crescimento das empresas. http://www.mef.gob.pe/misc/Consulta_Ciudadana/dt6.pdf</p>	
<p>Tratamento diferenciado para acesso à tecnologia, informação, programa de capacitação e treinamento etc.</p>	<p>Comissão de Promoção da Micro e Pequena Empresa - PROMPYME Mantém um portal para PMEs terem acesso aos editais de compra de bens e contratação de obras e serviços por parte do governo. http://www.prompyme.gob.pe/compras_estatales/default.asp</p> <p>INICITEL Incentivo à instalação de incubadoras como uma forma de apoiar o crescimento e a instalação de pequenas e médias empresas de base tecnológica no país. Os objetivos básicos da Incubadora são capacitar recursos humanos, desenvolver tecnologias para aplicação nestas pequenas e médias empresas, melhorar a gestão interna destas empresas. http://incubadora.inicetel.gob.pe/reglamento_interno.htm#c10</p> <p>FONCODES – Fondo Nacional de Compensación y Desarrollo Social Possui um fundo para apoio financeiro e capacitação técnica de PMEs http://www.foncodes.gob.pe</p> <p>Ministério do Trabalho Peru Empreendedor Promover o desenvolvimento de PMEs e iniciativas empresariais através de Serviços de Desenvolvimento Empresarial: fortalecimento da oferta de tais serviços e fortalecimento de associações empresariais. http://www.mtpe.gob.pe/peruempendedor/index.asp</p> <p>Inecopi Oferece apoio às PMEs através de um pacote de serviços no que diz respeito à marcas, normas técnicas, calibrações, entre outros de forma a promover a competitividade destas empresas. http://www.indecopi.gob.pe/quienessomos/plan.asp</p>	<p>Hewlett Packard Oferece ferramentas de Internet e serviços eletrônicos e acessórios de personalização para as pequenas e médias empresas. http://www.hp.com/latinamerica/peru/pynes/noti_epc081100.htm</p> <p>Microsoft Peru Firmou um convênio de cooperação com a Câmara de Comércio e Produção para promover o aprimoramento da tecnologia nas PMEs peruanas. http://www.microsoft.com/latam/prensa/2001/dic/MsPeru_Camara_Comercio.asp</p> <p>Confederación Nacional de Instituciones Empresariales Privadas - CONFIEP Possui um projeto de assessoria para política setorial. O objetivo é gerar uma política de fomento da competitividade das pequenas e médias empresas. Outro objetivo é planejar e coordenar projetos de promoção da competitividade do setor de pequenas e médias empresas. http://econsulting.confiep.org.pe/</p> <p>Confederação Nacional de Contadores Públicos do Perú: Tem por objetivo promover a aplicação de estratégias de conhecimento prospectivo para contribuir para o desenvolvimento de novas PMEs. http://www.ccpl.org.pe/avisos/prensa/Notas_de_Octubre2002.htm</p> <p>Consorcio de Organizaciones Privadas de Promoción al Desarrollo de la Micro y Pequeña Empresa (COPEME) Associação civil criada em 1990 para promover e executar programas, projetos e atividades orientadas a desenvolver o setor de PMEs.</p> <p>Serviços de Desenvolvimento Empresarial Tem por objetivo melhorar as competências de ONGs para implementar programas de capacitação, assistência técnica e informação orientadas as PMEs. Para tal conta com o apoio do CORDAID, MITINCI-GTZ e OIT.</p> <p>Desenvolvimento Institucional e Informação Tem por objetivo melhorar a presença da COPEME no debate sobre PMEs junto ao Estado e sociedade civil, com propostas para o desenvolvimento deste setor. http://www.copeme.org.pe</p> <p>Piurapyme É uma iniciativa de peruanos que coloca a serviço das microempresas informações que permitam a capacitação em gestão produtiva e gerencial http://www.piurapyme.com.pe/</p> <p>SENATI - Servicio Nacional de Adiestramiento en Trabajo Industrial</p>

--	--

Tem por finalidade proporcionar formação profissional e capacitação. Possui um programa específico para PMEs
<http://www.senati.edu.pe/Pymes.htm>

Centropyme

Tem por função apoiar PMEs contando com a cooperação do Fondo de Contravalor PERÚ-SUIZA e SWISSCONTACT.
http://www.senati.edu.pe/SER_Centropyme.htm

Programa de Capacitación Multimedia - PROCAMM

Modalidade de Capacitación Multimedia, que permite levar capacitação a lugares distantes através do Procamm.
http://www.senati.edu.pe/PRO_Procamm.htm

Foropyme

Página da Web do SENATI especializado em PMEs oferecendo serviços relacionados à: Informação Técnica; Alternativas de Negócio; Foros de Discussão; Consultorias, e Cursos
<http://www.foropyme.com/>

Ipace

Oferece serviços de Diagnóstico y Desenho de Cursos para PMEs; Produção de Cursos Multimídias para PMEs; Desenho de sistemas de capacitação.
<http://ipace.senati.edu.pe/internet/index.htm>

Venezuela

	Público	Privado / Sociedade Civil / Organismos Internacionais
Condições Diferenciadas para Abertura de Empresas	O Plano de Desenvolvimento para o período 2001-2007 coloca este como um ponto fundamental na política de apoio às PMEs. Porém, não foi encontrada informação sobre os mecanismos relacionados.	
Tratamento Diferenciado nas Compras Públicas	O Plano de Desenvolvimento para o período 2001-2007 coloca este como um ponto fundamental na política de apoio às PMEs. Porém, não foi encontrada informação sobre os mecanismos relacionados.	
Tratamento Tributário Diferenciado	O Plano de Desenvolvimento para o período 2001-2007 coloca este como um ponto fundamental na política de apoio às PMEs. Porém, não foi encontrada informação sobre os mecanismos relacionados.	
Tratamento Diferenciado no Acesso ao Crédito e Acesso a Mercados Externos	<p>BANDES – Banco de Desenvolvimento Econômico e Social Programa de Investimento Produtivo e Desenvolvimento Social Dirigido às PMEs no caso de investimentos produtivos e organizações da sociedade civil na área social. http://www.bandes.gov.ve/Default_f.asp?Pag=Programas/InversionProductiva.htm</p> <p>Banco de Comércio Exterior Desde de 2001 desenvolve programas para apoiar as PMEs em exportação. http://www.bancoex.com</p> <p>Banco Industrial de Venezuela É uma instituição financeira de desenvolvimento envolvido com as políticas industriais e sociais do estado. Além de funcionar como banco comercial, entre os produtos do banco existe um Programa de Microcrédito com objetivo de atender às necessidades de créditos das PMEs. Possui convênios com o Sogampi e o Foncrei. http://www.biv.com.ve</p> <p>Sociedad Nacional de Garantías Recíprocas para la Mediana y Pequeña Industria (SOGAMPI): http://www.sogampi.com.ve</p> <p>Fondo de Cooperación y Financiamiento de Empresas Asociativas (FONCOFIN): Propicia a geração de convênios entre organizações comunitárias que levem a diante planos de desenvolvimento comunitário e organizações que dão apoio técnico e administram créditos para as PMEs.</p> <p>Fondo para el Fomento y Desarrollo de la Artesanía, Pequeña y Mediana Industria (FODAPEMI): Concede financiamiento para PMEs.</p> <p>FONCREI – Foro de Crédito Industrial Oferece ao setor industrial manufatureiro um serviço de financiamento, com assistência integral, através do sistema bancário nacional e instituições não bancárias, para satisfazer as expectativas em termos de qualidade, custos de oportunidade. Em 25 de outubro de 1999, foi publicada na Gaceta Oficial N° 5.396, a reforma da Ley del Fondo de Crédito Industrial com a aprovação do Ministério das Finanças, com o objetivo de promover, impulsionar, financiar e dar assistência técnica às PMEs industriais do setor manufatureiro. Além disso, também se propõe a estimular o microcrédito. http://www.foncrei.org.ve/menu.html</p>	<p>SICR Venezuela Sociedade Administradora de Capital de Risco, para a promoção da expansão de pequenas e médias empresas nas quais participam como acionistas minoritários. http://www.sicr-venezuela.org.ve</p> <p>CONAPRI Venezuelan Council for Investment Promotion Organização sem fins lucrativos, criada em 1990 para promover o investimento estrangeiro privado. No que diz respeito às PMEs o CONAPRI recentemente estabeleceu uma parceria com o COFIDES, uma organização espanhola para-estatal, de forma a facilitar o acesso de PMEs venezuelanas aos financiamentos do COFIDES, através de parcerias com parceiros espanhóis. http://www.conapri.org/</p>

<p>Tratamento Diferenciado no acesso a tecnologia, informação, programas de capacitação e treinamento etc.</p>	<p>Banco Industrial de Venezuela Programa de Microcrédito com objetivo de atender às necessidades de créditos das PMEs. Este programa envolve também: assessoria e capacitação, promoção de alianças institucionais. Possui convênios com o Sogampi e o Foncrei. http://www.biv.com.ve</p> <p>Fondo de Crédito Popular (FONCREP): Oferece assistência nas áreas de gestão, produção e prestação de serviços, com o objetivo de melhorar o aproveitamento de recursos e aumentar produtividade.</p> <p>Venezuela Produtiva Tomando como referencia o Programa de Inovadores y Modernizadores de Empresa (PIME), do Ministério de Ciência y Tecnología, propõe-se a geração de um subcomponente formado por vários projetos pontuais, que estejam orientados especificamente a formar inovadores na área de tecnologias de informação para serem prontamente introduzidos nas PME's venezuelanas e produzam processos sustentáveis de modernização produtiva fazendo uso de ferramentais digitais. Programa de Formación de Innovadores y Modernizadores en Tecnologías de Información para las Pymes Venezolanas http://www.venezuelaproductiva.gov.ve/pimes.html</p> <p>Fondo para el Fomento y Desarrollo de la Artesanía, Pequeña y Mediana Industria (FODAPEMI): Serviço orientado à capacitação e especialização de mão-de-obra, desenvolvimento organizacional, otimização de processos produtivos, e assessoria em geral.</p> <p>Fundo Nacional para Ciência, Tecnologia e Inovação Existe um programa de formação de técnicos que trabalham em PMEs. http://www.conicit.gov.ve/</p> <p>Servicio Autónomo de la Propiedad Intelectual (SAPI) – Venezuela Tem por objetivo promover o uso do sistema da propriedade intelectual por parte das PMEs: participação nas políticas de desenvolvimento dos parques industriais do país através de seminários, concursos para incentivar a criatividade das PMEs; criação de unidades descentralizadas para a disseminação de informação sobre propriedade intelectual; acordo com a Fedeinustria com o objetivo de desenvolver uma campanha de educação e divulgação sobre direitos de propriedade intelectual; elaboração de um projeto de convênio com o Ministerio de Educación, Cultura y Deporte para o treinamento de professores em matéria de propriedade intelectual nos institutos tecnológicos. http://www.mpc.gov.ve/web/default.htm</p>	<p>CONINPYME É uma iniciativa da CONINDUSTRIA e do FOMIN/BID para o fortalecimento da competitividade da PMEs venezuelana, oferece serviços de assistência empresarial e consultorias para organizações entre 5 e 99 trabalhadores, em setores industriais não tradicionais. Também disponibiliza espaço para as empresas oferecem serviços e produtos. http://www.coninpyyme.org/</p> <p>FUNDAPYME Tem por objetivo promover e apoiar o desenvolvimento de atividades de PMEs e artesanato. http://www.fundapyme.org/Organizacion/Principal.htm</p> <p>CORPORACION DE DESARROLLO DE LA PEQUEÑA Y MEDIANA INDUSTRIA (Corpoindustria) Capacitação para Abertura de Empresas É um programa de formação para a elaboração de projetos no que diz respeito à sua viabilidade etc.. http:// www.sain.org.ve/corpoind/cedinco.htm</p> <p>Centro de Emprendedores – UCAB É um órgão da Facultad de Ciencias Económicas y Sociales de la Universidad Católica Andrés Bello. http://www.ucab.edu.ve/ceu/</p> <p>Centro a Serviço da Ação Popular (CESAP) Organização social voltada ao desenvolvimento sócio-econômico através de diversas ações, entre elas apoio às microempresas, com cursos de capacitação. http://www.cesap.org</p> <p>FUNDES Atua na Venezuela oferecendo produtos e serviços voltado à capacitação empresarial http://venzeuela.fundes.org/</p>
--	--	--

Anexo 2. Informação Estatística em 12 Países da América Latina

Argentina	<p>Institutos Oficiais de Estatística e Pesquisas sobre Empresas</p> <p>Instituto Nacional de Estadística y Censos http://www.indec.mecon.gov.ar/ La Industria en el Censo Nacional Económico 1994 por tamanho de empresa: valor da produção, pessoal ocupado setores: valor da produção, pessoal ocupado sem estratificar por tamanho ou faturamento</p> <p>Encuesta Industrial Anual Dados Disponíveis na Internet para 1997: agregados não estratificados por tamanho de empresa</p>	<p>Órgão Responsável pela Política de Apoio às PMEs</p> <p>Secretaria de la Pequeña y Mediana Empresa y Desarrollo Regional (SEPYME) Informação estatística disponível: Não produz informação estatística sobre PMEs http://www.sepyme.gov.ar</p>
Bolívia	<p>Instituto Nacional de Estadística de Bolívia http://www.ine.gov.bo Encuesta Industrial Anual Pesquisa amostral por tamanho de empresa nos seguintes estratos: de 5 a 14, de 15 a 49 e acima de 50 pessoas ocupadas. O tamanho da amostra foi determinado com base nas vendas e valor agregado pelos estabelecimentos que cobrem 90% da atividade industrial. O tamanho da amostra de empresas para la Encuesta Anual la Industria Manufacturera 2000 é de 1.100 empresas. pessoal ocupado, vendas, custos e gastos com a atividade industrial, etc.</p> <p>Directorio de Empresas de Bolívia Proporcionar informação sobre as empresas legalmente estabelecidas, baseado na utilização de fontes de informação administrativas e pela Encuesta de Actualización de Empresas realizada pelo INE dados econômicos, financeiros, demográficos, tamanho, pessoal, organização jurídica, etc. que permitam caracterizar as empresas.</p>	<p>Viceministerio de Microempresa Informação estatística disponível: Não produz informação estatística sobre PMEs</p>
Brasil	<p>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) http://www.ibge.gov.br Pesquisa Industrial Anual (1983-1995) Amostra probabilística de unidades locais, empresas com receita superior a 100 mil OTNs (Cr\$ 2.450 milhões em 1985) emprego, salário, produção e consumo intermediário, Pesquisa Industrial Anual 1996 – 2001 Pesquisa incluindo na amostra todas as empresas industriais com 30 ou mais pessoas ocupadas. As demais empresas compõem uma amostra probabilística. pessoal ocupado, vendas, custos e gastos com produção, etc. Pesquisa Anual do Comércio – 1999 Pesquisa amostral. Universo: empresas com até 19 pessoas ocupadas; empresas com 20 ou mais pessoas. vendas, pessoal ocupado, ativos etc.</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC) Informação estatística disponível: Não produz informação estatística sobre PMEs porém disponibiliza dados sobre estas empresas no país: A Micro e Pequena Empresa no Brasil http://www.mdic.gov.br/progacoes/MPMe/Dados.htm</p>
Chile	<p>Instituto Nacional de Estadísticas http://www.ine.cl Índice de Produccion y Venta Física de Industrias Manufactureras Pesquisa amostral, a partir de uma gama representativa de produtos, e seleção de estabelecimentos — com 10 ou mais pessoas ocupadas — que fabricam estes produtos e que forneceram mensalmente informação sobre produção física e vendas</p> <p>Encuesta Nacioal Industrial Anual 1996 (publicada em 1999) Pesquisa industrial anual com empresas com 50 ou mais pessoas ocupadas. http://www.ine.cl/14-econ/enia96.pdf</p>	<p>Corporação de Fomento da Produção (CORFO) Informação estatística disponível: Não produz informação estatística sobre PMEs porém disponibiliza informações sobre o período 1994-1997 referentes a bens e serviços, exportação e universo das PMEs. http://www.corfo.cl/publicaciones/n2.asp?id=4</p>
Colômbia	<p>Departamento Nacional de Estadística (DANE) http://www.dane.gov.co/ Encuesta Industrial Anual Censo de estabelecimentos sobre empresas com 10 ou mais pessoas e que o valor da produção seja superior a \$70.5 milhões de pesos/ano para 1998.</p>	<p>Ministerio Comercio, Industria y Turismo / Dirección MIPyMEs Informação estatística disponível: Não produz informação estatística sobre PMEs</p>

	Variáveis pessoal ocupado, salários, vendas, valor adicionado, gastos e custos com a produção Investimento, etc.	http://www.mincomex.gov.co
Costa Rica	Instituto Nacional de Estadística y Censos (INEC) http://www.inec.go.cr Anuário Estatístico 1993-1998 (disponível na Internet) Não faz referência a pesquisa de atividade econômica para indústria e comércio, apresenta apenas alguns dados sobre o segmento de turismo.	Ministerio de Economía Industria y Comercio (MEIC) Sistema de Apoyo a las Pequeñas y Medianas Empresas (PyMES) Servicio de Información Empresarial Costaricense (SIEC) Informação estatística disponível: Não produz informação estatística sobre PMEs http://www.meic.go.cr http://siec.go.cr
Cuba	NE	NE
Equador	Instituto Nacional de Estadística y Censos (INEC) http://www.inec.gov.ec Actividad Industrial Os dados disponíveis na Internet não fazem referência a recorte por tamanho de empresa ou por faturamento. Não foi possível ter acesso a metodologia. faturamento, pessoal ocupado Encuesta Nacional por Muestreo de la Producción Industrial (ENPRIN) Pesquisa amostral anual. Cobre os estabelecimentos grandes, de 10 ou mais pessoas ocupadas em alguns ramos industriais, comércio, turismo e serviços.	Ministerio de Comercio Exterior, Industrialización, Pesca y Competitividad, Dirección Nacional de la Pequeña Industria Informação estatística disponível: Não produz informação estatística sobre PMEs, porém disponibiliza um diagnóstico da situação destas empresas no país Diagnostico de la Actual Situación de las Pymis del Pais http://www.tecnibusiness.com/micip2/download.php?id=431&datosextra=documentos/analisispimi.pdf
México	Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática (INEGI) http://www.inegi.gob.mx Censo Económico (disponível na Internet para o ano de 1999) Estabelecimentos com 50 ou mais pessoas ocupadas na indústria, comércio, comunicações serviços privados não financeiros e construção vendas, produção, pessoal ocupado, etc. e dados específicos para cada segmento No caso de outros setores não é feita estratificação por tamanho.	Seretaria de Economía – Contacto Pyme Informação estatística disponível: Não produz informação estatística sobre PMEs, porém a Comisión Interministerial de Política Industrial (CIPI) disponibiliza informações sobre PMEs no país: Diagnóstico de la Pequeña y Mediana Empresa http://www.cipi.gob.mx
Paraguai	Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos http://www.dgeec.gov.py Censo Industrial de 1997 Não estratifica por tamanho de empresas, mas por faturamento, sem entretanto, indicar o que é considerado micro, pequena ou média empresa. vendas, pessoal ocupado, qualificação	Ministerio da Indústria y Comercio de Paraguay Caja de Herramientas de Gestión para Pymes Relevamiento del sector Pymes en Paraguay: leyes, instituciones, instrumentos, propuestas (1998).
Peru	Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI) http://www.inei.gob.pe Censo Económico Nacional 1993-1994 Censo de estabelecimentos em diversos segmentos. Empresas informantes. Dados estratificados por número de empregados (1 a 4, 5 a 14, 15 a 19, 20 ou mais) pessoal ocupado, vendas, organização jurídica, etc. Evolución de los determinantes del Empleo adecuado en las Micro y Pequeñas Empresas en el Perú 1995-1998 Analisa os determinantes da oferta de trabalho, identificando suas características econômicas, sociais, etc.	Ministerio do Tarajo y Promoción de Empleo (MTPE) Informação estatística disponível: Não produz informação estatística sobre PMEs http://www.mtpe.gob.pe
Venezuela	Instituto Nacional de Estadística (INE) http://www.ine.gov.ve Estadística de Industria Tipos de indústria: abrange todos os tipos de indústrias e tamanho de empresas (grandes, com mais de 100 pessoas; média superior, de 51 a 100, média inferior, de 21 a 50, pequena, de 5 a 20) A ficha técnica disponível na Internet não faz referência às variáveis pesquisadas.	Ministerio de la Producción y Comercio (MPC) Instituto Nacional de la Pequeña y Mediana Empresa (INAPYMI) Informação estatística disponível: Não produz informação estatística sobre PMEs

Fonte: Elaboração Própria

Anexo 3. Estratificação de PMEs em 12 Países da América Latina

PAÍS	Microempresa		Pequena Empresa		Média Empresa	
	Núm. Empregados	Faturamento	Núm. Empregados	Faturamento	Núm. Empregados	Faturamento
ARGENTINA						
Resolução 675/2002 da Secretaria da Pequena e Média Empresa e Desenvolvimento Regional (http://infoleg.mecon.gov.ar/txtnorma/79129.htm)	n.d	\$ 270 mil	n.d	\$ 1,8 milhão	n.d	\$ 10,8 milhões
Agropecuária	n.d	\$ 900 mil	n.d	\$ 5,4 milhões	n.d	\$ 43,2 milhões
Indústria e Mineração	n.d	\$ 1,8 milhão	n.d	\$ 10,8 milhões	n.d	\$ 86,4 milhões
Comércio	n.d	\$ 450 mil	n.d	\$ 3,24 milhões	n.d	\$ 21,6 milhões
Serviços						
BOLÍVIA						
Viceninisterio de Microempresa (2002)	até 10	n.d	até 19	n.d	até 49	n.d
BRASIL						
Estatuto MPE (Lei 9.841/99)	n.d	R\$ 244 mil	n.d	R\$ 1,2 milhão	n.d	n.d
SIMPLES (Lei 9.317/96)	n.d	R\$ 120 mil	n.d	R\$ 1,2 milhão	n.d	n.d
RAIS/MTE	0 a 19	n.d	20 a 99	n.d	100 a 499	n.d
SEBRAE						
Indústria	0 a 19	n.d	20 a 99	n.d	100 a 499	n.d
Comércio e Serviços	0 a 9	n.d	10 a 49	n.d	50 a 99	n.d
CHILE						
Corporação de Fomento da Produção (CORFO) (UF = 16.197,66 pesos chilenos = US\$24,60, 04/04/02)	até 4	1 a 2.400 UF	até 49	2.401 a 25.000 UF	até 199	25.001 a 100.000 UF
COLÔMBIA						
Ley 590 (http://www.mincomex.gov.co/mincomexvbecontent/documentos/mipymes/mipymes.htm) (AF = ativos fiscais) ; (SM = salários mínimos)	até 10	AF = até 501 SM	até 50	AF = 501 a 5.000 SM	até 200	AF = 5.001 a 15.000 SM
COSTA RICA						
Ministério Indústria e Comércio						
Sistema de Informação Empresarial Costarricense (http://www.siec.go.cr/esp/legregla8262.html)	P <= 10	n.d	10 < P <= 35	n.d	35 < P <= 100	n.d
Indústria:						
$P = ((0.6 \times pe/100) + (0.3 \times van/\text{¢}600.000.000) + (0.1 \times afe/\text{¢}375.000.000)) \times 100.$						
Comercio y Servicios:						
$P = [(0.6 \times pe/30) + (0.3 \times van/\text{¢}1.200.000.000) + (0.1 \times ate/\text{¢}375.000.000)] \times 100.$						
pe: Pessoal médio empregado no último período fiscal.						
van: vendas anuais líquidas no último período fiscal.						
afe: ativos fixos da empresa no último período fiscal.						
ate: ativos totais da empresa no último período fiscal.						

Notas: n.d: informação não disponível

Fonte: Elaboração Própria

Estratificação de Pequenas e Médias Empresas em 12 Países Selecionados da América Latina (cont.)

PAÍS	Microempresa		Pequena Empresa		Média Empresa	
	Núm. Empregados	Faturamento	Núm. Empregados	Faturamento	Núm. Empregados	Faturamento
CUBA	NE	NE	NE	NE	NE	NE
EQUADOR						
Ministério do Comércio Exterior, Industrialização e Pesca (volume de capital)	9	US\$ 10 mil	49	US\$ 250 mil	100	acima de US\$ 250 mil
MEXICO						
Secretaria de Economia/ Contactopyme http://www.contactopyme.gob.mx						
Agropecuário	0 a 5	n.d	6 a 20	n.d	21 a 100	n.d
Indústria	0 a 30	n.d	31 a 100	n.d	101 a 500	n.d
Comércio	0 a 5	n.d	6 a 20	n.d	21 a 100	n.d
Serviços	0 a 20	n.d	21 a 50	n.d	51 a 100	n.d
PARAGUAI						
Ministério da Indústria e do Comércio (MIC) http://www.webdesign.com.py/gtz/pymes/pymes.asp F = faturamento, I = investimento (ativos fixos), SM = salário mín.	1 a 5	F = até 300 SM/m I = 100 SM/m	6 a 40	F = 1000 SM/m I = 300 SM/m	41 a 100	F = 3.000 SM/m I = 1.000 SM/m
PERU						
MITINCI – Lei Geral das MPMEs 03/2000 http://www.produce.gob.pe/industria/normatividad/medioambiente/leyes/cites/Regla_pymes.php	10	n.d	40	n.d	n.d	n.d
VENEZUELA						
Decreto de Ley 1547/01 http://www.coninpyme.org/pdf/DefinicindePyme.pdf http://www.asambleanacional.gov.ve/ns2/LEYHABILITANTE/L-263PequenayMediana%20Industria.doc	n.d	n.d	11 a 50	9.001 a 100.000 UT	51 a 100	100.001 a 250.000 UT

Notas: n.d: informação não disponível
NE: informação não encontrada

Fonte: Elaboração Própria.

Anexo 4. Estudos sobre Programas de apoio às PMEs na América Latina

1 – Argentina

No caso da Argentina, foi selecionado o trabalho realizado por González e Dichiara (2002) sobre alguns resultados do programa para MPMEs existente na cidade de Bahía Blanca.

O *Programa Municipal de Asistencia a Micro y Pequeñas Empresas* (Programa MyPES) foi criado em 1998, com o objetivo de propiciar instrumentos de promoção às MPMEs, entre os quais: assessoria jurídica para a constituição de empresas; difusão de informações sobre os financiamentos disponíveis a MPMEs; um sistema de subsídio municipal aos empréstimos tomados pelas MPMEs; programas de capacitação e treinamento; assessoria para formas de associação de empresas; solução de problemas. Além destes instrumentos, foi criado, também, um Directorio de Empresas de Bahía Blanca, com informações sobre as empresas locais, que podem se inscrever gratuitamente. Entre os resultados gerais, os serviços mais solicitados são, nesta ordem: financiamento, serviços de assessoria em geral (jurídica e solução de problemas), e serviços de treinamento.

No caso do financiamento, entre maio de 1998 e agosto de 2000, foram feitas 99 solicitações de crédito ao *Banco de la Provincia de Buenos Aires*; 46 haviam sido concedidas até o momento do estudo, 20 haviam sido negadas e 33 ainda estavam sendo analisadas. Em média, entre a solicitação do crédito e sua concessão, transcorreram seis meses; no caso de indeferimento da solicitação o tempo médio de resposta foi de 47 dias. As solicitações de crédito envolvem em média um montante de 9.400 pesos enquanto que os créditos concedidos perfazem em média 10.000 pesos. O estudo, no entanto, não encontrou informações sobre as solicitações de crédito pelas empresas a intermediários financeiros privados. No caso dos serviços de assessoria, a maioria das solicitações referia-se à etapa de constituição das empresas. Este serviço envolve a realização de entrevistas para a identificação das necessidades do empresário e orientação para que o mesmo atinja os resultados pretendidos. Caso seja necessária a obtenção de financiamento, orienta-se também sobre os procedimentos formais necessários, e avalia-se o projeto antes de enviá-lo a uma instituição financeira. No caso dos serviços de treinamento, entre agosto de 1998 e maio de 2000, foram realizados 60 contratos novos e 4 renovações. No caso dos subsídios financeiros, entre janeiro de 1999 e março de 2000 foram concedidos 8 subsídios, sendo a taxa de juros média dos créditos tomados pelas empresas beneficiadas de 13,3% e a taxa de subsídio média de 8%.

Avaliação do Programa Municipal de Assistência a MPMEs da Bahía Blanca

A avaliação do programa de promoção de MPMEs da Bahía Blanca também implicou um estudo da demanda atendida. No caso da demanda realizou-se, inicialmente, um censo das empresas que haviam sido beneficiadas. No total foram 154 empresas, das quais 5 haviam fechado e 32 não eram formais. Das 117 empresas restantes, apenas 81 responderam à pesquisa.

A pesquisa realizada por González e Dichiara (2002) junto às 81 empresas foi estruturada em 6 conjuntos de perguntas sobre: o perfil do empresário e seu ambiente; a influência do empresário sobre a organização; aspectos relacionados à organização da empresa; as necessidades que levaram o empresário a recorrer aos serviços do programa.

A maioria das empresas assistidas havia sido criada entre 1993 e 2001 (56%), com uma elevada concentração no ano de 2000; portanto, empresas relativamente novas. Apenas 21%

das empresas foram criadas como forma de auto-emprego, não obstante 54% dos entrevistados tenham afirmado que não tinham emprego quando da constituição da empresa. A maioria das empresas foi criada com base na experiência anterior do proprietário, e apenas 19% com base em análises econômicas. Somente 49% dos entrevistados possuía experiência de trabalho no ramo em que atuavam, e 23% em outros ramos. Em geral, as empresas entrevistadas ofereciam produtos com pouca diferenciação. No caso da organização, a estrutura das empresas era bastante simples, 67% das empresas entrevistadas afirmaram ter familiares participando ou como sócios ou como empregados, e 80% dos proprietários afirmaram não ter função específica. Quanto às fontes de assessoria, 40% afirmaram nunca ter contratado profissional especializado, e 62% afirmaram receber algum tipo de assessoria de fornecedores. Por último cabe destacar que 67% das empresas não possuía qualquer relação com câmaras setoriais; 78% não possuía relação com universidades, e 60% nenhuma relação com centros de capacitação. De tal forma que o relacionamento das empresas entrevistadas concentrava-se nas relações com órgãos públicos (44%) e entidades financeiras (45%).

A maioria das empresas entrevistadas, 70%, ofertava seus produtos para o mercado local e apenas 1% para o mercado externo. Apenas 26% das empresas afirmaram estar em boas condições e 28% em condições ruins, embora 78% esperasse uma melhoria da situação, ou que ela se mantivesse regular. A maioria dos entrevistados afirmou ter algum tipo de problema (84%), entre os principais problemas destacados pelos entrevistados estavam: vendas (50%); financeiros (50%); gerenciais (15%). Entre as estratégias que os empresários haviam empregado para solucionar seus problemas, 37% indicaram a redução de preços; aproximadamente 34% voltaram-se para melhoria de produtos, diversificação e incorporação de tecnologia; e apenas 1% respondeu como estratégia o investimento em capacitação. Quanto às perspectivas futuras, 31% não previam mudanças de estratégias. Analisando as respostas, González e Dichiará (2002) observaram que aquelas empresas que se mostraram indiferentes à mudança de estratégia estavam em situação regular ou ruim, principalmente em razão de queda de vendas e problemas financeiros.

A despeito das dificuldades, apenas 22% afirmaram estar informados sobre outros programas de apoio. Em geral, a forma pela qual os empresários tomaram conhecimento do Programas MyPES estava distribuída de maneira praticamente igual entre comentários de terceiros (35%), publicidade (32%) e através da própria entidade promotora (31%). Por último, González e Dichiará (2002) buscaram identificar os efeitos do *Programa Municipal de Asistencia a Micro y Pequeñas Empresas* de Bahía Blanca sobre as decisões e o desempenho das empresas, conforme apresentado nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1. Razões pelas quais se recorreu à Municipalidade

Razões	
Crédito	46%
Treinamento	25%
Não específica	20%
Informação geral e jurídica	14%
Capacitação	2%
Acompanhamento empresarial	1%
Subsídio financeiro	1%

Fonte: González e Dichiará (2002).

Tabela 2. Principais Resultados do Programa MyPES Bahía Blanca

Assistência recebida	% de Respostas
Crédito	47
Treinamento	41

Informação geral e jurídica	16
Acompanhamento empresarial	11
Subsídio financeiro	10
Capacitação	6
Outro	1
Principais decisões tomadas	
Investiu	70
Contratou novo pessoal	26
Modificou o processo produtivo	17
Modificou a organização da empresa	17
Modificou o mercado abastecido	13
Modificou ou incorporou produtos	11
Não específica	4
Outra decisão não considerada	2
Evolução do faturamento ao longo da assistência	
Igual	58
Aumentaram	32
Diminuíram	10
Acesso ao crédito	
Créditos solicitados	
Concedidos	83
negados ou em estudo	17
Nasceram devido à concessão de crédito	39
De 26 empresas que experimentaram mudanças	
Evoluído / crescido / melhorado a organização	35
Ainda não tem dados	19
Melhoria na produção	19
Não específica	15
Melhoria na distribuição	8
Estão em pior situação	4
Notaram melhoria (organiz. + prod. + distrib.).	62

Fonte: González e Dichiara (2002).

Entre as principais conclusões, González e Dichiara (2002) destacaram a existência de uma certa desinformação a respeito dos programas de apoio às PMEs, de uma forma geral, e, ao contrário do que se poderia esperar, tampouco as empresas beneficiadas pelo programa da Bahía Blanca estão informadas sobre outros programas de apoio. Por um lado, a grande maioria das empresas procurou o programa como forma de ter acesso ao crédito, por outro, a busca por capacitação não figurava como razão para se recorrer ao programa. Segundo os autores, isto pode estar relacionado ao fato dos empresários não perceberem a capacitação como um investimento, a partir da baixa prioridade deste item nas estratégias das empresas. Por último, os autores apontaram para o fato de apenas 40% das empresas assistidas terem afirmado haver realizado algum tipo de capacitação; um número bem menor afirmou ter empregado mais pessoal ou introduzido alterações no processo produtivo ou na organização da empresa.

2 – Brasil

No caso do Brasil, não foi possível encontrar um estudo específico que analisasse os resultados das políticas de apoio às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), embora tenha sido possível encontrar referências que discutiam o quadro geral destas políticas. Um exemplo é o estudo realizado por Lemos (2000), que faz uma análise das políticas industriais e de apoio à inovação voltada para PMEs. Ainda assim, existem informações a respeito dos gastos com os programas do governo federal de apoio às MPMEs nas ações voltadas para o acesso ao crédito

e capacitação, e algumas informações fornecidas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e pela FUNCEX. De tal forma que é apresentada, inicialmente, uma síntese destes dados e, posteriormente um resumo do quadro dessas políticas.

Segundo dados do SEBRAE, divulgados pelo MDIC, as MPMEs representavam, em 1994; 96,04% das empresas existentes no país, sendo 97,26% no setor de serviços, 96,76% no comércio, e 91,86% na indústria. Do ponto de vista da participação destas empresas na economia brasileira, no mesmo período elas representaram 28% do valor agregado da economia, com destaque para a sua representatividade no comércio (45,34%); para emprego, elas representaram 25,98% dos empregos na indústria, 58,59% no comércio e 43,03% no setor de serviços. Porém, um fator preocupante tem sido o fato de que aproximadamente 39% das empresas fecham no primeiro ano de atividade.

Ainda segundo os dados divulgados pelo MDIC, das 147.165 empresas cadastradas em 2001 no Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais (SIASG), 26,21% eram microempresas e 26,84% empresas pequenas. Em 2000, dos contratos fechados para compra e contratação de serviços, 9% foram com microempresas e 21% com pequenas empresas.

Por último, no que diz respeito à exportação, segundo dados da FUNCEX, das 16.016 empresas que exportaram em 2000, 34,2% eram microempresas, 29,5% pequenas empresas e 19,6% médias empresas. Em termos de valor, dos US\$ 55.060 milhões exportados, 5,4% foram por microempresas, 7% pequenas empresas e 18,3% por médias empresas. Se, por um lado, houve aumento na participação das MPMEs no número de empresas que exportam no país em relação a 1990, houve uma redução significativa da participação das microempresas no valor total exportado - aproximadamente 50%. Já as pequenas e médias empresas apresentaram um crescimento até 1994; a partir de 1995, a participação passou a diminuir, retornando aos níveis de 1990 (FUNCEX, 2002).

Resultados do Programa Brasil Empreendedor

Em outubro de 1999, o Governo Federal lançou o Programa Brasil Empreendedor (PBE), com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento das MPMEs. Este programa é coordenado pelo MDIC, e envolve a coordenação e a articulação de diversas ações e programas de agentes públicos e privados no âmbito nacional. As ações estão divididas em apoio à capacitação e acesso ao crédito.

Em termos de recursos destinados aos programas de crédito e resultados dos programas destinados à capacitação, a partir da criação do Programa Brasil Empreendedor, é possível observar alguns pontos interessantes a respeito da distribuição regional destes recursos, bem como das modalidades de repasse, para o período de outubro de 1999 a dezembro de 2002.

No que diz respeito ao crédito, do total de cerca de 33 milhões de reais a maioria das operações está voltada a concessão de financiamento para capital de giro (49,94%); em segundo lugar está o financiamento ao investimento (32,92%) e, por último, o capital de giro e financiamento (17,14%). Dentre os cinco agentes promotores dos objetivos de ampliação do acesso ao crédito, dois possuem atuação principalmente regional (o Banco da Amazônia – BASA, e o Banco do Nordeste – BN); os outros três atuam em nível nacional (Banco do Brasil – BB, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e Caixa Econômica Federal – CEF). Enquanto o BASA repassou recursos também para outras regiões, apesar da maior parte ter sido destinada à região norte, o BN, embora atenda majoritariamente à região nordeste, também realizou operações de crédito na região sudeste. Um importante elemento a

destacar é que os recursos repassados pelo BB, BNDES e CEF concentraram-se na região sudeste, seguida pelas regiões sul, nordeste, centro-oeste e norte, nesta ordem. Por último, no caso das operações de microcrédito, apenas o BN, o BNDES e a CEF atuaram neste segmento e a distribuição regional segue o mesmo padrão, com concentração na região sudeste.

Para os programas de capacitação, os dados disponibilizados indicam que o SEBRAE e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) são os principais agentes promotores. Os dados disponíveis permitem apenas observar a distribuição regional destas ações, pois não estão discriminados por tipo de apoio à capacitação e serviços de assistência técnica. Enquanto as ações do SEBRAE se concentram na região sudeste (52,79%), no que concerne a capacitação, e na região norte, no que concerne a assistência técnica (51,10%), a maior parte das ações do MTE, tanto em capacitação quanto em assistência técnica, está concentrada na região nordeste (35,27% e 34,79%), seguida pela região sudeste (31,25% e 30,67%).

As Políticas de Apoio às MPMEs no Brasil

Um primeiro aspecto apontado por Lemos (2000) é que no Brasil, a industrialização está em geral diretamente ligada à promoção de grandes empresas (domésticas e estrangeiras). Entretanto, recentemente foi reconhecido que as atividades das MPMEs são responsáveis pela maioria dos empregos na economia nacional. Assim, a promoção de MPMEs poderia ser uma alternativa interessante para o desenvolvimento econômico local e regional.

Entre as principais dificuldades enfrentadas por estas empresas estaria a sobrevivência, pois aproximadamente 80% encerram suas atividades após um ano de existência. No caso das empresas que se mantêm em atividade, os principais problemas estão relacionados com a falta de recursos financeiros, humanos e técnicos, dificultando o crescimento, ou mesmo a continuidade das atividades. Em geral, estas empresas pertencem a setores com menor complexidade técnica, demandando mão-de-obra menos qualificada. Além disto, estas empresas concentram suas vendas no mercado local, e a maior parte do que é exportado concentra-se em produtos agrícolas e recursos minerais. Cabe destacar, por exemplo, que em 1996 o número de MPMEs — respectivamente, 1.371, 2.509 e 2.862 — que exportaram foi superior ao das grandes empresas (1.024); porém, estas últimas representaram 68,37% das exportações em valor, enquanto as médias, 29,32%, e as micro e pequenas juntas, apenas 2,31%. Assim como em outros países em desenvolvimento, o acesso ao crédito por parte das MPMEs também é um problema, sendo que o governo tem buscado ampliar o montante de recursos disponível para MPMEs. Não obstante, estas empresas ainda têm grande dificuldade de obter linhas de financiamento (Lemos, 2000).

No que diz respeito às políticas para MPMEs no Brasil, Lemos (2000) destaca ser este um movimento recente, criadas em geral a partir dos anos 90, principalmente em virtude dos impactos da abertura de mercado sobre as MPMEs. Estas iniciativas teriam surgido com o objetivo de desenvolver estruturas de apoio a pequenas e médias empresas nos diversos níveis federal, estadual e municipal. Nos últimos anos, diante do processo de redução do nível de atividade econômica no país, o governo federal considerou as vantagens de promover uma agenda em benefício das MPMEs, com o objetivo de melhorar o desempenho produtivo; aumentar as exportações, especialmente em setores menos intensivos em tecnologia, através da facilitação do acesso à informação e crédito; criar linhas de crédito, para tornar possível o financiamento menos oneroso, além de um fundo de garantia para financiar a capacidade de produção.

Quanto aos resultados das políticas de apoio às MPMEs levadas a cabo principalmente a partir da década de 1990, Lemos (2000) observa que:

- Apesar da estrutura de apoio institucional existente no Brasil ser bastante significativa, os instrumentos criados para apoiar as MPMEs mostram-se insuficientes e pouco articulados entre as instituições privadas de financiamento, órgãos governamentais etc;
- A estrutura de apoio às MPMEs tem ainda pequeno impacto e a sua atenção é tradicionalmente voltada para políticas de promoção de firmas padronizadas ou projetos individuais;
- Em geral, as políticas mais recentes têm se preocupado mais com a minimização dos efeitos negativos da conjuntura macroeconômica;
- Os instrumentos que visam simplificar o acesso ao crédito tendem a ser restritos e têm fraco impacto na economia.

Nos últimos anos, a principal ação do governo federal voltada para as políticas de apoio às PMEs foi a criação, em outubro de 1999, do já anteriormente descrito Programa Brasil Empreendedor.

3 – Chile

No caso do Chile foram selecionados dois trabalhos. O primeiro, realizado por Alarcón e Stumpo (2001), destaca os principais resultados dos programas de apoio às PMEs no Chile. O segundo, realizado por Held (1999), faz parte de um estudo comparativo sobre políticas de crédito no Chile, Colômbia e Costa Rica.

Avaliação Geral dos Programas de Apoio às PMEs no Chile

Segundo Alarcón e Stumpo (2001) existem no Chile diferentes classificações de PMEs, o que torna difícil a comparação das informações. Tendo em vista que, em 1994, houve uma mudança na definição de PMEs, os dados levantados pelos autores foram divididos em dois intervalos: 1990-1993 e 1994-1997.

Em primeiro lugar, estes autores observam que a importância das PMEs na economia nacional reflete-se na sua participação na geração de empregos. Em 1997, segundo dados da Corporação de Fomento da Produção (CORFO) havia 526.920 empresas formais no Chile, das quais 432.431 eram micro empresas, 78.805 empresas pequenas, 10.870 médias empresas, 4.814 grandes empresas. Embora os dados levantados pela CORFO não permitam comparação, eles indicam que o número de empresas grandes estaria se reduzindo, enquanto o número de MPMEs estaria aumentando. Porém, entre os períodos 1990-93 e 1994-97 apenas as grandes empresas apresentaram aumento de vendas superior à média, 41% em relação a 38,3% entre 1990-93 e 26,8% em relação a 22% entre 1994-1997. No caso das PMEs como um todo, no período de 1990-1993 o crescimento das vendas situou-se em torno de 32,3% embora, no período seguinte, o crescimento das vendas destas empresas tenha sido de 11,6%.

As ações voltadas para apoiar as PMEs no Chile tiveram início em 1991, introduzindo um elemento de transformação importante, uma vez que os governos militares não consideravam necessário dar tratamento diferenciado para unidades produtivas de tamanhos diferentes. Assim, realizou-se um diagnóstico inicial, identificando diversas restrições ao acesso das PMEs ao mercado de fatores e serviços, especialmente devido à assimetria de informação, presença de externalidades impróprias e a indivisibilidade da economia de escala. Enquanto o desenho

estratégico dos programas de apoio ficou sob a responsabilidade do Ministério da Fazenda, a CORFO e o Serviço de Cooperação Técnica (SERCOTEC, subordinado à CORFO) assumiram a administração das políticas de fomento das PMEs.

Na medida em que a cobertura destes instrumentos ampliava, identificou-se a necessidade de aumentar a estrutura de operacionalização dos programas e a quantidade de funcionários públicos para atender à nova demanda. Para tal, em meados de 1994 se introduziu um novo esquema de funcionamento, definindo três níveis, ou pisos. No primeiro nível encontram-se as empresas e os consultores privados que constituem serviços de assistência técnica para as pequenas e médias empresas. No segundo estão os agentes operadores intermediários: o SERCOTEC e um conjunto de organizações privadas. A tarefa principal destas instituições é promover a utilização de instrumentos de fomento entre estas pequenas e médias empresas, servir de intermediário nestas áreas e a CORFO nestas etapas de formulação, postulação e análise dos resultados do uso de instrumentos, e administrar contabilmente os recursos privados e públicos envolvidos no programa. Além disso, supervisionar a relação entre as empresas e os fornecedores. Neste esquema estão bem separadas em funções do primeiro e do segundo nível: os agentes operadores devem ser imparciais na relação entre fornecedores e empresas, cabendo a eles reduzir a assimetria de informação entre oferta e demanda de consultoria, podendo arbitrar eventuais desacordos entre fornecedores e empresas usuárias de serviços. No terceiro e último nível se situa a CORFO, que é a instituição responsável pelo desenho operacional e regulamentação dos instrumentos, assinatura e concessão (como um repasse) de subsídios às empresas. Os instrumentos utilizados nas políticas de fomento das PMEs se agrupam em seis áreas: financiamento, assistência técnica, transferência e inovação tecnológica, capacitação, fomento à exportação e associação entre empresas (Alarcón e Stumpo, 2001).

No caso do financiamento, os autores observam que existe um acesso desigual ao crédito pelas empresas. Inicialmente, a CORFO atuou com programas de crédito e financiamento direto aos usuários finais. Este processo mostrou-se ineficiente e levou a CORFO a atuar através de bancos e intermediários especializados, reduzindo o risco para o Estado. Atualmente, os programas de financiamento estão agrupados em:

Programas de crédito:

- Financiamento de investimentos de PMEs: financiam projetos de empresas com vendas de até US\$ 30 milhões (maquinaria, instalações, construções, obras civis etc.);
- Financiamento de investimentos de pequenas indústrias: financiados por recursos de origem alemã.
- Financiamento de insumos de produção e comercialização no estrangeiro: dirigido à aquisição de insumos de produção de bens e serviços exportáveis.

Programas de quase capital:

- Compra de bens subordinados a bancos para financiar PMEs.
- Financiamento de Fundos de Investimentos de desenvolvimento de empresas para capital de risco.

Programas de subsídio:

- Cupões de bonificação de seguros de crédito (CUBOS).

No caso da assistência técnica, com o objetivo de melhorar a gestão das PMEs e facilitar o processo de incorporação de novas tecnologias foi criado, em 1993, um Fundo de Assistência Técnica (FAT). O propósito do FAT é contornar os problemas de assimetria de informação que dificultam a utilização de serviços externos de consultoria para as empresas. Por meio destes instrumentos, as PMEs podem financiar a contratação de um consultor para melhorar a sua gestão global ou solucionar problemas específicos vinculados a questões como análise de mercados, desenho de processo produtivo, controle de sistemas de informação, etc. A grande maioria das empresas utiliza o FAT de forma individual, embora possam se associar para contratar o mesmo serviço. Como, muitas vezes, a empresa contratante não tem muita noção do valor dos serviços de consultoria, uma das funções da CORFO é estabelecer critérios seletivos no registro das consultorias e sancionar certas práticas ilícitas (Alarcón e Stumpo, 2001).

De acordo com os dados apresentados pelos autores, é possível observar um aumento expressivo no número de operações financiadas pelo Fundo de Assistência Técnica (FAT) - de 349 em 1994, para 6.632 em 1999. Segundo os autores, existe uma grande dificuldade para se chegar a resultados conclusivos a respeito dos impactos desta ação sobre o desempenho das empresas, principalmente pela dificuldade de isolar estes efeitos do quadro mais geral. Não obstante, um estudo de avaliação realizado por (Castillo, 2000 apud Alarcón e Stumpo, 2001) indica que as ações do FAT teriam resultados positivos sobre o desempenho das PMEs.

No caso das ações voltadas ao desenvolvimento tecnológico, o principal elemento utilizado é o Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Produtivo (FONTEC), criado em 1991. Os recursos deste programa visam promover, orientar, financiar e subvencionar a execução de projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico, de aquisição de infra-estrutura tecnológica e fomentar as etapas de desenvolvimento de um produto tecnológico. Segundo os autores entre setembro de 1991 e julho de 1998 foram financiados 997 projetos no âmbito deste programa. Embora os recursos do FONTEC possam ser utilizados por qualquer empresa independente do tamanho, ele é orientado em especial para as PMEs, de tal forma que entre setembro de 1991 e junho de 1994 75,8% dos 236 projetos aprovados e 72% dos recursos foram utilizados por tais empresas.

No que diz respeito à capacitação, os autores destacam que a principal ação está sob a responsabilidade do Serviço Nacional de Capacitação do Emprego (SENCE). Este programa funciona através de subsídios, sendo que o SENCE administra o incentivo tributário que o Estado oferece às empresas para capacitação e em etapa posterior, organismos privados executam os programas de capacitação. Segundo Alarcón e Stumpo (2001), os resultados deste instrumento, no entanto, não estariam sendo significativos, visto que entre 1990 e 1994 apenas 18,84% destas empresas utilizaram o incentivo tributário, o que representava apenas 7,56% dos montantes disponíveis. Um outro fato é que como os salários pagos são reduzidos o empresário não atinge o limite necessário para se justificar a contratação de serviços de capacitação. Deste modo, em 1997 foi colocado um limite às empresas que poderiam participar do programa. Pela mesma razão, a partir de 1995 o SENCE desenvolveu o programa de capacitação para microempresas, que se articula em duas linhas, ambas orientadas para melhorar a gestão. A primeira está dirigida para proprietários, gerentes ou pessoas que exerçam funções administrativas e a segunda está dirigida para pequenos produtores agrícolas. Outra medida importante foi a criação do Fundo Nacional de Capacitação (FONCAP), em 1998, para capacitação gerencial dos empresários e disponibilização de recursos para contratação de serviços de capacitação.

No que diz respeito ao fomento à exportação, a maioria dos instrumentos disponíveis no Chile foram desenhados, segundo os autores, sem levar em conta o tamanho das diferentes empresas que podem dirigir suas vendas para o mercado externo.

No caso das ações voltadas para a promoção da associação entre empresas de ramos similares ou complementares atuando na mesma localidade, destaca-se a atuação da PROFO, que é uma entidade associativa com personalidade jurídica que reúne pequenos e médios empresários por 3 ou 4 anos. Os primeiros PROFO iniciaram em 1992, e o aumento observado nos montantes destinados às empresas envolvidas a partir de então reflete a importância que este instrumento adquiriu na política de fomento às PMEs. Em 1996 um estudo realizado pela Universidade do Chile, a partir de uma solicitação da CORFO, apresenta uma avaliação deste instrumento de fomento. Entre as conclusões, Alarcón e Stumpo (2001) destacam que os resultados têm sido positivos. Por exemplo:

- 48% dos empresários entrevistados responderam ter ganhado melhor conhecimento a respeito dos mercados, 42% responderam ter encontrado novas oportunidades de negócios, e 39% dos empresários afirmaram ter adquirido um melhor conhecimento das tecnologias;
- 37% afirmaram ter atingido uma melhora na posição competitiva, 27% afirmaram ter obtido um aumento de rentabilidade por causa de um aumento no volume de vendas, 19% por redução de custos e 17% por aumento do preço do bem ofertado.

Apesar destes resultados positivos, o estudo realizado pela Universidade do Chile apontou que a falta de financiamento permanece como um dos principais obstáculos (42% das respostas), a falta de pessoal qualificado na produção e no gerenciamento, os impactos de política econômica, a baixa diversificação e a dificuldade em atender normas técnicas também foram apontados como obstáculos a um melhor desempenho. Por último destaca-se que o impacto do programa sobre os processos de inovação têm sido limitados.

O Acesso ao Crédito no Chile

Segundo o Held (1999) a incidência dos programas de crédito para PMEs tem sido limitada com exceção do sistema de *leasing*. Através de linhas de crédito da CORFO, entre 1991 e 1998, próximo de 900 empresas receberam créditos bancários e cerca de 9.000 empresas foram apoiadas com programas de *leasing*. O saldo da carteira de crédito da CORFO em agosto de 1998 era de US\$482 milhões, o que equivalia a 3,8% do total de crédito do setor privado excluindo o crédito de consumo e hipotecas.

Em 1991, a CORFO introduziu os Cupons de Bonificação aos Seguros de Crédito (CUBOS). Estes instrumentos são entregues aos bancos e companhias de *leasing* como forma de subsídios aos seguros de créditos contraídos pelas PMEs no momento que contratam financiamentos e operações de *leasing*. Entre 1991 e 1998 somente 1.400 empresas acessaram o seguro de crédito através dos CUBOS. A esse baixo número de empresas aponta-se como motivos: um insuficiente número de companhias de seguro de crédito e a situação de não pagamento de créditos minaram a confiança dos bancos no programa.

O Fundo de Garantia para o Pequeno Empresário (FOGAPE) é outro programa de apoio ao crédito, criado em 1980 com um patrimônio equivalente a US\$10 milhões, provenientes de aportes fiscais. A finalidade do FOGAPE é garantir créditos até US\$90 mil com uma cobertura máxima de 80% do valor emprestado. Estão habilitados para tal, empresas com vendas até US\$750 mil. Na década de 1990, o FOGAPE perdeu parte do seu patrimônio devido a elevada

concentração de garantias a créditos outorgados por empresas do setor de transporte. Devido ao fracasso dos CUBOS, o FOGAPE teve seu patrimônio reforçado pelo setor público e em fevereiro de 1999 havia concedido em torno de US\$ 3,3 milhões como garantia e seu patrimônio era de US\$ 33 milhões. O escasso volume de operações é atribuído a falta de difusão do Fundo junto a iniciativa privada e as normas consideradas rígidas demais para se acessar as garantias.

Outro programa da CORFO é o Subsídio à Assistência Financeira (SUAF), criado para reduzir os custos de transação dos créditos de baixo valor. O Programa contribuía com o pagamento de consultores (inscritos num registro dentro da CORFO) para que fossem elaborados informes financeiros padronizados, projeções de fluxo de caixas e outros instrumentos que apoiassem a incorporação de pequenas empresas ao crédito bancário e ao *leasing*. Os valores pagos pelo Programa foram de até US\$1.500 para créditos de curto prazo e até US\$ 2.250 para operações de longo prazo e *leasing*. Os beneficiários contribuía com 25% desse montante e a CORFO proporcionava os outros 75%. Entre 1992 e 1996 apenas 200 empresas entraram no Programa. Em 1997, o Programa foi cancelado por causa da baixa procura. O principal motivo apontado para esse fracasso foi o fato da mensuração do risco de crédito ser feito por terceiros (pelos consultores contratados) e não pelos bancos e instituições envolvidas, o que desestimulava a participação destes.

O Programa de quase-capital da CORFO, lançado nos anos 1990, consistia no empréstimo a Fundos de Investimentos de Desenvolvimento das Empresas (FIDES). Os empréstimos feitos ao FIDES exigem que esses recursos se destinem a aportes de capital à PMEs que gerem um alto valor agregado ou que se distingam por seu conteúdo tecnológico. Alguns fundos começaram a operar em 1997, porém continuavam atuando de forma esporádica em 1999. A tradição de empresas fechadas e familiar acabou por determinar uma baixa velocidade de desenvolvimento ao capital de risco.

4 – Colômbia

Segundo Held (1999), a instituição pública mais importante com papel de fomento produtivo tem sido o Instituto de Fomento Industrial (IFI). No que diz respeito às PMEs destacam-se duas linhas de crédito: FINURBANO (para micro empresas) e a PROMYPE (para pequenas e médias empresas).

A PROMYPE pode ser redescotada por bancos, instituições financeiras e companhias de financiamento comercial. Aproximadamente 30 entidades têm recorrido a essas linhas de desconto desde 1994. Nos últimos anos os maiores bancos têm demandado cada vez menos essas linhas devido ao alto custo financeiro e a maior captação própria de recursos a taxas de juros mais favoráveis. Isso pode ser explicado pela dificuldade do IFI em acessar créditos externos e ao mercado doméstico de capital ser demasiadamente pequeno, concentrado e pouco líquido, o que torna o custo financeiro de seus fundos elevados e dependentes da captação pública direta feita através de operações de curto prazo.

Outro programa colombiano de apoio a PMEs é o Fundo Nacional de Garantias (FNG) que tem registrado uma importante expansão nos últimos anos, contabilizando 40.000 operações entre 1994 e 97 envolvendo US\$56 milhões. O FNG garante operações de até US\$440.000 com cobertura de 70% do valor. Cabe ressaltar que a expansão do Fundo não afetou sua capacidade de solvência. São apontados como fatores do seu sucesso: um novo regulamento, a administração profissional do Fundo, convênios globais entre o Fundo e os bancos e outras

entidades e a criação de fundos regionais de garantias como parte de um amplo sistema nacional de garantias.

Por último, destaca-se a ação do Banco Caja Social (BCS), que é um banco privado de “primeiro piso”, de propriedade de uma fundação de obras sociais, especializado em micro e pequenas empresas. Nos últimos anos, o banco tem concedido aproximadamente 90.000 créditos por ano, sendo que a maioria não alcança US\$45.000.

A importante participação das contas correntes e de depósitos nos passivos do banco tem determinado que o custo financeiro dos fundos do banco tem sido inferiores ao da concorrência, possibilitando taxas de juros similares aos demais bancos. Porém, suas margens de intermediação são mais baixas, porque seus custos de transação para operações de baixos valores são menores que os demais bancos comerciais. Isso é explicado pela estratégia adotada pelo banco de abertura de agência em bairros populares e com grande concentração de pequenas e micro empresas, o estabelecimento de relações de longo prazo com essas empresas, de um rigoroso controle dos riscos do crédito, além de uma oferta variada de serviços financeiros privilegiando a abertura e o manejo responsável da conta corrente.

Segundo Held (1999) para se contornar alguns problemas relacionados com o acesso ao crédito na Colômbia, poderia ser proposta a criação de um Conselho para as PMEs, com o objetivo de impulsionar e coordenar as políticas públicas neste campo. O autor sugere também que o setor público deveria impulsionar um sistema integrado de acesso ao crédito que harmonize os instrumentos de apoio público e impulse instrumentos de mercado que ampliem a participação do setor privado. Para isso, as principais tarefas do setor público seriam: reduzir os custos dos fundos do IFI, outorgar subsídios à formalização e à incorporação das PMEs ao sistema de crédito e atenção especializada a bancos e instituições de crédito. Porém, o sucesso do setor público e privado depende de políticas de estabilização que reduzam a inflação e as taxas de juros; e de políticas voltadas à estrutura e organização do sistema bancário, que reduzam as elevadas margens de intermediação obtidas pelos bancos colombianos.

5 – Costa Rica

No caso da Costa Rica, o estudo realizado por Held (1999) destaca que os novos programas para PMEs não contam com um banco público de segundo piso. O Banco Centro-americano de Integração Econômica (BCIE), localizado em Honduras, é quem desempenha esse papel e juntamente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) têm colocado à disposição das PMEs linhas de crédito, porém com taxas de juros de mercado. Ao mesmo tempo, a Fundação para o Desenvolvimento (FUNDES), de origem suíça, introduziu um programa de garantias dirigido a compartilhar os riscos de crédito das PMEs.

O BCIE tem aportado recursos externos às principais linhas de crédito para MPMEs. Têm acesso a essas linhas tanto bancos públicos quanto privados e ONGs. Essas linhas alcançaram US\$63 milhões no início de 1999, dos quais US\$ 35 milhões estão destinados ao programa PROMPYME.

O BID estendeu, em 1993, uma linha de crédito para MPMEs de US\$ 10 milhões, porém até o fim de 1998 apenas US\$ 4,8 milhões haviam sido desembolsados. O baixo valor desembolsado é atribuído a problemas de natureza estrutural na política de crédito a MPMEs.

O Banco Nacional da Costa Rica (BNCR) é o principal banco do país e tem uma tradição em projetos de fomento a PMEs, contando com programas equivalentes a US\$10 milhões em 1997.

A FUNDES na Costa Rica firmou em 1995 um acordo com o governo para estender garantias aos créditos de pequenas empresas viáveis e com projetos de impacto econômico, social e ambiental. A garantia cobre até 50% do montante não pago pela pequena empresa. Esse programa alcançou 100 operações de crédito com um total de US\$ 1 milhão. Em fins de 1997, a ociosidade dos recursos em carteira alcançou 63%, o que levou a FUNDES a suspender o programa em 1998.

Em 1996 foi criado pelo governo o Fundo Nacional de Garantias para o Apoio a Micro e Pequena Empresa com um patrimônio de US\$ 16 milhões. Esse fundo foi colocado sob a administração do Banco Popular y de Desarrollo Comunal embora, até o início de 1999 este não ter sido colocado em operação.

Em janeiro de 1999, o governo promulgou normas que contemplam a criação de um Sistema Integral de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SIAMPYE). O objetivo do SIAMPYE é integrar a atividade e os recursos de todos os organismos públicos e privados, financeiros ou não, dedicados a promoção, o desenvolvimento e a assistência técnica as MPMEs.

6 – Equador

Não foi possível encontrar um estudo específico para os programas de apoio existentes no Equador, porém encontrou-se um estudo realizado pelo Ministerio de Comercio Exterior, Industrialización, Pesca y Competitividad (2002) que buscou, através de um diagnóstico da situação das PMEs dedicadas a atividades manufatureiras no Equador, identificar não só as características gerais deste universo de empresas como também os fatores de apoio à competitividade destas empresas. No primeiro caso, destacam-se: as condições dos fatores internos a empresa quanto aos recursos humanos (qualificação, capacitação, etc.), tecnologia (automação, uso de tecnologias de informação e comunicação, etc.), modernização e sistemas de qualidade, matérias primas, e aspectos relacionados à gestão empresarial. No segundo caso, o estudo buscou identificar junto às PMEs como elas percebem os fatores externos de apoio a competitividade, tanto no que diz respeito a atuação do poder público como das associações empresariais.

No que diz respeito aos fatores internos, a pesquisa do MICIP observou que para 65% das MPMEs entrevistadas os recursos humanos contratados não estariam suficientemente qualificados, porém apenas 20% acreditavam que isto não afeta a empresa e 31,4% afirmaram que este fator tem uma incidência média sobre a produtividade e competitividade. Concomitantemente, 55,9% estimaram que a oferta de serviços de capacitação é insuficiente ou inadequada e têm impactos sobre sua competitividade; 22,2% acreditavam que esta ausência de serviços tem um baixo impacto e 21,8% afirmaram que esta falta ou inadequação não afeta a empresa.

No que diz respeito aos fatores externos, as principais dificuldades encontradas estavam relacionadas à política tarifária, acesso ao crédito, e informação. No que diz respeito à política tarifária, esta não estaria de acordo com as necessidades de desenvolvimento industrial, principalmente no caso das tarifas para bens de capital e matéria prima. No caso do financiamento, 49,8% das empresas afirmaram ter grande dificuldade de ter acesso ao crédito. De tal forma que 66% dos investimentos das PMEs têm sido financiados com recursos próprios, 26,5% com crédito bancário e os 7,5% restantes com financiamento de fornecedores (3,2%), do CFN (1,2%), Banco Nacional de Fomento (1,2%), CORPEI (1,3%), FUNDACYT (0,1%) e fontes externas (0,5%). Com exceção das linhas de financiamento do banco de desenvolvimento, em geral os prazos obtidos pelas PMEs nos financiamentos concedidos pelos bancos privados tem sido de curto (45,6%) e médio (39%) prazos. Além disso, 61,3% dos empresários responderam que as taxas de juros são inadequadas e 52,5% que o montante de recursos insuficiente. Por último, 30,2% das empresas identificaram que a dolarização teve um grande impacto no caso das condições de financiamento e acesso ao crédito e 26,3% acreditavam que os efeitos não foram tão negativos e 28,8% afirmaram que a dolarização não teve nenhum impacto a este respeito.

No que diz respeito ao acesso à informação, 26,4% estimaram ser altamente afetados devido a uma insuficiência de informação tecnológica e 37,3% atribuíram a esta falta um grau de médio de impacto. Por outro lado, 23,3% identificaram que a falta de infra-estrutura tecnológica é um fator limitante e 36,2% consideraram este fator como um fator extremamente limitante. Haveria, ainda, um descompasso entre o sistema de formação e treinamento e as necessidades das PMEs, além do que as atividades da SENACYT e da FUNDACYT estariam mais voltadas a incrementar a capacidade de pesquisa das universidades e escolas politécnicas, sendo necessário um desdobramento para que seja possível contemplar as necessidades de desenvolvimento tecnológico das PMEs. Apesar da iniciativa do FUNDACYT, sua operacionalização pelo CFN encarece as operações e desestimula o investimento.

No caso do papel das associações patronais, destaca-se a necessidade destas de se transformarem de um veículo de difusão de informação em uma entidade voltada à oferta de serviços de capacitação, facilitadora de acesso ao crédito, assessoria jurídica, realização de rodadas de negócios, feiras, assessoria para o comércio exterior, etc.

7 – México

No caso do México foram selecionados dois estudos realizados pela Comisión Inter-secretarial de Política Industrial (CIPI): um que apresenta um diagnóstico das PMEs no México, e outro sobre os resultados dos programas de capacitação.

Diagnóstico das PMEs no México

Segundo estudo da CIPI (2000), existem 2,9 milhões de empresas no México, das quais 99% são micro, pequenas ou médias, que contribuem com aproximadamente 40% do investimento e do PIB, e geram 64% dos empregos. Estas empresas possuem um baixo grau de internacionalização e não estão vinculadas aos setores mais dinâmicos, principalmente aqueles com maior dinamismo exportador.

No que diz respeito ao financiamento, apenas 22,5% das MPMEs contam com créditos dos bancos privados. Tal fato deve-se, principalmente, às elevadas taxas de juros e às restrições dos próprios bancos à concessão de crédito a estas empresas. Isto, por sua vez, leva as mesmas a recorrerem a fontes externas de financiamento, como fornecedores, créditos pessoais, entre outros.

Estas empresas também carecem de mão-de-obra qualificada e enfrentam elevadas barreiras de acesso à tecnologia, seja por falta de informação ou recursos financeiros. Além disso, as linhas de estudo e os projetos de pesquisa conduzidos no âmbito acadêmico estão desvinculados das suas necessidades.

Um outro problema enfrentado pelas empresas de menor porte no México diz respeito à carga fiscal excessiva, uma vez que os procedimentos fiscais são burocráticos e mudam com frequência.

Em vista destas dificuldades, o governo mexicano tem procurado implementar programas de apoio voltados para as MPMEs. Segundo levantamento da CIPI, criada em maio de 1996, para coordenar permanentemente os programas governamentais e para avaliar o impacto destes programas sobre a competitividade dos setores econômicos, existem no México 131 programas de apoio às PMEs em diferentes secretarias do governo federal dos setores econômicos voltados a diferentes ações. Não obstante, a maioria dos empresários desconhece a existência destes programas. Além disso, o montante de recursos destinados é pequeno em comparação às necessidades de modernização e incremento da competitividade do setor.

Entre os esforços de avaliação dos programas de apoio às MPMEs no México, a CIPI realizou um estudo sobre os impactos dos programas de capacitação e assistência técnica. A maioria dos dados levantados refere-se ao resultado dos programas durante o primeiro semestre de 1999.

Programas de Capacitação e Assistência Técnica no México

A análise dos programas de capacitação e assistência técnica realizado pelo CIPI abrange 14 dos 20 programas existentes nesta área¹. A avaliação dos resultados destes programas foi feita com base na identificação dos beneficiários dos programas, a distribuição geográfica e setorial, bem como das áreas complementares.

No caso dos beneficiários dos programas de capacitação e assistência técnica, 86% das empresas assistidas foram micro empresas, 10,4% empresas pequenas e 3% empresas médias. Porém, estes programas atenderam durante o primeiro semestre de 1999 apenas a 1,84% das MPMEs existentes no México.

Do ponto de vista do impacto regional dos programas, existe uma concentração em determinadas regiões, mesmo naqueles que operam de maneira descentralizada. Além disso, existem programas com pouca presença na maioria dos estados como o Programa de Assistência Técnica (PAT) do BANCOMEXT, que atendeu a menos de 2 empresas nos 20 estados mexicanos.

No que diz respeito à distribuição setorial, os programas de capacitação e assistência técnica têm se concentrado principalmente na indústria de transformação (86%), tendo os outros setores representatividade bem menor, 6,8% no setor primário e 5,8% em comércio e serviços.

No caso dos apoios complementares, a maioria abrange um número pequeno de empresas que estariam também qualificadas para outros programas. Por exemplo, o Comitê Nacional de Productividad e Innovación Tecnológica (COMPITE) cadastrou apenas uma empresa para ter acesso aos programas da rede de Centros Regionales para la Competitividad Empresarial (CRECE) no primeiro semestre de 1999.

O estudo da CIPI observou também que existe uma sobreposição dos programas, como é o caso dos apoios oferecidos pelo Programa de Modernización Tecnológica (PMT) do CONACYT, o programa de Calidad Integral y Modernización (CIMO) da STPS e o PAT do BANCOMEXT. Por exemplo, o PAT e PMT pagam em média pelos serviços de apoio para uma empresa se preparar para a qualificação ISO 9000 de 10 a 20 mil pesos mensais, enquanto que o ISO 9000 do SECOFI oferece este serviço por 2 a 8 mil pesos mensais; sendo que em ambos os casos o tempo médio é de 6 meses².

Existe ainda, no que diz respeito à sobreposição de instrumentos de apoio, que os programas que oferecem subsídios diretos têm apoiado uma mesma empresa simultaneamente. Porém, convém observar que não foi possível identificar, em virtude de deficiências de informação, se os apoios tinham o mesmo objetivo e área de atuação.

No caso dos convênios de colaboração interinstitucionais além de serem insuficientes tendo em vista o potencial de complementaridade também são realizados parcialmente ou não estavam em funcionamento no momento da realização do estudo da CIPI. Por exemplo, é possível citar

¹ Programas avaliados: Capacitación y Formación Técnica, Eventos Internacionales, México Exporta y Programa de Asistencia Técnica de BANCOMEXT; Programa de Modernización Tecnológica de CONACYT, Capacitación y Asistencia Técnica de NAFIN; ISO 9000, COMPITE, MESURA, COREMI, PROMODE, y CRECE de la SECOFI y CIMO de la STPS. Programas não avaliados: Centros Tecnológicos del Sistema SEP-CONACYT y Programas Integrales del Sistema de Investigación SEP-CONACYT; Capacitación en el trabajo, Capacitación por competencia laboral, Servicio externo e Investigación y desarrollo tecnológico de SEP; no se incluyeron en la evaluación debido a las deficiencias y/o falta de información solicitada.

² Segundo o estudo da CIPI o programa de ISO 9000 da SECOFI, possui uma metodologia especial que lhe permite reduzir os custos com os mesmos resultados.

o caso do convênio CRECE-PMT, em que o CONACYT não tem acreditado os consultores do CRECE como consultores tecnológicos.

Tendo em vista as considerações acima, o estudo do CIPI indicou algumas recomendações que visavam aumentar a eficiência dos programas:

- criação de estruturas dentro das entidades responsáveis pelos programas para que seja possível estender o apoio a todas às regiões;
- que o grupo de trabalho da SHCP, SECODAM e o secretariado técnico da CIPI, analisem a possibilidade de estabelecer um teto de preços para a contratação de serviços de capacitação ou consultoria de acordo com o tipo de serviço, que deveria ser menor ou igual ao custo médio de mercado³;
- evitar que uma mesma empresa receba subsídios diretos de forma simultânea com o mesmo objetivo, através da fiscalização da SHCP e da SECODAM;
- desenhar, reformular ou fortalecer as colaborações interinstitucionais de forma a aproveitar as complementaridades.

Por último, o relatório de avaliação da CIPI concluiu que havia sérias dificuldades envolvendo o planejamento e coordenação dos programas de apoio às MPMEs, sendo indicado a necessidade de se realizar um diagnóstico do esquema de planejamento e coordenação dos programas de apoio às MPMEs no âmbito federal.

8 – Paraguai

O estudo realizado por Straub (1998) consistiu na realização de entrevistas junto à especialistas que trabalham sobre o desenvolvimento das PME's no Paraguai. Em primeiro lugar, a autora aponta que no Paraguai não há uma definição de parâmetros específicos para classificação do porte das empresas. Assim, a autora adota aquele utilizado pelo Centro de Apoio as Empresas (CEPAE) que estratifica estas empresas da seguinte forma: micro empresas são aquelas com menos de 10 empregados; pequenas são aquelas que possuem entre 11 e 20 empregados; as médias são aquelas que possuem de 21 a 100 empregados; e empresas com mais de 100 empregados são classificadas como grandes empresas.

O projeto *Concertación para la Competitividad de las PyMEs* (CCPyMEs) é um projeto com aportes financeiros do BID e da Agência de Cooperação Alemã (GTZ). Sua idéia principal tem como foco a formação de um esquema de fomento à competitividade sistêmica. O objetivo do projeto visa a realização de um processo participativo de elaboração e implementação de políticas para PME's, para tal foi constituído um conselho interinstitucional, no qual estão representadas as instituições públicas e privadas ligadas ao desenvolvimento industrial.

O Programa de Competitividade e Expansão de Mercados das PME's é um projeto do BID que espera obter como resultados: a criação de regras equilibradas que não prejudiquem a atuação das PME's; a compensação das condições desfavoráveis das PME's, através de atuações que ajudem a financiar o desenvolvimento das PME's de maneira sustentável no longo prazo, além de investir em capacitação e na criação de uma cultura empresarial, que são fatores considerados como pré-requisitos à integração mais rápida a novas tecnologias. A

³ Isto, por exemplo poderia indicar que o PMT, PAT e CIMO considerassem contratar o ISO 9000 do SECOFI para as políticas de apoio à certificação de qualidade.

autora destaca a aparente falta de coordenação entre os dois projetos (o CCPyMEs e o do BID), o que evitaria sobreposição de funções e tarefas.

Em relação aos recursos disponíveis para serem aplicados em apoio às PME's pelos diversos órgãos e instituições paraguaias, a autora destaca a dificuldade de obter dados sobre os recursos, o que dificulta a comparação entre os resultados obtidos e os recursos envolvidos, parecendo haver uma relação pouco favorável entre os recursos aplicados e os resultados alcançados. Nas entrevistas realizadas pela autora, várias instituições públicas assinalaram que há insuficiência de recursos, porém não souberam afirmar quanto exatamente. Uma sugestão da autora é que se permitisse a determinadas instituições gerar fundos de autofinanciamento, como uma maneira de superar a escassez de recursos.

Por último, a autora levanta a questão da distribuição geográfica dos recursos, pois a maioria das PME's estão localizadas na área central e na capital paraguaia. Devido a falta de dados sobre esta questão a autora não consegue chegar a uma conclusão. Presume-se que há um déficit de atenção às PME's do interior do país. Para contornar tal situação, sugere-se o maior envolvimento das municipalidades e uma maior descentralização dos serviços para o setor. Como consequência ter-se-ia uma maior flexibilidade para as PME's pois se evitaria (ou reduziria) a necessidade de se buscar a burocracia do governo central.

9 – Peru

Não foi possível encontrar um estudo específico para os programas de apoio existentes no Peru, porém, encontrou-se um trabalho que destacava a situação do crédito no país. A despeito dos instrumentos de crédito disponibilizados pelos programas governamentais terem procurado de alguma forma suprir esta dificuldade, ainda estão aquém do necessário.

O estudo realizado por Llisterri *et al.* (2002) aborda a questão do acesso ao financiamento pelas PME's na América Latina, com destaque para o estudo dos casos de El Salvador e Peru. Entre os resultados gerais do estudo, que também procurou analisar a questão na América Latina como um todo, destacam-se:

- O acesso das PME's ao crédito na região varia entre os países, com destaque para o fato que nos países maiores, tais como México e Argentina, menos da metade das PME's tem acesso ao crédito bancário;
- As condições de acesso são pouco competitivas internacionalmente, principalmente devido às elevadas taxas de juros dos créditos para PME's, prazos curtos e elevadas exigências de garantias, e excesso de burocracias por parte dos intermediários financeiros;
- Do ponto de vista da oferta, existem altos custos de transação em operações de menor monta; falta de transparência contábil; alto custo de obter informação adequada; falta de garantias; percepção de risco elevado das PME's.

O estudo da situação do acesso das PME's ao crédito no Peru foi realizado através de uma pesquisa junto a 8 empresas individuais, uma reunião com um grupo de 5 empresas e outra com 5 instituições financeiras. Estas empresas foram selecionadas a partir de um estudo anterior realizado pelo Comisión Nacional Supervisora de Empresas y Valores (CONSASEV) junto a um universo de 1.605 PME's formais⁴, que equivalem a 55% do PIB em 1999.

⁴ É importante observar que no Peru o número de PME's informais é bastante elevado (Llisterri *et al.*, 2002).

Em primeiro lugar, cabe destacar que 90% do crédito concedido às empresas são oriundos do setor privado e, que neste sentido, as pequenas empresas estão em posição de desvantagem. Os autores destacam o fato da crise financeira de 1998 ter afetado fortemente as condições de concessão de crédito às PME's no Peru, de tal forma que houve uma redução dos recursos disponibilizados às PME's de 30% do total em 1998 para 27% em 2000, assim como houve também um aumento das exigências para a concessão de crédito a estas empresas. Além das condições adversas resultantes da crise financeira, os autores destacam também que a falta de instrumentos tais como o *credit scoring* leva as instituições financeiras a basearem suas decisões de concessão em critérios como idade, estrutura e tamanho das empresas que solicitam crédito.

Ainda que os autores destaquem que a amostra das empresas abrangidas pelo estudo do CONASEV seja pequena, é possível observar que a maioria das pequenas empresas tem financiado suas atividades através de recursos próprios, enquanto que as empresas de tamanho médio mostram-se mais endividadas em consequência do aumento na concessão de crédito entre 1990 e 1998.

10 – Venezuela

Segundo o estudo realizado por López (2002), as PME's venezuelanas se caracterizam: pelo baixo índice de empresas constituídas por cada 1000 habitantes (0,5) contra 8,2 da Alemanha, 4,0 França e 1,5 da Colômbia, numerosas empresas com atraso tecnológico, nula capacidade de competir e geralmente organizadas em caráter familiar, artesanal ou tradicional. Uma minoria de empresas (empresas do setor petrolífero, químico e automotriz) utiliza processos de tecnologia avançados sustentando sua competitividade através do desenho, na flexibilidade e no prazo de entrega. Uma outra pequena parte das PME's (metal-mecânica, confecções, calçado e de alimentos) utilizam tecnologias medianas e maduras e conseguem ter acesso a fatias do mercado interno de demanda final ou se constituem em subcontratadas de outras empresas. Além disto, entre os principais problemas enfrentados pelas PME's na Venezuela estariam: a existência de uma "cultura rentista" e de falta de cooperação entre firmas, o baixo nível de formação dos gerentes e diretores, dificuldades de acesso a crédito, falta de competitividade internacional e limitação no acesso a informações técnico-produtivas.

Segundo o autor, o primeiro intento de formular e executar uma política de PME's industriais na Venezuela consistiu no desenvolvimento do Programa de Assistência Integral às Pequenas e Médias Empresas (PAIPME), o qual se propõem incentivar a modernização e melhorar a produtividade e incorporar esquemas de qualidade nas PME's. Este programa se propõe a criar condições para as empresas melhorarem seus processos produtivos, incorporarem novas tecnologias, introduzirem normas de qualidade, capacitar trabalhadores, adequar processos produtivos, disseminar novos produtos, buscar alianças estratégicas, entre outros.

Dentro da política para PME estão incluídos os seguintes programas e projetos: Fundo Nacional de Garantias Recíprocas (FONPME), o Apoio Técnico e Financeiro para Novos Empreendedores (Plan de Apoyo a Empreendedores e Innovadores "Antonio José de Sucre") e a formulação da lei de promoção e desenvolvimento das PME's industriais (aprovada em novembro de 2001). A lei de PME's estabelece a criação do Instituto Nacional de PME's Industriais (INAPYMI) e que a cargo deste instituto ficará a formulação e a execução das políticas de PME's, devendo elaborar anualmente um Plano de Desenvolvimento das PME's que contenha a definição de políticas, programas e ações com os objetivos a serem alcançados no curto, médio e longo prazos. A lei estabeleceu também a criação do Sistema de Informação Industrial, o qual permitirá o acesso as PME's, a toda as informações relativas ao

setor em matéria de políticas e programas de fomento existentes para PMEs. Por último, a lei colocou sob responsabilidade do Ministério da Produção e Comércio venezuelano a tarefa de promover esquemas associativos entre a grande empresa e as PMEs.

O autor apresenta os seguintes resultados dessas políticas para PMEs: O programa de empreendedores “Antonio Jose de Sucre” até junho de 2001 havia pré-selecionado 117 projetos, desses 11 foram aprovados e apenas um projeto havia recebido empréstimo. O FONPME teve seu estatuto aprovado pela Assembléia Nacional, os recursos (aproximadamente 10 milhões de bolívares) foram depositados no Banco Industrial. Porém até setembro de 2001 não havia iniciado suas funções devido a problemas surgidos com a nova reestruturação do vice-ministério de indústria.

Em relação a lei de PME, o autor aponta que são sentidas falhas em pontos centrais como a concepção da política de PMEs desligada de uma estratégia industrial coerente, sistemática e efetiva.

Segundo o autor, a experiência venezuelana em matéria de políticas e programas de PMEs industriais é recente e denota severas falhas, começando pela inexistência de uma estratégia industrial sistemática. Para o autor, é um erro venezuelano implantar a política de PMEs desarticulada de uma estratégia industrial mais abrangente e com uma visão integral que cubra tanta a dimensão nacional quanto setorial e regional que permita a construção de capacidades tecnológicas por parte das PMEs.

O autor sugere, para o caso venezuelano, a criação de um Ministério de Indústria que se encarregue de formular, executar, coordenar e monitorar as políticas e os programas para o setor industrial incluindo as PMEs. Para o Conselho Nacional da Indústria (CONINDUSTRIA) deveria haver mecanismos de transparência e indicadores que permitissem a verificação dos resultados desses planos e que fosse estabelecido a obrigação de publicar periodicamente estes resultados. É sugerida, também, a criação de um conselho consultivo com representante das PMEs, universidades, ONGs e organismos oficiais.

Outra crítica feita é em relação a criação do Sistema de Informação Industrial, pois não se contempla a aplicação de novas tecnologias de informática, ignorando-se a importância de criar um sistema que além de difundir as informações relativas ao setor também permita as PMEs efetuar tramites pertinentes a administração pública, reduzindo assim os encargos burocráticos.

A nova lei não estabelece mecanismos de coordenação específicos com o Ministério de Ciência e Tecnologia para promoção de inovação tecnológica. Uma sugestão seria estabelecer medidas como a criação de uma rede de subcontratação que permitiria através de um sistema computadorizado vincular ofertantes e demandantes.

Para o autor, a lei estipula uma concepção errônea para o INAPYMI, pois outorga para este instituto funções de formulação, execução e monitoramento, o que dificilmente será cumprido devido a tamanha complexidade. Como sugestão, propõe que essas tarefas fiquem a cargo de um Ministério da Indústria e que os objetivos do INAPYMI fossem mais modestos.

Por último, o autor coloca que a definição de PMEs em unidades tributárias provoca confusão e não são operacionais. A CONINDUSTRIA sugere que a lei deveria conter uma definição flexível e estabelecida anualmente pelo Ministério, a qual pudesse ser adaptada no tempo e à realidade socioeconômica do país, assim como ao ramo de atividade da empresa.

Outros problemas apontados pelo autor são:

- Necessidade de uma política industrial nacional que contemple os níveis setoriais e locais, levando em consideração as características econômicas, históricas, sociais, culturais e políticas da Venezuela;
- Falta de um sistema institucional de indústria, C&T, comércio integrados de modo coordenado com políticas setoriais e macroeconômicas;
- Aplicação exclusiva de políticas industriais locais que não corresponde ao contexto venezuelano, onde a descentralização é um processo incipiente;
- Falta de coordenação interinstitucional, onde se apontam a falta de vínculos e coordenação entre os distintos organismos e ministérios, o que atrapalha a execução de políticas para PMEs, pois enquanto os programas estão sob responsabilidade do Ministério da Produção e Comércio, os organismos de apoio financeiros ficam sob a responsabilidade do Ministério de Finanças;
- Faltam medidas para minimizar os impactos negativos das novas leis de propriedade intelectual e suas implicações para a transferência tecnológica;
- Ausência de sistemas de monitoramento e controle da utilização dos recursos oferecidos e que garantam o cumprimento das metas estabelecidas;
- Necessidade de construir instituições. A falta de instituições é algo importante no caso venezuelano, pois grande parte das instituições do país foram desarticuladas na década de 90, sem que suas funções fossem assumidas por outros órgãos públicos ou privados;
- Falta de um sistema de informações estatísticas confiáveis que permitam diagnósticos do setor e monitoramento de políticas públicas.

Como consideração final o autor coloca que o escasso êxito das políticas de PME na Venezuela se deve a uma visão dessas políticas como substitutas de uma estratégia industrial nacional. Atualmente o desenvolvimento industrial aparece como objetivo dentro das linhas dessa política, porém não tem havido um consenso de alto nível para implantar uma estratégia industrial no sentido sistêmico, integral e coerente com outras políticas e que conduza o desenvolvimento de uma competitividade sustentável baseada na capacidade tecnológica.

